

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: GEOGRAFIA E GESTÃO DO TERRITÓRIO**

ALINE TURATTI ALVES

**DA TERRA DE PLANTAÇÃO À TERRA DE LAZER:
METAMORFOSES DO RURAL EM SANGRADOURO -
ARARANGUÁ/SC**



**Uberlândia/MG
2017**

ALINE TURATTI ALVES

**DA TERRA DE PLANTAÇÃO À TERRA DE LAZER:
METAMORFOSES DO RURAL EM SANGRADOURO -
ARARANGUÁ/SC**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia do Instituto de Geografia, da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito final à obtenção de título de Mestre em Geografia.

Linha de pesquisa: Análise, Planejamento e Gestão dos Espaços Urbano e Rural.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Cervo Chelotti (UFU).

Uberlândia/MG

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

A474d Alves, Aline Turatti, 1982-
2017 Da terra de plantação à terra de lazer : metamorfoses do rural em
Sangradouro - Araranguá/SC / Aline Turatti Alves. - 2017.
126 f. : il.

Orientador: Marcelo Cervo Chelotti.
Dissertação (mestrado) -- Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-Graduação em Geografia.
Inclui bibliografia.

1. Geografia - Teses. 2. Geografia rural - Sangradouro - Araranguá
(SC) - Teses. 3. Agricultura familiar - Sangradouro - Araranguá (SC) -
Teses. 4. Turismo rural - Sangradouro - Araranguá (SC) - Teses. I.
Chelotti, Marcelo Cervo. II. Universidade Federal de Uberlândia.
Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

CDU: 910.1



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Programa de Pós-Graduação em Geografia

IG

ALINE TURATTI ALVES

DA TERRA DE PLANTAÇÃO À TERRA DE LAZER:
METAMORFOSES DO RURAL EM SANGRADOURO –
ARARANGUÁ/SC

Professor Dr. Marcelo Cervo Chelotti - UFU

Professor Dr. João Cleps Júnior - UFU

Professor Dr. Gláucio José Marafon - UERJ

Data: 26 / 06 de 2017

Resultado: Aprovada com distinção

*À comunidade rural de Sangradouro,
com imensa e eterna gratidão.*

AGRADECIMENTOS

Ao grande Mestre que, por meio da espiritualidade amiga e de companheiros de jornada, esteve comigo, amparando e instruindo durante essa trajetória.

À comunidade rural de Sangradouro, no meio da qual nasci e cresci, pela ruralidade que há em mim, e por me receber nas entrevistas e participar deste trabalho.

Aos meus pais, Pedro e Rosalba, agricultores desde a infância, pelo suporte de uma vida inteira, pelo exemplo de disposição para o trabalho, pela companhia em algumas visitas de campo, e pela torcida constante.

Ao meu irmão Luciano, pelo amor e crença em mim, incondicionais. E à minha cunhada/irmã Tamires e minha sobrinha Lívia, pelo espaço especial que ocupam em meu coração.

Ao meu marido, André Luís, pelo exemplo enquanto profissional dedicado e comprometido, e pelo amor e auxílio.

À minha amada filha, Anita, meu grande estímulo para a busca de aprender e ser melhor, pelo perdão às minhas ausências, por tanto me ensinar e por dizer “Não dijiste, mamãe”.

À minha professora de Geografia Rural da graduação, Valquíria Krüger Corrêa, que me orientou na elaboração do projeto de pesquisa, sendo uma verdadeira mãe pra mim.

Às queridas Luana Moreira Marques, pelo incentivo ao ingresso no PPGeo-UFU como aluna especial, e Graça Martins, pelas contribuições com a correção do projeto a ser submetido.

Ao colega Wesley, pela cooperação com a pesquisa, quando ainda em fase de projeto, e pela elaboração dos mapas.

Aos colegas que conheci durante o curso e marcaram momentos diversos dessa etapa formativa: Marília, Franco, Mária, Alex, Valentina, Alessandra, Luciano, Nathália, Daise e Angélica.

Às amigas/irmãs que estiverem comigo em torcida e orações: Ana (Paula), Beta, Monona, Kati, Anita, Moniquinha, Bia e Lívia.

Ana e Beta, valeu pelos resumos e abstracts, gurias!

À amiga Ana Tininha, pela companhia no trajeto Uberaba-Uberlândia, pelas dicas e formatação do trabalho.

Ao amigo Aluizio, por ter escrito Morro Alto.

À Universidade de Uberaba, por meio da qual obtive condições financeiras para realização do Curso; e à Galsione e Joceli, companheiras de crescimento pelo trabalho e convivência, por todo estímulo.

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia.

Aos secretários do PPGeo-UFU, Izabel e João, pelo essencial trabalho que realizam.

Aos professores que contribuíram para essa formação por meio das disciplinas: Marcelo, Rita, Rossevelt, João e Ortega.

Ao professor João Cleps e à professora Patrícia Francisca (campus Ituiutaba), pelas contribuições na ocasião da qualificação.

Ao professor Gláucio José Marafon (PPGeo-UERJ), por ter aceito o convite para composição da banca de defesa.

Ao professor Clécio Azevedo da Silva, meu professor de Geografia da População no primeiro semestre de graduação na UFSC, por ter aceito ler este trabalho enquanto membro suplente da banca de defesa.

Ao meu professor e orientador, Marcelo Cervo Chelotti, pela receptividade na UFU, clareza e objetividade nas orientações, parceria com os trabalhos e, sobretudo, pela confiança.

Obrigada por tudo!

No Caminho dos Conventos
(Quarteto Coração de Potro)

*É brabo o ofício de quem é tropeiro
Recompõe os arreios pra seguir o caminho
Às vezes mesquinho na rota dos conventos
Pois os contratemplos sempre existiam
Pra aqueles que iam no rumo dos ventos*

*Bandeando a tropa pra província "Santa"
O cincerro que canta na frente amadrinha
Cruzando a linha no passo da guarda
Pra coxilha alçada com água e pastagem
Pra essas paragens é só subir a picada*

*Ficou uma folha enredada
Na trama do bichará
Lembram-se antigas tropeadas
Que nunca mais vão voltar*

*Na póvoa das lages paga-se o tributo
Ao império resoluto oprimindo o povo
Nascendo de novo ideais de guerra
A voz da serra grita liberdade
Querendo igualdade promete o retovo*

*O comércio com o Rio Grande
Afrontava o Desterro que deu o tempero
Às "importações" procedentes
O imposto presente 40 mil réis por cargueiro
Então pro Rio de Janeiro mudou-se o comércio
Mudou-se o negócio da vila crescente*

*Ficou uma folha enredada
Na trama do bichará
Lembram-se antigas tropeadas
Que nunca mais vão voltar*

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo geral avaliar as condições reprodutivas da agricultura familiar em Sangradouro, Araranguá/SC. Esta é uma comunidade rural localizada em vetor litorâneo, que leva ao Balneário Morro dos Conventos. Sua constituição remonta ao início do século XX, quando descendentes de açorianos, italianos e alemães erigiram as propriedades pioneiras. Eram famílias de agricultores, proprietários de pequenos lotes de terras (média de 4ha), que forjaram o que denominamos de “tradicionalidade da comunidade”. No final do mesmo século, como resultado das pressões modernizantes da Revolução Verde e da globalização, mudanças passaram a ocorrer no território, como o êxodo rural dos jovens e a introdução de atividades não agrícolas. Sangradouro passou a receber investimentos relacionados ao turismo de veraneio, especialmente, após a emancipação de um segundo balneário de Araranguá. A partir dessas informações, buscamos compreender as metamorfoses ocorridas e suas implicações na territorialidade rural. Fizemos incursões semestrais a campo, desde a elaboração do projeto, que culminaram na opção e na elaboração da pesquisa qualitativa, por meio de entrevista semiestruturada. Mediante o diálogo com a população, traçamos o perfil da comunidade, estabelecendo um paralelo entre elementos de sua história e da atualidade. Nossos resultados indicam a constituição das chamadas “novas ruralidades”, transmutadas em territorialidades híbridas, onde se verifica uma nova paisagem física e social, na qual elementos característicos do urbano se associam com o rural agrário. Registramos o envelhecimento populacional e a dificuldade quanto à sucessão geracional da agricultura familiar. Identificamos que a pluriatividade é uma estratégia importante de manutenção das famílias, em que os jovens tendem a se ocupar fora da agricultura. Reconhecemos, assim, que os plurirrendimentos têm sido essenciais na manutenção dos grupos familiares, inclusive por contarem, significativamente, com a política previdenciária. Diante desse quadro, defendemos que a multifuncionalidade da agricultura familiar seja considerada pelo poder público, visando o desenvolvimento territorial. Caso contrário, as terras agrícolas de Sangradouro aproximam-se da transmutação em terras de moradia e lazer.

Palavras-chave: Sangradouro; Araranguá; Turismo; Metamorfoses; Pluriatividade; Multifuncionalidade.

RESUMEN

La presente investigación tiene como objetivo general evaluar las condiciones reproductivas de la agricultura familiar en Sangradouro, Araranguá/SC. Esta es una comunidad rural ubicada en vector litoral, que lleva al Balneario Morro dos Conventos. Su constitución se remonta a principios del siglo XX, cuando descendientes de azorianos, italianos y alemanes erigieron las propiedades pioneras. Eran familias de agricultores, propietarios de pequeños lotes de tierras (media de 4ha), que forjaron lo que denominamos "tradicionalidad de la comunidad". A finales del mismo siglo, como resultado de las presiones modernizantes de la Revolución Verde y de la globalización, se produjeron cambios en el territorio, como el éxodo rural de los jóvenes y la introducción de actividades no agrícolas. Sangradouro pasó a recibir inversiones relacionadas al turismo de veraneo, especialmente, después de la emancipación de un segundo balneario de Araranguá. A partir de esas informaciones, buscamos comprender las metamorfosis ocurridas y sus implicaciones en la territorialidad rural. Hicimos incursiones semestrales a campo, desde la elaboración del proyecto, que culminaron en la opción y la elaboración de la investigación cualitativa, por medio de entrevista semiestructurada. Mediante el diálogo con la población, trazamos el perfil de la comunidad, estableciendo un paralelo entre elementos de su historia y de la actualidad. Nuestros resultados indican la constitución de las llamadas "nuevas ruralidades", transmutadas en territorialidades híbridas, donde se verifica un nuevo paisaje físico y social, en la cual elementos característicos del urbano se asocian con el rural agrario. Registramos el envejecimiento poblacional y la dificultad en la sucesión generacional de la agricultura familiar. Identificamos que la pluriactividad es una estrategia importante de mantenimiento de las familias, en que los jóvenes tienden a ocuparse fuera de la agricultura. Reconocemos, así, que los plurirrendimientos han sido esenciales en el mantenimiento de los grupos familiares, incluso por contar significativamente con la política de seguridad social. Ante ese cuadro, defendemos que la multifuncionalidad de la agricultura familiar sea considerada por el poder público, buscando el desarrollo territorial. De lo contrario, las tierras agrícolas de Sangradouro se aproximan de la transmutación en tierras de vivienda y de ocio.

Palabras clave: Sangradouro; Araranguá; Turismo; Metamorfosis; Pluriactividad; Multifuncionalidad.

LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

Lista de Mapas

Mapa 1 – Localização geográfica de Sangradouro, no contexto do município de Araranguá-SC.	17
Mapa 2 – Novo macrozoneamento do município de Araranguá (SC), com destaque para Sangradouro.	109

Lista de Gráficos

Gráfico 1 – Tratores existentes nos estabelecimentos agropecuários – Brasil.	27
Gráfico 2 – População rural e urbana nos Censos Demográficos – SC, 1960/2010.	59
Gráfico 3 – Tempo em que o estabelecimento está sob direção do produtor (SC, 2006).	61
Gráfico 4 – Valor da produção agropecuária (em %) obtido pela agricultura familiar – SC, 2006.	62
Gráfico 5 – Pessoal ocupado (em %) nas atividades agropecuárias (SC, 2006).	63
Gráfico 6 – Pessoas de 10 anos e mais de idade (10+), segundo a situação do domicílio, a condição na ocupação e a atividade principal - SC, 1981 a 1997 (1000 pessoas).	67
Gráfico 7 – População de Sangradouro, por grupos etários (em %).	94

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Evolução do índice de crescimento da produtividade de arroz, feijão, mandioca, soja, milho, trigo e algodão na região dos Cerrados. 1970-1984 (1975=100).	28
Tabela 2 – Número de estabelecimentos agropecuários e área, segundo os diferentes tipos de agricultura (SC, 2006).	62
Tabela 3 – População rural ocupada 15 horas e mais na semana de referência, segundo a posição na ocupação e o tipo de atividade. PEA restrita (1000 pessoas). Santa Catarina, 1992/1999.	69
Tabela 4 – População rural de 10 anos e mais, segundo a condição de ocupação e o ramo de atividade. PEA restrita (1000 pessoas). Santa Catarina, 1992/1999.	70
Tabela 5 – Evolução das lavouras de arroz e fumo, quanto à área, produção e valores obtidos – município de Araranguá/SC (2011-2015).	74
Tabela 6 – Estrutura fundiária da Microrregião Araranguá – número de estabelecimentos por tamanho – 1975 e 1995.	79
Tabela 7 – Condição do produtor, de acordo com a área e o número de estabelecimentos – 1975 e 1995.	81

Lista de Fotos

Foto 1 – Terras de várzea (destinadas à rizicultura).	88
Foto 2 – Terras de areia (com plantação de mandioca e eucalipto - ao fundo).	88
Foto 3 – Celebração em honra ao Menino Jesus de Praga, realizada no CTG Galpão de Estância, em Sangradouro.	92
Foto 4 – Almoço comemorativo, integrante da Festa em honra ao Menino Jesus de Praga – salão	

de baile do CTG Galpão de Estância, Sangradouro.	92
Foto 5 – Entradas da cancha de corrida de cavalos.	96
Foto 6 – Pistas da cancha reta.....	96
Foto 7 – Madeireira ao lado do curral.	102
Foto 8 – Madeireira ao lado da casa.	102
Foto 9 – Sinalização da Rota Caminho dos Conventos.....	104
Foto 10 – Sinalização turística na Estrada Geral Morro dos Conventos.	104
Foto 11 – Parque aquático do Caverá Country Park.	104
Foto 12 – Anúncio de evento a acontecer no Parque.	104
Foto 13 – Abertura de estrada no loteamento em Sangradouro.	114
Foto 14 – Marcação de um dos lotes.	114

Lista de Quadros

Quadro 1 – Expressões do rural clássico de Sangradouro – Araranguá/SC.....	97
Quadro 2 – Transformações e permanências no território de Sangradouro – Araranguá/SC. .	99

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACARESC –	Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina
ACARPESC –	Associação de Crédito e Assistência Pesqueira de Santa Catarina
APM –	Associação de Produtores de Maracujá
CMDR –	Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural
CONTAG –	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CQCT –	Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco
CTG –	Centro de Tradições Gaúchas
DFVT –	Doença da Folha Verde do Tabaco
EMBRAPA –	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMPASC –	Empresa Catarinense de Pesquisa Agropecuária
EPAGRI –	Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
FAO –	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FMI –	Fundo Monetário Internacional
IASC –	Instituto de Apicultura de Santa Catarina
INCRA –	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IBGE –	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LEADER –	Ligações Entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural
MAPA –	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA –	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MERCOSUL –	Mercado Comum do Sul
MST –	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
ONU –	Organização das Nações Unidas
OMS –	Organização Mundial de Saúde
PAC –	Política Agrária Comum
PEA –	População Economicamente Ativa
PIA –	População em Idade Ativa
PNAD –	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNADC –	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
PNUD –	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRONAF –	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PROVÁRZEAS –	Programa Nacional para Aproveitamento das Várzeas Irrigáveis
SINDITABACO –	Sindicato Interestadual da Indústria do Tabaco

UBS –

Unidade Básica de Saúde

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO 1 – MODERNIZAÇÃO DO CAMPO E SUAS IMPLICAÇÕES NO RURAL BRASILEIRO	24
1.1 – A modernização da agricultura	25
1.2 – A categoria território no contexto da globalização	31
1.3 – O agricultor familiar na política pública brasileira	37
1.4 – Ruralidades em (des)construção e as novas ruralidades	43
CAPÍTULO 2 – EXPRESSÕES DA AGRICULTURA FAMILIAR EM SANTA CATARINA	52
2.1 – O papel da colonização na fragmentação territorial de Santa Catarina	53
2.2 – O papel da agricultura em Santa Catarina: indicadores do sistema familiar de produção.....	57
2.3 – Pluriatividade e desenvolvimento rural em Santa Catarina	65
2.4 – Araranguá em contexto: da formação territorial à modernização agropecuária	72
CAPÍTULO 3 – METAMORFOSES NO RURAL DE SANGRADOURO.....	84
3.1 – Sangradouro: território e população	87
3.2 – Projetos de vida “modernos” e a crise na sucessão da família agrícola	98
3.3 – Turismo e novos atores sociais	103
3.4 – Da pluriatividade agrícola à multifuncionalidade do território	110
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	116
REFERÊNCIAS	119
APÊNDICE	126

INTRODUÇÃO

Foi observando o movimento das pessoas e coisas no espaço de Sangradouro, enquanto eu fazia parte dessa dinâmica, que surgiu o desejo de um dia compreender tudo aquilo. Vivi dos 8 aos 18 anos na década de 1990. Foi uma década marcante, não só pelas condições que fui adquirindo para observar o rearranjo das coisas, mas, porque durante ela observei o êxodo de pessoas muito próximas. Primeiro, meu irmão, para Porto Alegre. Logo, a família inteira do “Tio Kinkas”, nossos vizinhos mais próximos, para os Estados Unidos. Outros mais saíram, em busca de emprego, e ninguém chegava.

Tinha um recado implícito naquele movimento migratório: “se quiser sobreviver, terá que partir”. E fui preparada para isso pela minha mãe. Como também o foram meus parentes dali e amigos de idade próxima. Não ouvíamos falar em permanência. Apenas que não era possível depender da vida na roça, e que era preciso estudar. Que era preciso “buscar algo melhor”. Quanta resiliência naquele discurso!

Hoje, apesar das leituras sobre o rural brasileiro, a modernização agrícola, as novas ruralidades e os novos arranjos territoriais rurais, a consciência de que a história de minha família e da minha comunidade fazem parte de uma dinâmica muito maior, da globalização e seus rebatimentos no mundo do trabalho, da produção e da vida, me emociona.

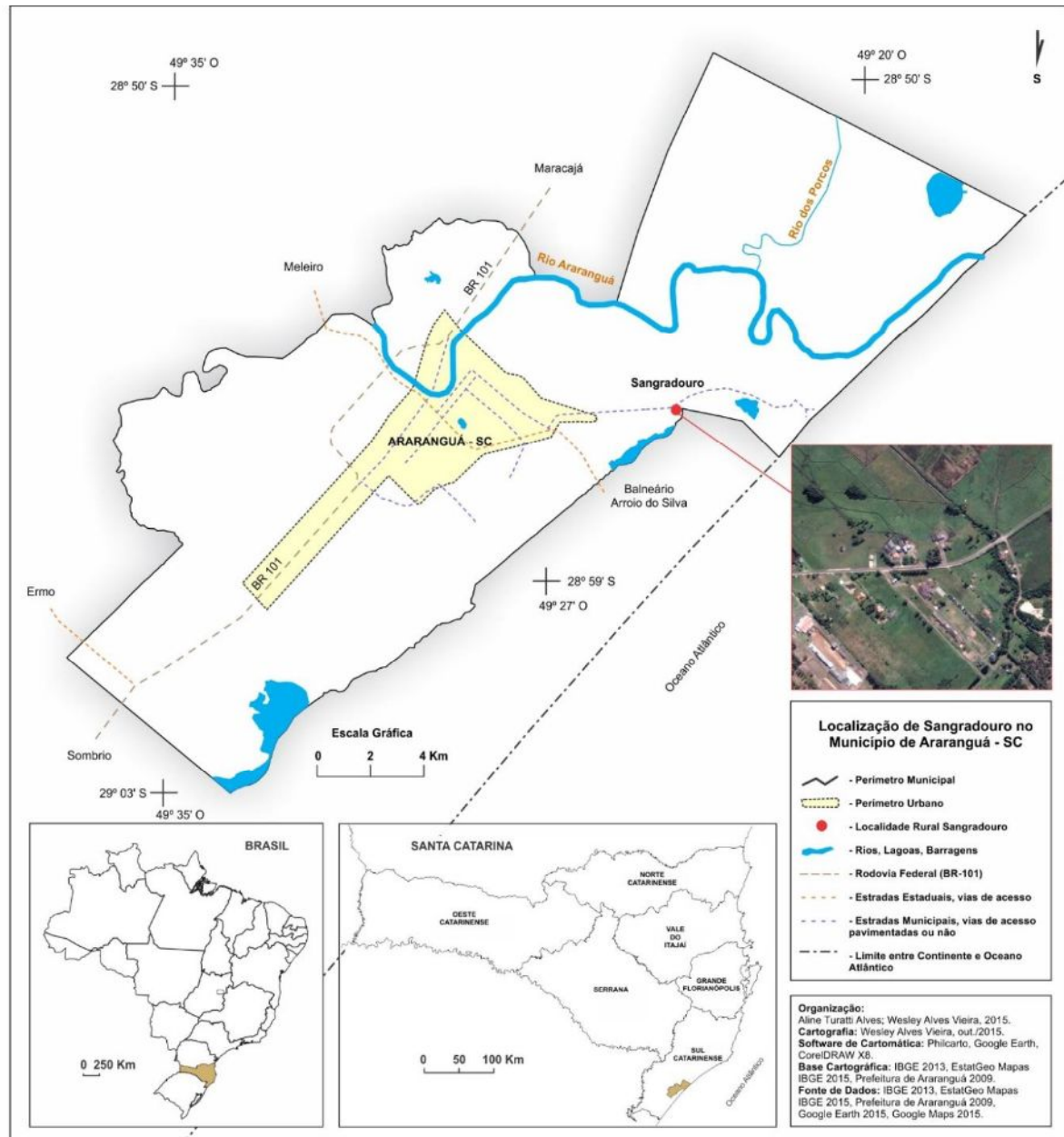
Essas leituras sobre o rural, desde a graduação, representaram, para mim, grandes provocações. Mas me instigavam, sobretudo, aquelas que falavam sobre a ideologia forjada pela modernização imposta e da hostilização aos agricultores. Pois não há como o pesquisador negar o seu lugar de anunciação. E em Araranguá, apesar do tamanho e ligação econômica com as atividades agrícolas, estudar no centro nos era humilhante, muitas vezes. Comumente éramos chamados de “pé do Morro”, por não morarmos nem na cidade, e nem no Morro (dos Conventos, o Balneário). E por essa vivência no urbano, meu sonho infantil passou a ser uma casa com chave, coisa da cidade. Coisa chique era casa sem “tramela”¹.

E por esses motivos que a razão, por si só, não explica, escolhi estudar a nossa comunidade, Sangradouro (mapa 1). Foi emocionante conversar com os sujeitos entrevistados, ouvir suas histórias, seus valores, suas perspectivas, suas expressões cheias de simbolismos – como chamar o centro da cidade de “praça”- e poder entender o movimento que eu sempre gostei de observar, não apenas dos agricultores na lida, mas também o movimento da história

¹ Taramela é um pedaço de madeira utilizado para fechar portas. O fragmento gira em torno de um prego, que o prende ao batente.

que os trouxe até ali e que os direciona para algum outro lugar, por meio dos seus familiares.

Mapa 1 – Localização geográfica de Sangradouro, no contexto do município de Araranguá-SC.



Fonte: IBGE (2013; 2015); PREFEITURA (2009).

Organização: ALVES, A. T.; VIEIRA, W. A., 2015.

Tudo muda o tempo todo. As pessoas e as coisas se transformam, por força da natureza e da sociedade. Modificam-se de fora para dentro, e de dentro para fora, numa contínua correlação de forças, cujo potencial, via de regra, se estabelece pelo estágio técnico-científico-informacional, conforme cunhou Santos (1996), aliado às decisões políticas, desde esferas internacionais até locais. E é o encanto da mutabilidade de tudo – cultura, economia, paisagem,

território - que faz a ciência geográfica tão fundamental! Por maior que seja o esforço empenhado em compreender o espaço agora, não será suficiente para determinar o mesmo, amanhã. São possíveis, no máximo, algumas conjecturas, passíveis de reviravoltas diante, por exemplo, da alternância dos governos.

Esse movimento natural, socioeconômico e político, transforma as coisas, modifica os fluxos e a dinâmica dos sistemas. E isso provoca em cada indivíduo e grupo, dependendo do ponto de onde se observa ou vivencia, os mais diferentes efeitos, ou, eventualmente, não causa nada. Da indiferença à paixão, o que move o espaço geográfico são os sujeitos.

E esse é o sentido do presente trabalho. Expomos aqui os resultados de nossas análises sobre o rural de Sangradouro, cujo prólogo contém as observações dos movimentos da década de 1990. Pois, é a partir deste marco temporal que se fazem notórios naquele território os efeitos da modernização do campo brasileiro, correspondidos por êxodo rural e introdução de atividades não agrícolas, além da tecnificação da rizicultura, cultivo de maior valor mercantil no município.

Araranguá é um município de 303.85 km², localizado no litoral sul de Santa Catarina. Pertence à mesorregião Sul Catarinense e microrregião Araranguá. Sua população total é de 61.310 habitantes, sendo considerados 51.526 a população urbana e 10.784 a população rural (IBGE, 2010). Sangradouro é uma comunidade² rural localizada ao longo da Rodovia Estadual Valmiro Manoel Gonçalves, que dá acesso ao Balneário de Araranguá, Morro dos Conventos.

A constituição de Sangradouro remonta ao início do último século, quando descendentes de açorianos, italianos e alemães, grupos étnicos predominantes no município de Araranguá, descobriram a fertilidade do solo, especialmente, nas chamadas terras de várzea. A partir daí erigiram, a passos lentos, e com emprego de muita mão de obra, as propriedades pioneiras. Eram famílias de agricultores, proprietários de pequenos lotes de terras (média de 4ha), empenhadas em desmatar, produzir, construir, orar e conviver.

Essa sequência de verbos indica o movimento que estabeleceu Sangradouro, concebida da relação entre o imaginário rural-agrícola e imigrante de sua população, as condições materiais ofertadas pelo território, e o contexto político em que estiveram inseridos. Uma comunidade envolvida com a produção na terra e da vida, em termos amplos, considerando sua independência, manifestada na construção das casas, confecção das roupas, e fabricação parcial das ferramentas. A territorialidade fundadora desses sujeitos forjou o que nós compreendemos como a tradicionalidade da comunidade.

² Utilizamos o termo “comunidade” em dois sentidos: localização e grupo formado pelos moradores.

Sangradouro é cruzada pelo vetor que leva à praia. É importante, no entanto, relevar que a associação entre litoral e turismo se trata de uma ideologia contemporânea, nascida com a urbanização e potencializada com a globalização mais recente. Para os integrantes mais tradicionais da comunidade, a praia ainda é um lugar alheio, destinada aos gaúchos e argentinos urbanos na estação de veraneio. Já para os moradores “de fora” ela também representa lazer e oportunidade. Esses conflitos ideológicos, e mesmo os novos moradores, se apresentam nas territorialidades ora encontradas em Sangradouro, realidade do século XXI.

Ao longo do último século, a despeito das lentas modificações que, paulatinamente, se tornaram evidentes na paisagem, como o asfaltamento da rodovia, a chegada da luz elétrica e da televisão, a reprodução das ruralidades dos agricultores foi garantida à, pelo menos, uma geração de descendentes, herdeiros do modo de vida dos pioneiros. Uma das expressões dessa herança se deu pelo parcelamento dos terrenos, concedidos aos filhos ou filhas que fossem se unir a um (a) companheiro (a) por matrimônio. O casamento costumava ser consumado entre jovens agricultores de famílias amigas, o que garantia a permanência de parentes na comunidade, e a manutenção do *modus vivendi*.

No entanto, Sangradouro não ficou imune às pressões modernizantes do final do século XX. A tecnificação tanto atingiu a rizicultura, mais fortemente, quanto a ideologia urbanizante abriu caminhos para o êxodo da terceira geração, a imigração de novos moradores, e a dinamização econômica, repercutindo nas ruralidades dos sujeitos tradicionais. O aceleração das mudanças, potencializado com os processos da globalização, passou a edificar novas territorialidades, que nos propusemos elencar, discutir, e compreender, por meio desta investigação.

Esta pesquisa vai ao encontro da necessidade de se refletir continuamente o espaço rural brasileiro, a partir de suas particularidades. Consideramos as especificidades que a espacialização do capitalismo no rural vem imprimindo nas diferentes realidades territoriais, nas últimas décadas. No contexto da agricultura familiar, fortemente presente em Santa Catarina, buscamos traçar um paralelo das ações globais, das políticas nacionais e dos impactos na realidade em questão.

Nossa experiência empírica em Sangradouro, associada às leituras sobre o rural brasileiro pós-modernização, nos levaram a identificar novas territorialidades na comunidade investigada, incluindo pistas sobre a importância da pluriatividade e dos plurirrendimentos no cotidiano das famílias. Para que pudéssemos compreender e caracterizar, então, essas dinâmicas, optamos por adotar uma metodologia qualitativa de investigação. Silva e Menezes afirmam que a pesquisa qualitativa:

Considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. É descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem. (SILVA; MENEZES, 2005, p. 20).

Por meio de entrevistas semiestruturadas³ (roteiro disposto no apêndice), realizadas em janeiro de 2016, conversamos com o máximo de sujeitos possíveis, considerando o tamanho reduzido do universo investigado - de 43 propriedades, 31 são habitadas, por um total de 87 pessoas. Nossa entrevista previa, primeiramente, informações básicas de composição e ocupação das famílias - sexo, idade, profissão, fontes de renda, horas/trabalho dedicadas dentro e fora da propriedade - e das características dos imóveis – área, produção, forma de aquisição, uso de tecnologias, acesso à crédito, etc.

Além desse perfil mais objetivo, aspiramos levantar aspectos subjetivos dos sujeitos. Compreendemos que a apreensão das territorialidades de Sangradouro seria possível apenas se observássemos sua dimensão simbólica, por meio das histórias de vida dessas famílias, suas memórias geográficas, vínculos, hábitos, identidades, aspirações, insatisfações, e leituras acerca da realidade e dos processos que envolvem o território em que estão inseridos. Para essas questões houve pessoas que contribuíram mais efetivamente, contando histórias e opinando, enquanto outras pouco se pronunciaram, limitando-se às perguntas mais objetivas.

Conversamos com os adultos - incluindo os idosos. Tivemos pouco contato com o grupo de crianças e adolescentes, pela própria dimensão do universo abrangido por este grupo - 17% da população total. Porém, nos foi possível identificar elementos do simbolismo, principalmente dos adolescentes com os quais tivemos contato. Por exemplo, identificamos tanto um “pensamento mais urbanizado”, em alguns casos, quanto uma preocupação no sentido da preservação de ruralidades bastante tradicionais, inclusive com a continuidade da atividade agrícola, e preservação da herança patrimonial – material e imaterial.

Em 90% dos estabelecimentos investigados fomos atendidos por uma pessoa, que falou

³ Nas entrevistas semiestruturadas o conjunto de questões é elaborado previamente pelo pesquisador, mas o desenvolvimento do trabalho se aproxima de uma conversa informal. No momento da entrevista o condutor dirige a discussão para os assuntos que lhe interessem, adicionando perguntas que esclareçam e auxiliem na recomposição do contexto investigado, ou sobre algo que não tenha ficado claro. A possibilidade de intervenção e direcionamento é a grande contribuição das entrevistas semiestruturadas, inclusive por meio da utilização de recursos adicionais, como fotografias, por exemplo, o que tende a deixar o entrevistado mais desinibido e trazer à tona fatos esquecidos (SELLTIZ et al, 1987).

pelos demais membros da família. Os sujeitos da pesquisa que mais contribuíram têm mais de 60 anos e moram há mais de 30 deles em Sangradouro. Estes relataram, com maior entusiasmo, a história e a dinâmica do lugar, das pessoas, e das propriedades arrendadas, alugadas e abandonadas, revelando maior conhecimento sobre a comunidade. Essa experiência nos auxiliou a inferir as motivações da população em aspectos referentes à história, evolução e futuro de Sangradouro, bem como compreender sua interpretação quanto à realidade natural, política e sociocultural em que estão inseridos.

Assim, nossas observações essenciais não se pautaram nos números, mas na assimilação dos significados presentes no próprio território e nas territorialidades dos sujeitos entrevistados. Compreendemos que esse vínculo existente entre a subjetividade e a realidade objetiva deveriam ser considerados no processo de leitura investigativa, já que a identidade e os anseios das pessoas e do grupo social se relacionam, diretamente, com a constituição dos territórios. Conforme Chelotti,

A identidade é construída por subjetividades individuais e coletivas e pode estar relacionada a grupos sociais ou ao pertencimento territorial. Portanto, percebe-se que a incorporação da dimensão simbólica, do imaterial, no discurso geográfico, tem possibilitado uma enorme riqueza nas análises sobre a produção do espaço, das paisagens, das territorialidades. (CHELOTTI, 2010, p. 171).

Pensando na apreensão da dimensão simbólica é que adotamos a metodologia, o que nos possibilitou, a partir das fontes primárias, a análise das narrativas, recheadas de valores, crenças e perspectivas. Além disso, nos baseamos na observação do próprio território e das ações dos sujeitos, cujos elementos nem sempre são expressados por aquilo o que pronunciam. Assim, para apreendermos o território e as territorialidades contemporâneas de Sangradouro, valorizamos a subjetividade dos sujeitos e suas construções. Por meio delas traçamos a trajetória, as características socioeconômicas e, especialmente, as transformações recentes que levaram à constituição de um território híbrido, onde agricultura, indústria, turismo e comércio compõe as atividades econômicas.

O hibridismo do território de Sangradouro se pauta na conjunção de atividades de todos os setores da economia o que, notadamente, provém das motivações impostas pelas lógicas da globalização, incluindo a urbanização. Nesse sentido damos ênfase à atividade turística, mas não do turismo rural, e sim de veraneio. Desde a emancipação de um segundo balneário de Araranguá, em 1995, e a instalação de um parque aquático em Sangradouro, em 1999, o direcionamento de políticas públicas foi se tornando cada vez mais ostensivo.

Representativa dessa conduta foi a incorporação oficial do território à rota turística “Caminho dos Conventos”, como subprojeto da regionalização turística de Santa Catarina – a microrregião Araranguá coincide com a 9ª região turística do Estado, “Caminho dos Cânions”. Por fim, o novo Plano Diretor do município indica para finalidade de desenvolvimento turístico o trecho da “Estrada Geral Morro dos Conventos”⁴ que cruza Sangradouro. Um retorno ao campo em janeiro de 2017 nos permitiu constatar o aceleração dessa incorporação do território ao projeto turístico estadual e municipal.

Portanto, visando caracterizar a complexização territorial de Sangradouro, partimos para nossas análises, objetivando traduzir as metamorfoses que vem ocorrendo desde a década de 1990, e que tem se intensificado na atualidade. Partindo do resgate histórico-geográfico, caracterizamos a organização territorial, observando os aspectos naturais, socioculturais e econômicos, levando em consideração a pluriatividade, bem como a multifuncionalidade da agricultura familiar. Além disso, avaliando o território e as territorialidades, desenvolvemos uma reflexão sobre as perspectivas futuras de Sangradouro.

Em síntese, nossa busca se deu no sentido da compreensão dos resultados da reconfiguração territorial identificada, derivada dos processos de modernização, e estimulada por ações políticas em âmbito municipal, na realidade sucessória da agricultura familiar. Para isso, os objetivos traçados trataram do perfil da população, em termos de idade, ocupação, renda e perspectivas; importância presente da agricultura; e significado da pluriatividade no cotidiano das famílias.

A fim de discutirmos, com base nos estudos já consagrados sobre o rural brasileiro, a trajetória que levou Sangradouro à sua constituição atual, dividimos esse trabalho em três capítulos.

No capítulo 1, partindo de um contexto mundial, abordamos a modernização agropecuária e seus impactos no campo brasileiro. Nos deslocamos desde a importação dos pacotes tecnológicos e incorporação da lógica modernizante pelas políticas públicas brasileiras, até os primeiros sinais de esgotamento desse modelo. Discutimos sobre a tomada de consciência a respeito das consequências da industrialização do campo, o que levantou debates e movimentos de contracorrente, que resultaram tanto em revisão do modelo, quanto em apropriação capitalista, em torno da ideia de ressignificação do rural. A partir dessa idealização surgem, no campo acadêmico e político, debates em torno da multifuncionalidade da agricultura familiar, categoria-síntese reconhecida pelo Estado a partir da década de 1990. Em contraponto

⁴ Como é conhecida a Rodovia Estadual Valmiro Manoel Gonçalves.

à concepção de urbanização do rural e tendência à homogeneização do espaço, conforme as formulações clássicas, baseadas no marxismo, são levantadas novas possibilidades para um rural que deixa de ser essencialmente agrícola e conta com a construção de novas ruralidades. Além disso, trazemos para a reflexão a inserção da categoria território, no contexto da globalização, e a sua importância nas políticas de desenvolvimento, que partem dessa concepção para extração de unidades de planejamento. Esse é o contexto geral que fundamenta nossa pesquisa.

No capítulo 2, buscamos elucidar a territorialização dos processos abordados no capítulo 1, em Santa Catarina. Para isso, consideramos as particularidades da colonização do estado, baseados nos aspectos político-culturais envolvidos, bem como na própria geografia do território. Assim, buscamos refletir sobre a constituição das pequenas unidades produtivas, baseadas em mão de obra familiar, e as especificidades das implicações da modernização produtiva e ideológica no campo catarinense. Apresentamos indicadores da agricultura e das atividades não agrícolas daquele rural, onde a pluriatividade é encarada como recurso de manutenção da estrutura das unidades produtivas, realidade que se diferencia, conforme a região do estado. Por fim, caracterizamos o município de Araranguá e seu espaço agrário, no contexto da mesorregião do Sul Catarinense.

Finalmente, no capítulo 3, nos empenhamos a analisar Sangradouro, especificamente. Neste capítulo resgatamos a história da construção territorial, buscando estabelecer relações entre o território e a população do início da ocupação, com a realidade atual. A partir disso, elaboramos uma avaliação a respeito da agricultura familiar e suas condições reprodutivas, dos pontos de vista social e econômico. Face à conjuntura moderna, refletimos sobre a influência de novos atores sociais no território, e novas atividades econômicas: turismo, comércio e indústria. Discutimos, então, sobre a constituição de um território híbrido naquela comunidade. Por último, avaliamos a pluriatividade em Sangradouro e propomos uma revisão institucional, por parte dos agentes públicos municipais, quanto à multifuncionalidade da agricultura familiar, sua importância e potencialidades.

CAPÍTULO 1

MODERNIZAÇÃO DO CAMPO E SUAS IMPLICAÇÕES NO RURAL BRASILEIRO



Autor: ALVES, A. T. (jul. 2015).

1 - MODERNIZAÇÃO DO CAMPO E SUAS IMPLICAÇÕES NO RURAL BRASILEIRO

O termo globalização é reconhecido como o processo de radicalização da integração capitalista internacional, ou, simplesmente, mundialização da economia. Seus rebatimentos se expressam na sociedade, no que se refere à cultura e à política, cujo trabalho hegemônico se apresenta à serviço da economia globalizada.

Esse processo se tornou possível graças ao desenvolvimento e difusão dos meios de telecomunicação e transportes nos pós Segunda Guerra Mundial, mas, especialmente, após o advento da internet, no final do século XX. No bojo do desenvolvimento tecnológico desse período, que sucede a consolidação da indústria de base no Brasil, o país se insere num processo de alteração do emprego tecnológico no campo, alicerçado, inicialmente, na importação de maquinário e insumos agropecuários, destinados à chamada “Revolução Verde”⁵.

O novo modelo se desenvolveu com a participação intervencionista do Estado, num trabalho de modernização produtiva, conforme as orientações internacionais, especialmente, o modelo estadunidense (contexto da Guerra Fria). Já na década de 1960 podia se verificar, em estados como São Paulo e Rio Grande do Sul, um campo “modernizado”, onde a participação do capital financeiro internacional se dava de forma ativa e crescente.

1.1 – A modernização da agricultura

A modernização da agricultura levou em conta a indústria e o dito progresso da economia brasileira, desconsiderando as condições dos trabalhadores rurais. A ideologia pautada na difusão de novas tecnologias foi posta em prática por instituições criadas naquela época para trabalhar com extensionismo rural e assistência técnica, diretamente, e também pelos meios de comunicação. Segundo Lohn (1999, p. 47) a instituição encarregada pelo extensionismo e assistência “deveria ir até o campo persuadir os agricultores a aderirem à modernização”.

As associações criadas tinham a missão de demonstrar para o agricultor a “superioridade” das formas modernas de produzir, em relação às tradicionais. Para os pequenos

⁵ A chamada Revolução Verde consistiu na concepção e difusão de sementes modificadas geneticamente, e práticas agrícolas industrializadas, durante a segunda metade do século XX. A utilização de sementes manipuladas, como as híbridas, de insumos industriais, como fertilizantes e agrotóxicos, e de maquinário no campo, fizeram parte de um pacote tecnológico idealizado no pós-guerra para “solucionar” o problema da fome dos países ditos subdesenvolvidos e, ao mesmo tempo, tirar o Brasil do “atraso”.

agricultores isso representou, além da expropriação econômica, também a expropriação de saberes, tornando-os dependentes. Os programas de extensão rural tinham o objetivo de “transformar a mentalidade dos camponeses e torná-los receptivos às inovações tecnológicas do campo e à sociedade em geral” (LOHN, 1999, p. 49). Segundo o autor:

Mais do que o simples aumento de produtividade, mecanismos como o Crédito Rural, o cooperativismo, a sindicalização e a Extensão Rural, procuravam estabelecer uma nova ordem social. O aumento da produção agrícola e a expansão do capitalismo no campo passavam pela necessidade de desqualificar o saber costumeiro dos pequenos agricultores, de modo a adestrá-los e discipliná-los segundo a lógica do capital. (LOHN, 1997, p.11).

Neste contexto o agricultor familiar se tornou cada vez mais dependente e atrelado aos mecanismos do mercado. As novas exigências se expandiram para muito além das necessidades de compra dos insumos e máquinas para a produção. A reprodução de seu meio de vida sofreu modificações, na mesma proporção que novos hábitos ligados à maneira de se viver e consumir foram incorporados.

Para os que permaneceram no campo, embora o acesso ao crédito e à assistência técnica tenham resultado em aumento da produtividade, dentre os efeitos negativos merecem destaque: endividamento dos agricultores, aumento nos custos de produção e subordinação às indústrias e ao mercado, não esquecendo dos danos ambientais.

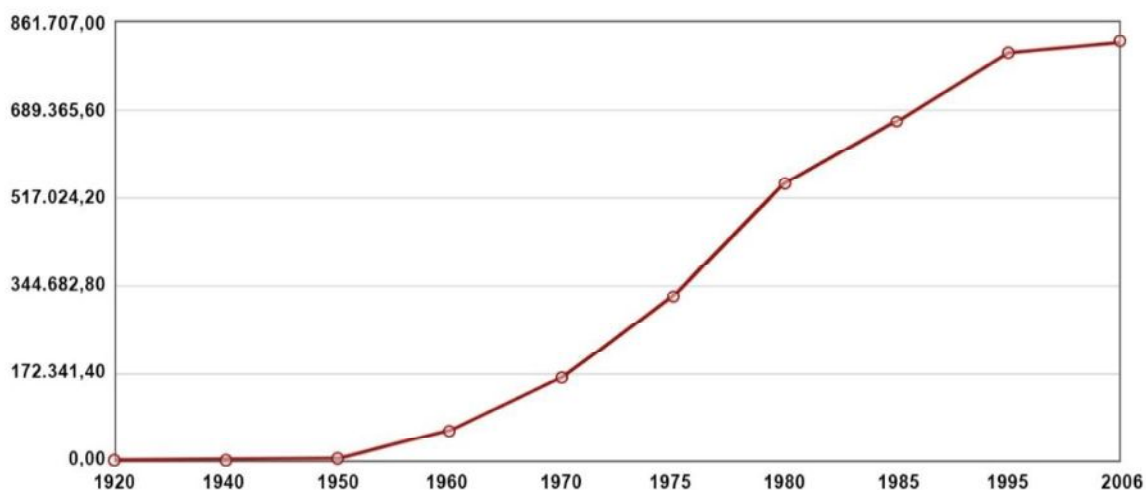
O crédito agrícola representou a essência dos mecanismos de modernização agropecuária. No contexto do “milagre econômico”, que perdurou do final da década de 1960 até a crise do petróleo de 1973, os subsídios estatais (capital financeiro) garantiram, por exemplo, a efetivação da vinculação da produção à indústria, com a organização de uma estrutura complexa, os chamados Complexos Agroindustriais (CAIs).

A formação dos complexos agroindustriais (CAIs) nos anos 70 se deu a partir da integração intersetorial entre três elementos básicos: as indústrias que produzem para a agricultura, a agricultura (moderna) propriamente dita e as agroindústrias processadoras, todas premiadas com fortes incentivos de políticas governamentais específicas (fundos de financiamento para determinadas atividades agroindustriais, programas de apoio a certos produtos agrícolas, crédito para aquisição de máquinas, equipamentos e insumos modernos, etc.). (GRAZIANO DA SILVA, 1992, p. 2).

Assim, a modernização da base técnica agrícola resultou na industrialização da agricultura. A nova forma de organização produtiva implicava na produção de matérias primas para outros ramos industriais, com incentivo financeiro do Estado. Os reflexos da oferta de

créditos e do crescimento econômico podem ser observados, por exemplo, na frota de tratores adquiridos na década de 1970, especialmente em sua segunda metade.

Gráfico 1 – Tratores existentes nos estabelecimentos agropecuários – Brasil.



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário (1920/2006).

Organização: ALVES, A. T., 2017.

Observando o gráfico 1 percebe-se que a inserção de maquinários, especialmente o trator, nos processos produtivos, ocorre no contexto do pós-Guerra. O padrão de desenvolvimento do campo passa a ser a incorporação de técnicas e tecnológicos, no intuito de superar o “atraso” de nossa agricultura.

No processo de modernização, as unidades de produção agrícola familiar enfrentaram muitas dificuldades, relativas à limitada disponibilidade de terras para uso de grandes máquinas, condições ecológicas adversas, policultura, insuficiência de recursos para investimento e mão de obra numerosa. Além disso, o crédito, a pesquisa e a extensão rural também estavam direcionados para os grandes produtores, já que maiores escalas são geradoras de maiores lucros (ALENTEJANO, 1997).

Assim, o caráter socialmente excludente da modernização agropecuária se reflete na ampliação da concentração da propriedade e na exploração da terra, por isso, “modernização conservadora”. O processo encontrou viabilidade na distribuição regressiva da renda, no acesso limitado dos pequenos produtores aos benefícios da modernização - também limitada a alguns produtos - e, principalmente, no papel desempenhado pelo Estado.

No que se refere à concentração fundiária, vale ressaltar que o Estatuto da Terra (BRASIL, 1964) foi criado no ano do golpe militar no Brasil, estrategicamente, já que o

movimento camponês por reforma agrária tomara corpo durante o governo João Goulart. Porém, enquanto a Lei previa o acesso à terra para os cidadãos que nela produzissem, a expulsão do campo era enorme ao longo da efetivação da Revolução Verde. Ou seja, a Reforma não aconteceu. O outro objetivo do Estatuto era o desenvolvimento agropecuário. Este sim teve êxito, nos termos em que foi projetado (lógica empresarial), já que o crescimento produtivo e econômico, como já visto, não foi acompanhado de equidade, mas, muito pelo contrário, por concentração, aumento das desigualdades no campo, e também em problemas urbanos decorrentes do êxodo rural.

Importante ação pública dessa época foi a criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), em 1972, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). A instituição nasceu com a missão de desenvolver pesquisas e tecnologias que atendessem a realidade agropecuária brasileira, mantendo acordos de cooperação com vários países e institutos de pesquisa do ramo. Sua atuação ao longo desses anos obteve destaque quanto aos solos do Cerrado, transformados em enormes potenciais para a agricultura patronal, de grande escala, onde as *commodities* – soja, algodão e milho - renderam frutos ao PIB agropecuário brasileiro e ao capital financeiro atuante (expansão da fronteira agrícola), como pode ser verificado na tabela 1.

Tabela 1 – Evolução do índice de crescimento da produtividade de arroz, feijão, mandioca, soja, milho, trigo e algodão na região dos Cerrados. 1970-1984 (1975=100).

Ano	Arroz	Feijão	Mandioca	Milho	Soja	Trigo ²	Algodão
1970	115,5	126,6	101,6	93,1	95,1	-	72,4
1971	99,1	128,7	112,3	77,6	89,2	-	75,5
1972	141,6	131,6	110,4	88,0	105,6	-	104,3
1973	118,6	111,9	99,2	87,7	103,6	-	86,0
1974	104,6	100,4	93,1	110,0	104,4	-	93,7
1975	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	-	100,0
1976	104,7	90,0	96,1	97,9	110,9	-	72,4
1977	102,9	89,1	93,6	99,9	115,2	-	98,5
1978	86,1	85,2	89,1	82,2	98,0	100,0	81,5
1979	105,2	83,4	90,2	108,5	115,2	80,0	99,6
1980	110,1	70,7	89,3	109,3	127,1	114,0	130,7
1981 ¹	84,7	72,7	83,8	102,6	121,3	98,6	124,2
1982	110,9	78,5	80,3	109,9	136,1	115,6	110,7
1983	97,6	66,2	72,4	116,0	144,7	152,0	150,4
1984	101,5	79,5	87,5	109,6	127,1	60,6	113,4

¹ Os dados referentes ao período 1981-1984 são estimativos.

² Foi considerado 1978 = 100.

Como se pode observar na tabela, a convergência de fatores técnicos, políticos e econômicos, que resultaram em investimentos nos solos de cerrados na primeira década da EMBRAPA, rapidamente foram traduzidos em elevação da produtividade dos gêneros de interesse internacional. Percebe-se que, em contrapartida, o índice de crescimento da produtividade do feijão e da mandioca, alimentos da cultura nacional, sofrem retração ao longo da mesma década.

Os anos 1970 testemunharam a difusão de tecnologias também no contexto da agricultura familiar. Em municípios do Sul Catarinense, a especialização dos cultivos de arroz e fumo, e a criação de aves e suínos, se destacaram. A rizicultura, no entanto, representou o cultivo que mais arregimentou investimentos do capital urbano-industrial (MINATTO, 2001).

O arroz é considerado um produto de amplo consumo em âmbito mundial, principalmente nos países do Terceiro Mundo. O pacote tecnológico da revolução verde, financiado pelo grupo Rockefeller, difundido por grandes empresas dos Estados Unidos, dispensou ao arroz uma atenção especial, sendo incorporado pelo poder público no Brasil. O desenvolvimento de pesquisas, o crédito subsidiado, a incorporação de tecnologias na produção e assistência técnica, garantiram a expansão daquele cereal. (MINATTO, 2001, p. 23).

Na década de 1980 – a famosa “década perdida” – os investimentos em crédito agrícola, subsídios, extensão rural e pesquisa agropecuária foram afetados. No entanto, o governo brasileiro investiu em determinadas culturas domésticas, como o arroz. Nesse contexto o decreto 86.146, de 23 de junho de 1981 (BRASIL, 1983), estabeleceu a criação do Programa Nacional para Aproveitamento das Várzeas Irrigáveis (PROVÁRZEAS)⁶. O Programa propunha a utilização das várzeas⁷ do Brasil para cultivo a partir de sementes pré-germinadas, e prometia maior produtividade. A implantação do Programa ocorreu de forma seletiva, excluindo produtores da atividade.

No Brasil, como um todo, a trajetória modernizadora expulsou do campo boa parte dos agricultores menos capitalizados. O êxodo rural somou reservas de mão de obra para as indústrias urbanas, e abriu espaço para a territorialização do capital e concentração da propriedade privada da terra. Analisando a questão fundiária do final do século XX Oliveira

⁶ O Programa de Aproveitamento Racional das Várzeas Irrigáveis (PROVÁRZEAS) foi elaborado em 1978, pelo governo João Figueiredo e oficializado através do Decreto n. 86. 146 de 23 de junho de 1981 (BRASIL, 1983). O PROVÁRZEAS visava à utilização econômica das várzeas em todos os estados brasileiros através do saneamento agrícola, drenagem e irrigação.

⁷ As várzeas se caracterizam por serem solos aluviais e/ou hidromórficos, geralmente planos e ricos em matéria orgânica, facilmente irrigáveis por gravidade, na maioria dos casos, e inundados temporariamente ou não (margens de córregos, rios, vales úmidos), porém, apresentando, muitas vezes, umidade excessiva, necessitando de drenagem adequada. Mencionam-se que as várzeas são constituídas de solos originários da decomposição de materiais transportados por cursos de água ou mesmo trazidos das encostas pelo efeito erosivo das chuvas. (EMBRAPA, 2014, p. 4).

(2001, p. 2) afirma que os dados referentes a 1992, divulgados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) no Atlas Fundiário Brasileiro:

[...] mostravam que havia no Brasil 3.114.898 imóveis rurais e, entre eles, 43.956 (2,4%) com área acima de mil hectares, ocupando 165.756.665 hectares. Enquanto isso, outros 2.628.819 imóveis (84,4%), com área inferior 100 hectares, ocupavam apenas 59.283.651 hectares (17,9%). Estudos realizados revelam que se o Incra aplicasse na totalidade os preceitos da Lei 8.624, que define o que é terra produtiva e improdutiva no país, teríamos algo em torno de 115.054.000 hectares (20% da área total) como propriedades improdutivas. (OLIVEIRA, 2001, p. 2).

Portanto, além da concentração fundiária, a aquisição de terras pelo capital urbano-industrial se destinava às reservas patrimoniais de fortes grupos econômicos, e não à produção. Sua função esteve ligada muito mais à segurança para acesso ao crédito bancário, ou de políticas de incentivos dos governos (OLIVEIRA, 2001).

Desta forma, as desigualdades sendo acentuadas no campo e a aceleração da migração da população rural para as cidades, resultaram em aumento da pressão política por reforma agrária. Com essas circunstâncias, além do processo de abertura política da década de 1980, ganham projeção os movimentos sociais do campo. As Ligas Camponesas, organizadas entre as décadas de 1950/60, no Nordeste, haviam sido abafadas com a ditadura militar de 1964. Porém, com o entusiasmo da década de 1980, em torno da redemocratização, os desterritorializados do campo voltaram a se mobilizar, agora sob uma nova organização, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST.

É fundamental lembrarmos que, além do contexto político brasileiro da década de 1980, havia uma angústia geral em função do cenário econômico. A crise desse período teve impactos significativos nas questões rurais, atingindo não apenas os excluídos, mas também os beneficiários da modernização. Até então, o processo havia se desenrolado num crescente de investimentos, produtividade e concentração, no que se referia à questão agrária. Nesse momento, porém, a crise fiscal do Estado abre espaço para novos arranjos institucionais, de caráter neoliberal.

A retomada da “visão neoliberal”, associada à crise fiscal do Estado brasileiro, colocou em xeque o padrão de desenvolvimento agroindustrial. Ao se desvencilhar do papel de financiador e de patrocinador da modernização, o Estado enfraqueceu as bases que sustentavam as articulações entre os agentes, deixando “em aberto” o campo de opções estratégicas para sua atuação, gerando, assim, o ambiente para a reestruturação das articulações. (MAZZALI, 2000, p. 18).

Crise política e crise econômica. O momento favoreceu a organização de movimentos sociais em luta por direitos. Foi um período marcado por muitos e violentos conflitos. Em 1984 o país entrou na onda da campanha pelas “Diretas Já”. Em 1985 ocorreram as eleições que elegeram, para a presidência da República, Tancredo Neves e José Sarney, tendo assumido este, em razão do falecimento do presidente eleito. A redemocratização, porém, se efetuou apenas com a Constituição de 1988, que adotou diretrizes neoliberais.

No cenário internacional a Guerra Fria caminhava para o fim, e os Estados Unidos se destacava com todo seu potencial de influência, se tornando uma potência tecnológica, financeira e política. A criação da internet transformou por completo as lógicas de regência dos territórios. A aceleração da comunicação e seus rebatimentos, resultaram em aumento substancial do poder de influência cultural dos EUA, construindo novas racionalidades de poder, teleguiados pelo mundo da virtualidade. Intensificava-se, assim, o processo de globalização.

1.2 – A categoria território no contexto da globalização

Tratando-se de dinâmica socioespacial, com a intensificação do processo de globalização, um discurso em torno do fim das fronteiras, em razão de um mundo mais virtual, tecnológico, tomou força nos espaços de política e sociedade hegemônicos. Isso aconteceu, especialmente, pós Consenso de Washington⁸ (1989), com a desregulamentação da economia.

O casamento, portanto, do momento político com o estágio tecnológico, resultaram no que se pode chamar de “globalização pós-moderna”. A partir dessa ideia, a difusão de um ideário intencional, a serviço da economia de escala internacional, propagava a globalização como um processo de compressão e/ou superação espaço-temporal, mediado pela técnica, associado à construção de uma “aldeia global” homogênea.

No entanto, não foi o que aconteceu. Castells (2000) afirma que a “sociedade em rede” prometeu o fim das distâncias, tanto pela comunicação quanto pelo transporte. Porém, essa “desterritorialização”, no sentido da superação das diferenças territoriais e das territorialidades pessoais e coletivas, impressas nos territórios, se tratou muito mais de uma ideologia. Embora o desenvolvimento tecnológico tenha comprimido o espaço-tempo, não se pode dizer que esse processo seja precursor da homogeneidade espacial, já que se trata de um encadeamento que

⁸ O Consenso de Washington pode ser caracterizado como uma conjunção de propostas para a economia neoliberal, traduzidas em dez regras, como redução de gastos públicos, desregulamentação e privatização de estatais, entre outros. Suas deliberações se tornaram a cartilha do Fundo Monetário Internacional (FMI) da década de 1990, sendo aplicada nos países emergentes.

ocorre em redes, que são, na realidade, seletivas. Conforme Castells:

Porém, como as redes são selectivas de acordo com os seus programas específicos, e porque conseguem, simultaneamente, comunicar e não comunicar, a sociedade em rede difunde-se por todo o mundo, mas não inclui todas as pessoas. De facto, neste início de século, ela exclui a maior parte da humanidade, embora toda a humanidade seja afectada pela sua lógica, e pelas relações de poder que interagem nas redes globais da organização social. (CASTELLS, 2000, p. 17).

Desta forma, Castells nos explica que a globalização está vinculada às redes – comunicação e transportes –, mas que essas redes são seletas, ou seja, ela forma uma teia, que exclui pessoas. E assim, por meio de um processo de restrição, há uma ideologia hegemônica que afeta o mundo em forma de pressão e exploração. Há uma intimidação globalizadora constante pela padronização e pelo consumo de ideais e bens ditos como mundializados.

Nesse mesmo sentido, José Reis (2002) afirma que a globalização é uma metáfora, justificada pelo universo da globalização, que não passa de uma parte do universo total. E, paralelo a isso, discorre sobre o universo-da-não-globalização:

O universo-da-não-globalização é o que assenta em dois aspectos bastante diferentes entre si: a exclusão (resultante, por exemplo, da procura não revelável perante os factores da globalização, porque não é solvente ou nem sequer se manifesta) e um conjunto de práticas e iniciativas que, por assentarem numa economia moral não-sistémica e em práticas relacionais contextuais e em interações institucionais autónomas, são alheias ao mundo globalizado, apresentando-se como formas de resistência. (REIS, 2002, p. 109).

Assim, por ser a imposição globalizante agressiva, desrespeitosa, e excludente, ela cria, ao mesmo tempo, espaços de padronização econômico-culturais e espaços contra hegemônicos, em contrapartida, que Reis caracteriza como resistentes. O universo-da-não-globalização se manifesta a partir da exclusão que acompanha a globalização, na medida em que a dinâmica do capital tende a concentrar riquezas e se expandir, também, ao alcance de territórios economicamente desfavorecidos, numa lógica de exploração.

No caso da América Latina, o contexto de descentralização político-administrativa que sucedeu a crise do Estado de Bem-Estar Social marca, com a chamada onda neoliberalizante, políticas públicas voltadas para a necessidade de experiências autônomas de desenvolvimento. No Brasil, a própria Constituição de 1988 descentralizou vários aspectos da administração pública, conforme mencionamos.

No que concerne à conjuntura de descentralização dos anos 1990, agências multilaterais mundiais passaram a recomendar o “enfoque territorial” para os planos de desenvolvimento.

Isso quer dizer que a dimensão espacial da economia e da sociedade deveriam ser priorizadas nos planejamentos. A razão estava no reconhecimento de que a aproximação entre os atores favorece a ação cooperativa e amplia a capacidade de desenvolvimento de oportunidades e negociação coletiva. Ortega aponta que:

Fortalecendo essa posição, agências multilaterais (BM, BID, FIDA, ILCA, FAO e CEPAL, dentre outras) aprovaram, nos últimos anos, estratégias de desenvolvimento que adotassem o enfoque territorial. Documento do Banco Mundial, por exemplo, dirigido especificamente à América Latina, recomendava a criação de novas institucionalidades (arranjos socioprodutivos locais) para o meio rural, como forma de alcançar a boa governança. (ORTEGA, 2008, p. 36).

Ora, os organismos, agências e estados passaram a reconhecer a importância dos arranjos locais para experiências que conjuguem interesses. Nesse sentido, a ideia seria combinar ganhos, levando em conta as diferentes instâncias envolvidas – civis e governamentais -, respeitando, como se pode imaginar, as hierarquias. Assim, a noção de desenvolvimento adquiriu um caráter essencialmente territorial. Para experiências bem-sucedidas, no entanto, esses avanços dependeriam do incentivo estatal, além do “capital social” dos sujeitos envolvidos. Pierre Bourdieu define capital social como:

O conjunto dos recursos reais ou potenciais que estão ligadas à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento mútuos, ou, em outros termos, a vinculação à um grupo, com o conjunto de agentes que não somente são dotados de prioridades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros e por eles mesmos), mas também que são unidos por ligações permanentes e úteis. (BOURDIEU, 2011, p. 67).

Para o sociólogo francês o capital social está inserido nas relações sociais. Portanto, essa característica é identificada em grupos em que essas relações são historicamente construídas, onde a reciprocidade, a confiança e a cooperação lhes é comum. Essa ideia nos remete à realidade da agricultura familiar, onde a ruralidade se expressa, via de regra, na relação que estabelecem com os vizinhos, com a religião e com o território, traduzindo suas práticas em territorialidades, pode-se dizer, compartilhadas.

De acordo com Raffestin (1993, p.160), “Territorialidade pode ser definida como um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaco-tempo”. Portanto, a territorialidade é resultado dessa interação entre uma certa sociedade e entre ela e seu espaço, construídas e modificadas com o decorrer do tempo. A territorialidade é, assim, a expressão das subjetividades dominantes das pessoas, que resultam de suas relações, e são

expressadas em seus territórios.

O conceito de território tem diferentes significados, conforme a ciência que dele se apropria. Entretanto, apesar das múltiplas formas de interpretação, faz parte de todos os enfoques a relação entre uma base física e a concepção de poder, seja ele animal, humano, individual, social, político. Para a Geografia, embora dependa de uma base física, o território está muito além dela, já que está atrelado à dinâmica relacional da sociedade. O exercício da coexistência relacional entre a sociedade e o meio, por meio do exercício do poder, produz e recria o espaço geográfico, constantemente.

Para Saquet (2003), ao buscar interpretar um território, não se pode lançar mão de nenhum de seus aspectos, que considera: econômico, político e cultural (EPC). Afirmar ainda que o território é, a priori, marcado pela conflitualidade inerente às relações. O campo de forças em que se insere o poder está presente nos territórios e adquire formas diversas, conforme as ligações que neles são estabelecidas. Conforme esse autor:

O território se dá quando se manifesta e exerce-se qualquer tipo de poder, de relações sociais. São as relações que dão o concreto ao abstrato, são as relações que consubstanciam o poder. Toda relação social, econômica, política e cultural é marcada pelo poder, porque são relações que os homens mantêm entre si nos diferentes conflitos diários. (SAQUET, 2003, p. 24).

Portanto, o território é um complexo de interações simultâneas, materiais e imateriais, que se apresentam imbricadas num dado espaço geográfico, porém, sem estar isolado, se apresentando, de fato, interescalar e articulado.

Ao destacar a apropriação e produção dos territórios - a partir de forças que convergem a um só tempo - Saquet explica que esses processos ocorrem conforme a territorialização já existente. Assim, por exemplo, a espacialização das atividades (econômicas, políticas, culturais) no território é fruto da territorialização existente e, ao mesmo tempo, dessa territorialização depende a produção de novos territórios num dado lugar.

O território é produto e condição da territorialização. Os territórios são produzidos espaço-temporalmente pelo exercício do poder por determinado grupo ou classe social, ou seja, pelas territorialidades cotidianas. As territorialidades são, simultaneamente, resultado, condicionantes e caracterizadoras da territorialização e do território. (SAQUET; CICHOSKI, 2011, p. 10).

Assim, o campo de forças do poder está constantemente em disputa, mais ou menos explícita, por parte de agentes diversos que se afinizam e/ou se interessam por determinado território. E são as territorialidades dos sujeitos aliadas à força de seus interesses e esforços que

vão determinar perdas e ganhos nos processos de territorialização.

No mesmo sentido que Saquet (*op. cit.*), Haesbaert (2006) defende que para apreender o território é necessário partir de uma perspectiva integradora, e acrescenta às dimensões EPC – economia, política e cultural – de Saquet, a dimensão espacial, afirmando que o “território só poderia ser concebido através de uma perspectiva integradora entre as diferentes dimensões sociais (e da sociedade com a própria natureza)”. (HAESBAERT, 2006, p. 74).

Além disso, podemos afirmar que o território se apresenta no tempo e no espaço, mas apresenta tempos e espaços diversos se, em sua análise, observarmos a complexidade das relações que encerra. Nesse sentido, é que Haesbaert (*op. cit.*) inaugura o conceito de “multiterritórios”, defendendo que num mesmo espaço pode haver a conjugação de múltiplos territórios justapostos, em que há diversidade combinada, representada pelas dimensões sociais, pelas escalas e pelas dinâmicas:

Essas dinâmicas se desdobram num continuum que vai do caráter mais concreto ao mais simbólico, sem que um esteja dicotomicamente separado do outro. No caso de um indivíduo ou grupo social mais coeso, podemos dizer que eles constroem seus (multi) territórios integrando, de alguma forma, num mesmo conjunto, sua experiência cultural, econômica e política em relação ao espaço. (HAESBAERT, 2006, p. 341).

Nesse sentido chamamos a atenção para o fato de que, ainda que a globalização tenha se refletido no território brasileiro de forma hegemônica, disseminando lógicas de produção homogeneizadoras no campo, é necessário que se leve em conta os movimentos de resistência – fortalecidos à época da redemocratização-, alicerçados no capital social dos grupos. Pois, se aceitarmos a ideia de que o capital financeiro tornou o campo brasileiro homogêneo e moderno, estaremos ignorando as diferenças inter-regionais e mesmo intra-regionais do Brasil, no que se refere aos aspectos naturais e humanos.

Para Haesbaert (2004) não existem mais territórios onde se possa verificar identidades homogêneas. As conexões revelam grande diversidade de influências, de forma que a hibridização nos territórios, quanto aos multiterritórios e quanto às multiterritorialidades, são resultado dessas combinações, que podem se originar em diversas partes do mundo. Segundo o autor:

Numa visão mais tradicional, o lugar, como o território e o próprio espaço, era associado à homogeneidade, ao imobilismo e à reação, frente à multiplicidade, ao movimento e ao progresso ligados ao “tempo”. Uma consciência global do lugar, defendida por Massey, embora não possa ser vista como boa ou má em si mesma, é a evidência de que hoje não temos mais espaços fechados e identidades homogêneas e “autênticas”. Nossas vidas estão impregnadas com influências provenientes de inúmeros outros espaços e escalas. A própria

“singularidade” dos lugares (e dos territórios) advém, sobretudo, de uma específica combinação de influências diversas, que podem ser provenientes das mais diversas partes do mundo. (HAESBAERT, 2004, p. 18).

Nesse contexto, os espaços não podem mais ser associados às colônias fechadas em si, apegadas à um *modus vivendi* tão específico, cuja singularização garante a proteção e perpetuação do grupo de indivíduos. Qualquer lugar, por menos que pareça, se encontra sob a égide das transformações alcançadas pelo interconhecimento. A tecnologia atualmente permite que se chegue a qualquer lugar do globo, em frente à um aparelho, estacionado em algum lugar. É desta forma, a priori, que os interesses corporativos alcançam territórios e os afetam, independentemente da consciência que os locais tenham sobre seus resultados.

Essas alterações estão intimamente ligadas com a urbanização, que no Brasil toma corpo a partir dos anos 1980, embora no censo de 1970 a população urbana tenha superado a rural. A vida na cidade, da qual não se pode desconectar a artificialização – dos ambientes, dos alimentos, até das relações –, cria e amplia demandas, que se estendem aos demais lugares, por intermédio das comunicações, a partir da sedução da ideia de conforto.

E é a partir dessas influências, que o campo, em sua essência, vai se modificando, incorporando novos valores, adquirindo novas tendências, que acabam por hibridizar territórios, a partir do intercâmbio das culturas. Retomamos aqui o caráter ideológico da globalização, que difunde a concepção de homogeneização, e a efetiva, dependendo do alcance de seus mecanismos em determinado território.

Assim, é a partir da cultura urbana e do serviço ideológico prestado pelos agentes da mundialização, que se multiplicam os multiterritórios, representados pela combinação das realidades locais com as demais escalas, alcançando a global. Nesse contexto está inserido o espaço agrário brasileiro, cuja modernização excludente afetou, de diferentes formas, os territórios rurais. A diversidade quanto à formação territorial de um país com tamanha dimensão, como o Brasil, exige que nos debruçemos em suas minúcias, para a apreensão de um todo que se articula a todo momento, com as diversas escalas de poder.

Entre as esferas socioeconômico-políticas de uma sociedade existem as imposições, as aceitações, mas existem, em contrapartida, as reações, as revoltas e as lutas. No mesmo Brasil do latifúndio o agricultor familiar sempre predominou, em números. No país que se propôs a ser celeiro agrícola do mundo, por meio de intensa mecanização, utilização de agroquímicos e, conseqüentemente, maior concentração fundiária, a abertura política da década de 1980 foi representante de uma saída importante para as demandas dos excluídos.

1.3 – O agricultor familiar na política pública brasileira

No contexto das lutas e da abertura política, os agricultores familiares e o sindicalismo rural, ligado à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), reivindicava políticas públicas específicas para os pequenos produtores, aliados do processo de modernização agropecuária.

Em meados da década de 1990 a efervescência dos movimentos sociais e sindicais do campo resultou na cunha do termo “agricultor familiar”, categoria-síntese que abarcaria diversos grupos de pequenos produtores rurais. Notadamente em 1996, como resultado das pressões desse movimento e do Banco Mundial, é criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), cuja função seria prover crédito e assistência aos agora chamados agricultores familiares (SCHNEIDER, 2006).

Por mais que a intencionalidade dos organismos internacionais, que deram suporte ao processo, estivesse lastreada na extensão do capitalismo às pequenas propriedades rurais, o reconhecimento da importância da agricultura familiar representou o arrefecimento do processo de abandono do campo. O reconhecimento da importância do segmento, tanto para a economia quanto para o desenvolvimento do meio rural, desdobra em políticas que incentivam a permanência no campo, atreladas à inserção desses grupos ao mercado.

O reconhecimento legal da categoria “agricultor familiar” se deu em resposta à longa história de lutas dos trabalhadores rurais. Sua admissão enquanto sujeitos de direitos é iniciada com a criação de política pública direcionada, e se consolida com a definição oficial dessa categoria produtiva. Assim, conforme a Lei 11.326, de 24.07.2006, o Estado considera “agricultor familiar” aqueles que preenchem os seguintes requisitos:

- I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais⁹;
 - II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
 - III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; (Redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011)
 - IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.
- (BRASIL, 2006, p. 1).

Os agricultores familiares, então, são pequenos proprietários rurais, que trabalham junto a membros de sua família. Costumam cultivar produtos comercializáveis e para consumo

⁹ Módulo fiscal é uma unidade de medida agrária, expressa em hectares, cuja área varia conforme o município, dependendo do tipo de exploração predominante e renda obtida com a mesma.

próprio, mas, podem explorar outras atividades econômicas também, ligadas ao comércio e serviços no meio rural. Isso é o que nos aponta a legislação. No entanto, os produtores familiares são mais do que isso. Apresentam uma cultura própria, herdada de seus antepassados. Conforme Naves e Mendes:

Na agricultura familiar os produtores são proprietários dos meios de produção, assumem o trabalho no estabelecimento produtivo e ainda possuem um sentimento de pertencimento com a propriedade onde vivem, trabalham e têm sua religiosidade. Salienta-se que os agricultores familiares têm a sua identidade cultural fundamentada nas tradições, religiosidade e nos costumes. Comumente os antepassados dos agricultores familiares viveram no mesmo lugar carregado de simbologia e de significados. (NAVES; MENDES, 2015, p. 259).

Portanto, a agricultura familiar está muito além de uma forma de produção, abrangendo aspectos culturais que lhe são peculiares e que lhe dão valor. Valor esse que foi rebatido pela ideologia da Revolução Verde, mas acaba sendo reconsiderado nos anos 1990, como resposta aos movimentos ecológicos, às pressões institucionais nacionais e internacionais, e às novas lógicas econômicas, que vão alavancar as qualidades do rural e lançá-las no mercado.

A década de 1990 também foi marcada pelos movimentos antiglobalização. A reação defendida, especialmente, por grupos urbanos, resultava da crítica à ampliação de poder das transnacionais e os impactos sociais, econômicos e ambientais da concentração de renda e das formas de produção dos grandes grupos. No país, a invasão das empresas e marcas estrangeiras era facilitada pela política neoliberal. E dentre os diversos grupos do movimento antiglobalização ascenderam os movimentos ecológicos.

Giddens (1991) ao discorrer sobre os riscos da globalização ao trabalho, ao meio ambiente, à vida, fala de um certo aspecto ameaçador das circunstâncias que passamos a vivenciar. Há os riscos que ameaçam mais diretamente os pobres, e os riscos que não fazem distinções sociais ou étnicas. A poluição, a erosão e a intoxicação dos alimentos estão neste grupo. É em razão desses riscos que se fortalece, no Brasil, o movimento ambientalista, que na definição de Castells representa:

Todas as formas de comportamento coletivo que, tanto em seus discursos como em sua prática, visam corrigir formas destrutivas de relacionamento entre o homem e seu ambiente natural, contrariando a lógica estrutural e institucional atualmente predominante. (CASTELLS, 1999, p. 143).

É nesse contexto de crítica ao modo de produção e de vida degradantes ofertadas pelos rebatimentos diversos do desenvolvimento tecnológico, que se revisa o papel da agricultura familiar no Brasil. Podemos dizer que os desdobramentos da modernização no campo

resultaram numa contrariedade no que se refere à ideologia forjada com a Revolução Verde de que o rural era atrasado e algo a ser superado. Os impactos da utilização de maquinários e químicos no campo, somado ao intenso desmatamento da expansão da fronteira agrícola, alertou segmentos da sociedade para a gravidade da lógica produtivista indiscriminada.

O resultado desse alerta foi transmutado em nova ideologia para o campo, por meio da qual são sugeridas novas racionalidades, que valorizam o rural a partir de outros qualificativos, como a tranquilidade, por exemplo. Novos valores foram construídos com a contribuição do movimento ecológico, embora tenha sido, evidentemente, apropriada pelas estratégias de acumulação capitalista.

Ao enxergar o campo numa posição que extrapola a produção agropecuária, começou-se a desassociar o espaço rural da visão economicista de setor. Passou-se a admitir seu potencial para funções variadas, como proteção ambiental e a própria segurança alimentar, preocupação da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) no período em discussão. Pois, apesar da extraordinária ampliação da produtividade no campo, a opção por determinados cultivos, especialmente, *commodities*, fez com que o problema da alimentação continuasse em pauta. Por outro lado, a utilização de maquinários e químicos passou a economizar mão de obra, atingindo, especialmente, os estabelecimentos de agricultura familiar.

Observando os dois lados da moeda, temos, por parte do campo, a liberação de mão de obra e uma nova divisão do trabalho, que passa a incluir a ocupação em outras propriedades, e até ofícios extra agrícola. Já por parte da cidade, passa a haver uma valorização dos espaços considerados mais “naturais”, onde a qualidade de vida poderia ser encontrada. Na análise de Graziano da Silva:

Há também uma nova onda de valorização do espaço rural, capitaneados por questões ecológicas, preservação da cultura "country", lazer, turismo ou para moradia. Observa-se em todo o mundo uma preocupação crescente com a preservação ambiental que estimulou novo filão do turismo: o ecológico. A nova forma de valorização do espaço vem a remodelar as atividades ali existentes, em função da preservação ambiental e do atendimento aos turistas. (GRAZIANO DA SILVA, 1997, p. 2).

Assim, conforme o autor, a preservação se torna central nesse momento (década de 1990) em que a cidade vive o drama da crise. A preocupação com a preservação, do ambiente e da cultura, representa um novo filão econômico, ligado às atividades turísticas. Nascia um novo paradigma para o rural brasileiro, já que na Europa esse cenário já se encontrava em vias de consolidação.

A partir de então, o rural cada vez mais deixa de ser confundido com agrícola, e é

inserido no mercado com novo valor, o de natureza primeira ou paisagem natural. Para Carneiro:

Novos valores sustentam a procura da proximidade com a natureza e com a vida no campo. A sociedade fundada na aceleração do ritmo da industrialização passa a ser questionada pela degradação das condições de vida dos grandes centros. O contato com a natureza é, então, realçado por um sistema de valores alternativos, neoruralista e antiprodutivista. O ar puro, a simplicidade da vida e a natureza são vistos como elementos “purificadores” do corpo e do espírito, poluídos pela sociedade industrial. O campo passa a ser reconhecido como espaço de lazer ou mesmo como opção de residência. (CARNEIRO, 1998, p. 57).

Ou seja, parte da cidade a necessidade de manutenção de um campo com características “originais”, onde o bucólico é valorizado, bem como a natureza intocada. Isso remete, no caso brasileiro, à própria origem da população urbana, cujos antepassados viveram ou vivem no campo. Essa busca, digamos, de retorno ao campo, incentivou novas atividades econômicas, como o turismo rural e o turismo em espaços rurais. Pode-se afirmar, a partir disso, que os novos padrões de consumo das sociedades urbanas causam impactos no mundo do trabalho rural, através de demandas que movimentam a diferenciação das atividades realizadas no campo.

Diante das novas tendências, políticas de desenvolvimento rural se voltam para o estabelecimento dos novos sentidos atribuídos ao rural, seguindo o modelo europeu, incorporando a pluriatividade. A pluriatividade é a diversificação das ocupações geradoras de renda por meio dos rurais, que mantém a atividade de cultivo concomitante à outras atividades, dentro ou fora da propriedade. Também são consideradas pluriativas as famílias em que parte dos membros se ocupam da agricultura, e parte deles se envolvem em outras atividades econômicas, em qualquer dos setores. Na definição de Schneider:

[...] um fenômeno através do qual membros das famílias de agricultores que habitam no meio rural optam pelo exercício de diferentes atividades, ou mais rigorosamente optam pelo exercício de atividades não-agrícolas, mantendo a moradia no campo e uma ligação, inclusive produtiva, com a agricultura e a vida no espaço rural. (SCHNEIDER, 2003, p. 91).

Essa alteração na ocupação dos rurais deriva também, como vimos, da liberação de mão de obra do campo. Nesse cenário, a pluriatividade acabou se apresentando como alternativa às propriedades familiares que se mostraram pouco competitivas diante das novas exigências do mercado, quanto à atividade agrícola em si. Considerando as atividades não agrícolas incorporadas, quando não melhor remuneradas, ao menos se apresentaram como alternativa a esses trabalhadores, tornando-se mecanismos de reprodução ou complemento de renda.

A pluriatividade se estabelece como uma prática social, decorrente da busca de formas alternativas para garantir a reprodução das famílias de agricultores, um dos mecanismos de reprodução, ou mesmo de ampliação de fontes alternativas de renda; com o alcance econômico, social e cultural da pluriatividade as famílias que residem no espaço rural integram-se em outras atividades ocupacionais, além da agricultura. (BAUMEL; BASSO, 2004, p. 139).

Pode-se considerar que o rearranjo da organização produtiva familiar resultou em crescimento do número de famílias pluriativas, uma tendência que foi ampliada com a passagem dos anos no século XXI. Isso revela que o espaço rural não se apresenta mais como locus exclusivo de produção da agropecuária, mas também de novas formas de vida. Vale lembrar que esse novo caráter das famílias rurais resulta em maior interação com qualidades do urbano, potencializada pela interação com os grupos e com o mercado. Portanto, essas variações perpassam transformações internas aos sujeitos, no sentido da construção de novas ruralidades - o que discutimos no tópico 1.4.

Novas funções e novas atividades estão sendo exercidas por estas unidades de produção familiares, o que tem sido fundamental para sua reprodução. O que se convencionou chamar de “novo rural” são atividades ligadas ao lazer, ao turismo, à preservação ambiental, à produção artesanal, assim como estão incluídas aí as “segundas residências” e ocupações antes urbanas, relacionadas à prestação de serviços. Novas relações de produção (e para além dela) emergem onde a produção familiar está inserida, especialmente ligadas à pluriatividade, agricultura em tempo parcial e a multifuncionalidade do rural.

O conceito de multifuncionalidade da agricultura familiar foi elaborado no âmbito da União Europeia, especialmente, diante do contexto social da França. O caráter multifuncional desse segmento pauta-se na diversidade de papéis desempenhados historicamente pelos pequenos produtores rurais, inclusive, de manutenção de um tecido social rural. Esses papéis se contrapõem à visão tradicional produtivista agrícola, descompromissada com a questão social e ambiental.

Assim, a noção de multifuncionalidade propõe um novo olhar sobre a agricultura familiar, observando a vivência das famílias nos territórios, em seus hábitos de reprodução social. Expande-se, desta forma, o foco de análise da pluriatividade, mais limitada ao âmbito privado, para a ideia de bem público da multifuncionalidade. Pois, seu entendimento inclui a segurança alimentar, a preservação dos recursos naturais, a manutenção do tecido social, além da própria reprodução socioeconômica das famílias (CARNEIRO; MALUF, 2003).

Para esse novo perfil do campo, novas políticas públicas foram sendo gestadas. Tais políticas foram inspiradas no programa europeu Ligações Entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural (LEADER). Esse programa nasceu como resposta à crise europeia, em decorrência de superprodução e baixo lucro na agricultura, exclusão de algumas regiões produtoras, bem como impactos ambientais resultantes da Revolução Verde. Então, foi promovida uma reforma na Política Agrária Comum (PAC) prevendo que o desenvolvimento rural deveria acontecer pela geração de emprego e renda no campo e não, necessariamente, na agricultura (ORTEGA, 2008).

O programa LEADER, inicialmente, contemplou países menos favorecidos da Europa - Portugal, Grécia e Espanha – em relação à incorporação de tecnologias na agricultura. Diante da conclusão de que era necessária a inclusão dessas áreas, mas também de um novo modelo, o plano foi pensado no sentido de se construir projetos a partir dos territórios, de suas realidades e potencialidades.

Para o Brasil, como de hábito, o LEADER serviu de inspiração. Existe uma prática de incorporação de modelos europeus bastante característica neste país. Assim, pela incorporação do modelo europeu no Brasil, o PRONAF, antes aplicável apenas às atividades agropecuárias, atualmente atende, também, operações não agropecuárias do rural brasileiro, com linhas de crédito específicas, por exemplo, para jovens, mulheres, projetos de agroecologia e turismo.

Ainda assim salientamos que a sociedade brasileira, como um todo, até então se apresenta pouco sensível à valorização das dimensões imateriais do exercício familiar da agricultura. Vemos que essa consciência da colaboração dos agricultores para o conjunto da sociedade, presente em realidades como a francesa, ainda se encontra incipiente no Brasil. Por mais que exista uma valorização dos espaços rurais para finalidades não agrícolas, temos a impressão, especialmente com a experiência desta pesquisa, de que se trata de uma visão muito mais de consumo centrada nos urbanitas.

Nesse sentido, temos um caminho a percorrer, enquanto sociedade, no sentido de compreender que os agricultores familiares não estão inseridos em novas atividades apenas para obterem renda e atender à uma demanda. Mas, que esse segmento social tem importância fundamental para o conjunto da sociedade, e deve ser assim reconhecido pelo corpo social e pelas políticas públicas.

1.4 – Ruralidades em (des)construção e as novas ruralidades

A polarização entre rural e urbano pode ser identificada como a representação espacial predominante na segunda metade do século XX. Essa vertente correspondia à interesses de grupos específicos hegemônicos e foi reproduzida socialmente. Para Rua (2005, p. 46) “até hoje tem predominado uma visão espacial da desigualdade, em que os espaços periféricos/rurais dominados, seguem o modelo dos espaços centrais/urbanos, numa dicotomia adiantado/atrasado”.

A ideia de “superação do rural” esteve de acordo com as conclusões sobre o “novo rural brasileiro” levantadas a partir do Projeto Rurbano¹⁰, no final da década de 1990. O estudo coordenado pelos professores José Graziano da Silva e Rodolfo Hoffman, do Núcleo de Estudos Agrícolas do Instituto de Economia da Unicamp, levantou dados sobre a ocupação da população do campo e registrou as novas funções do espaço rural. No livro publicado em 1999, Graziano assim inicia o trabalho:

Está cada vez mais difícil delimitar o que é rural e o que é urbano. Mas o tema que aparentemente poderia ser relevante, não o é: a diferença entre o rural e o urbano é cada vez menos importante. Pode-se dizer que o rural hoje só pode ser entendido como um “continuum” do urbano do ponto de vista espacial; e do ponto de vista da organização da atividade econômica, as cidades não podem mais ser identificadas apenas com a atividade industrial, nem os campos com a agricultura e a pecuária. (GRAZIANO DA SILVA, 1999, p. 1).

Graziano segue o texto explicando que está em curso um processo de urbanização do campo e corrobora, desta forma, com a ideia de superação do “atraso” atribuído ao mesmo. Essa visão, que o professor Rua (2005, p.46) caracteriza como “urbanocêntrica”, considera que o campo seja a antítese da cidade, ignorando, no entanto, a dialética resultante das interações intrínsecas aos processos que dinamizam a sociedade e, portanto, o espaço. A vertente que opõe campo e cidade, com a ideia de hierarquia, e as compreende como realidades socioespaciais intermitentes, compreende que homogeneização urbanizadora é a tendência inevitável. Essa postura teórica tem relação direta com a ideia de que o principal ator social do meio rural, o camponês, teria sido extinto. Carneiro afirma:

¹⁰ O Projeto Rurbano começou em 1997, com o objetivo de caracterizar o Novo Rural Brasileiro, a partir da reconstrução de séries históricas dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad). “Apoiado pela FAPESP, pelo programa de Núcleos de Excelência (Pronex/CNPq/Finep) e pela Secretaria de Desenvolvimento Rural do Ministério da Agricultura e do Abastecimento (SDR/MMA), o projeto reunia mais de 40 pesquisadores, 11 unidades federais e dois núcleos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)” (FAPESP, 2012, p. 203).

A diminuição da população agrícola como consequência da implementação hegemônica do modelo produtivista estaria diretamente relacionada ao processo de urbanização das localidades rurais, entendido aqui como a generalização do padrão de vida urbano, o que atestaria o fim da especificidade que até então distinguiu o rural do urbano. (CARNEIRO, 2012, p. 24 e 25).

Carneiro explica a relação que foi estabelecida entre a redução populacional, consequente à introdução da lógica industrial no campo, com o entendimento de urbanização do rural. No entanto, a própria ideia de esvaziamento se torna questionável, a partir do momento em que os empregos agrícolas diminuem, porém, a população rural aumenta, conforme demonstrado nos resultados do Projeto Rurbano (GRAZIANO DA SILVA, 1999). Portanto, o espaço rural é maior que o agrícola, e, mesmo com as atividades do novo rural, não se iguala ao urbano, nem tampouco se apresenta como um *continuum*, mas sim, se reorganiza em novas combinações, que não eliminam suas peculiaridades.

A distinção entre rural e urbano está presente no imaginário coletivo. Características desses espaços são traduzidas, no senso comum, pela percepção que se tem quanto às paisagens, estilos e práticas, traduzidos em territorialidades. No caso do rural, a ideia central de associação está, ainda, na figura do agricultor e seu modo de vida, não apenas para a sociedade, como um todo, mas também para os próprios pesquisadores (CARNEIRO, 2012). Assim, o debate em torno desses conceitos se torna fundamental, na medida em que sua classificação influencia, diretamente, a elaboração de políticas públicas, por exemplo. Nesse sentido, embora não concordemos com a conclusão a respeito da “urbanização do rural”, os resultados do Projeto Rurbano foram importantes para a revisão de regras e ampliação das possibilidades de acesso ao crédito para os “rurais não agrícolas”.

Dissertando sobre o mundo rural no Brasil moderno Wanderley (2011) chama a atenção para o redirecionamento que ocorre com as contradições resultantes do modelo produtivista agrícola.

Como resposta a esse contexto de crises, de questionamentos e de afirmações, os estudos rurais realizam um importante salto qualitativo, que se expressa em duas orientações complementares. Em primeiro lugar, a revalorização da dimensão espacial, que traz à tona um debate centrado na compreensão do mundo rural e suas relações com as cidades, bem como nas relações da vida local com os processos de globalização. Essa compreensão alimenta uma profunda reflexão a respeito do desenvolvimento rural sustentável como projeto de sociedade. Em segundo lugar, a reiteração da centralidade do conhecimento sobre os sujeitos rurais, em toda a sua diversidade e complexidade. (WANDERLEY, 2011, p.106).

O conjunto de crises e questionamentos desse período, incluindo o campo intelectual, modifica o sentido dos estudos envolvidos com o mundo rural, que passam a colocar em pauta, além das grandes questões estruturais e mudanças econômicas, o próprio território, em sua dimensão espacial e simbólica. Portanto, o debate em torno do rural começa a se preocupar com a vida dos locais, a partir, também, de seus olhares, dinâmicas e relações, no intuito de compreender as formas variadas de influência da globalização nas lógicas dos lugares.

Atualmente, porém, as compreensões sobre o rural, o urbano e as inter-relações que existem entre esses espaços, se apresentam de forma múltipla, e não podem ser consideradas como algo definido e finalizado. As transformações decorrentes do processo globalizatório alteraram suas funções e as concepções a seu respeito, por isso o debate está em aberto.

Para Kageyama (2008) a visão tradicional de rural, associada ao natural, à baixa densidade demográfica, maior homogeneidade, menor integração social e menor mobilidade, entre outros, não confere com a realidade:

[...] hoje, no meio rural de quase todos os países, há uma grande diversidade de ocupações, serviços e atividades produtivas, novas funções não exclusivamente produtivas (residência, paisagem, esportes e lazer), maior interação com o entorno urbano e uma revalorização do rural (pelo turismo, artesanato, etc) que pode inverter o movimento de uma fração da população em direção às áreas rurais. (KAGEYAMA, 2008, p. 20).

Todos os tipos de serviço podem ser encontrados em espaços rurais, portanto, especialmente quando se trata do espaço de produção familiar. Isso não os torna, porém, urbanos. O que ocorre é uma integração campo-cidade, uma aproximação quanto à racionalidade das atividades, sobretudo, econômicas. Rua (2005, p. 8) afirma que “Rural e urbano integram-se, porém, sem se tornar a mesma coisa, já que preservam suas especificidades”.

Nesse sentido, seria mais coerente encarar o “novo rural” a partir da elaboração de novas ruralidades, pois, se há, por um lado, uma aproximação entre urbano e rural, efetivada com a territorialização de atividades econômicas não agrícolas no campo, modificações culturais, e melhoramento de infraestrutura, há também, em contrapartida, um reforço das características ditas como “tradicionais”, ou ruralidades. Isso se dá, inclusive, pela valorização desses espaços, outrora desqualificados, a partir da racionalidade urbana.

É preciso deixar de lado, assim, as concepções essencialistas de o que é urbano e o que é rural, já que essas identidades estão, constantemente, em construção (CARNEIRO, 1998). Pois, cada identidade é expressão de variadas ordens, que ocorrem em redes materiais e afetivas, como resultado das relações de poderes, de pertencimentos locais e globais (MOREIRA, 2005).

Assim:

A identidade rural requer a existência do não-rural. Nesse sentido, as ruralidades só podem existir e serem pensadas a partir de suas relações com algo que a cultura significa como não-rural. Esses processos são, ao mesmo tempo, produtores de autoconhecimento e de mútuo reconhecimento e como processos sociais carregam as assimetrias de poder dos contextos sociais em que são produzidos. (MOREIRA, 2005, p. 19).

O autor questiona as bases subjetivas em que se balizam as concepções de rural e urbano e relembra que nessas relações, o rural se configura como subalterno. Da mesma forma alerta para o fato de que a respeito de identidades pode-se apenas captar indicadores, porém, jamais a própria existência.

Por outro lado, considerando as concepções mais cristalizadas a respeito dos espaços urbano e rural, pode-se ponderar, também, a presença de elementos de um em outro, configurando espacialidades múltiplas. Nesse ponto recorreremos à Rua (2005), que chama essa integração na direção do rural de “urbanidades no rural”. Para ele, como para Moreira (*op. cit.*) são as representações sociais que comandam os movimentos e constroem novas territorialidades.

A resignificação do rural, através da ideia de “urbanidades no rural” inclui uma série de representações que re-apresentam este espaço como um “outro rural”. Este, concebido, primordialmente, na cidade, como uma nova mercadoria, comporta a face “natural” da natureza e porta uma virtualidade, que se torna real [...]. O rural se vê consumido como virtual antes mesmo de se tornar mercadoria, incorporado aos diferentes discursos políticos (mas, também, midiáticos) como referência cultural, para a sociedade como um todo. (RUA, 2005, p. 54).

Assim, as “identidades rurais” adquirem novos caracteres, com componentes do que se convencionou atribuir ao rural e também ao urbano. Assim se forma o que Rua (*op cit*) denomina de identidades territoriais híbridas, verificável, especialmente, em áreas onde “urbanidades” se apresentam de forma mais condensada, como ocorre em territórios atravessados por vetores litorâneos – caso de Sangradouro.

Ao se trabalhar com o conceito de ruralidades, ainda que se trate de questões subjetivas e simbólicas, não se pode perder de vista o caráter essencialmente capitalista dessas recriações e resignificações, que direcionam os espaços rurais para a agricultura em tempo parcial e para a pluriatividade, por exemplo. Revalorizar espaços que outrora foram desqualificados, ideologicamente, revela a dimensão econômica do processo.

É necessário, da mesma forma, perceber que a resignificação do rural, visando o desenvolvimento territorial, não é uma realidade aplicável a todo o país. Observando-se os

aspectos social, econômico e demográfico, sabemos que o Brasil se apresenta profundamente desigual. Considerando essas diferenças, a Região Sul se destaca, por apresentar indicadores, sobretudo sociais e demográficos, de menores contrastes internos. A explicação desse fato está, especialmente, na colonização, ocorrida na segunda metade do século XIX. Conforme Anjos:

Esse processo, em sua complexidade e abrangência, produziu pelo menos dois grandes desdobramentos: em primeiro lugar, porque contribuiu para a constituição, nessa parte do país, do mais importante setor de agricultores familiares do Brasil; em segundo lugar, porque sentou as bases fundamentais que, posteriormente, desencadearam o processo de industrialização regional. (ANJOS, 2003, p. 18).

Os colonos de origem, principalmente, alemã, italiana e polonesa, trouxeram consigo a experiência do campesinato da Europa Central, associada ao dinamismo produtivo. Essa sociedade bastava-se, praticamente, em termos de produção alimentícia, e também construíam suas casas, móveis, utensílios domésticos, além de boa parte das ferramentas. Ainda curtiam peles, preparavam linhas e confeccionavam suas próprias roupas (KAUTSKY, 1980). Tal experiência esteve refletida na constituição das unidades familiares de produção do Brasil Meridional.

Compreender a constituição territorial do Sul e o processo de modernização agrícola são as chaves para o entendimento da constituição de novas ruralidades e do fenômeno da pluriatividade na Região. Lembrando-se que esse movimento não é inaugurado no Brasil, mas no contexto europeu, especialmente nos países da União Europeia, onde, em meados dos anos 1980, o “paradigma da modernização produtivista” vai sendo superado pelo “paradigma da multifuncionalidade” (ANJOS, 2003).

Portanto, é a partir da crise do modelo de tecnificação do campo, produtor de êxodo rural e pressão ambiental, que se inicia o processo de valorização política, da cultura e economia, das pequenas unidades produtivas, e de suas estratégias de reprodução. A pluriatividade passa a ser vista, então, como fator positivo, e artifício para o desenvolvimento de determinadas áreas rurais.

Assim, é a artificialização produtiva do campo o que gera a redução da importância das atividades agrícolas na renda dos trabalhadores rurais. A mão de obra liberada, seja de parte dos membros da família, seja de parte do tempo disponível do total da População Economicamente Ativa (PEA)¹¹, é o incentivo central para a busca de alternativas de renda pelo grupo familiar. Por outro lado, os reflexos da crise da modernização produtivista nas cidades,

¹¹ A população economicamente ativa considera os indivíduos com 10 anos ou mais, que exercem ou procuram para exercer, atividades remuneradas.

como crescimento desordenado, adensamento de construções, poluições de diversas ordens, entre outros, gerou novas demandas, a partir do meio urbano.

Voltando à questão da agricultura em tempo parcial, esta se refere à jornada de trabalho no setor e, não raramente, se associa à pluriatividade. É preciso cautela, entretanto, na associação dessas categorias, pois, esse tempo destinado à jornada de trabalho pode estar relacionado, apenas, com subocupação, em certos casos. Em qualquer deles, porém, é o conjunto da família que deve ser levado em conta. Conforme Graziano da Silva:

Pode-se dizer que as atividades agropecuárias já constituem uma atividade de tempo parcial para um contingente expressivo de trabalhadores no Brasil, não apenas porque as atividades agrícolas não demandam todo o tempo de trabalho disponível das famílias rurais, mas porque as atividades agrícolas não geram renda suficiente para todas as pessoas ocupadas em tempo integral, que também deveriam ser consideradas parte dos subocupados. (GRAZIANO DA SILVA, 1999, p. 53).

Vemos, assim, que a emergência das atividades não agrícolas no meio rural está, intrinsicamente, associada à condição dos trabalhadores rurais em relação à modernização e, por conseguinte, à evolução do capitalismo no campo.

Considerando as famílias pluriativas contemporâneas, em seu contexto de inserção numa lógica socioeconômica maior, é central a busca pela compreensão dos novos significados da agricultura. Deixando para trás a abordagem clássica, puramente econômica, que avaliava o campo como espaço da agricultura e, portanto, enquanto setor, emerge a noção de multifuncionalidade. O termo, surgido no contexto europeu, refere-se aos significados da agricultura para além da produção, de interesse social, como a preservação, por exemplo, da paisagem, do ambiente e de uma cultura específica. Assim, pode-se dizer que a multifuncionalidade abarca a diversidade de estratégias de reprodução dos agricultores, porém, mediante intervenção do Estado, por meio de políticas públicas de desenvolvimento.

A via territorial de investimentos públicos resgata, por assim dizer, o sujeito que gesta o espaço rural nas unidades familiares de produção, e o vincula ao contexto internacional, já que proteção e conservação são ações de interesse do mercado externo, inclusive. A primeira referência ao termo multifuncionalidade da agricultura e do território ocorreu durante a Eco-92, no Rio de Janeiro, ou seja, revela-se aí a preocupação mundial com a noção restrita da prática agrícola, em sua associação privada ao processo produtivo (CARNEIRO, 2002).

Nem todo rural, porém, pode ser caracterizado como “novo”, predomine nele características tradicionais, do latifúndio tecnificado, ou da agricultura familiar (mais ou menos integrada ao mercado). Isso graças aos processos históricos que envolvem os territórios, sua

realidade cultural e socioeconômica, onde estão impressas territorialidades diversas, em mutação. Além disso, a territorialidade não depende, exclusivamente, da base material do presente, pois se relaciona com a memória, com o imaginário, com o sentimento de pertencimento, com a ligação de um conjunto social à uma área territorial. Assim, um sujeito pode se vincular à determinado território, mesmo estando fora dele. E nesse mesmo sentido, por vezes, não é difícil identificar ruralidades em espaços urbanos e urbanidades em espaços rurais, revelando territórios híbridos. Segundo Carneiro:

[...] territórios que são delimitados uns dentro de outros, cujas fronteiras se cruzam e se deslocam conforme a dinâmica de reocupação dessas áreas por novos atores sociais. As fronteiras entre os territórios são, nesse sentido, móveis e podem até mesmo ser deslocadas de uma espacialidade física. Isto quer dizer que os indivíduos podem expressar o seu vínculo com um determinado território (sua identidade territorial) mesmo estando fora desse território. (CARNEIRO, 2012, p. 50).

O pensamento de Carneiro nos remete aos elementos presentes em determinadas realidades rurais contemporâneas, referentes à moradia - como no caso deste estudo – e casas de campo, ou chácaras de lazer. Remete também aos empreendimentos turísticos que exploram as características do rural, seja quanto à natureza (turismo de aventura e esportes - ecoturismo, cicloturismo, trekking, rafting, etc.), ou à própria tradição (turismo rural e cultural), e até investimentos mais deslocados da natureza ou produção tradicional do rural, como casas de eventos e bares – também presentes em Sangradouro.

Não esqueçamos, ainda, da característica multisetorial desse novo rural, onde indústria e comércio fazem parte do cenário. Considerando a realidade investigada, nota-se que mesmo esses novos empreendimentos apresentam ligações territoriais, que a subjetividade, a cultura, a ruralidade, auxiliam a compreender. É o que se verifica quando uma pequena indústria moveleira é instalada na propriedade rural dos pais de um indivíduo que ali crescera. Ou quando um gaúcho adquire imóvel próximo à um Centro de Tradição Gaúcha (CTG)¹² para realizar investimento. Ou ainda quando um pequeno comércio é construído no próprio sítio, visando a oportunidade da distância em relação à cidade e ao comércio.

No caso do Sul do Brasil não é raro verificar a presença de agentes diversos atuando nos espaços rurais, onde a combinação de atividades agrícolas e não agrícolas reconfiguram as dinâmicas relacionais, dos locais entre si, e destes com grupos de origem urbana. Esse processo é resultado e gerador de novos e específicos contextos, onde pode-se observar tanto a

¹² Os Centros de Tradições Gaúchas são sociedades que promovem, em determinada sede, uma série de atividades culturais, artísticas e campeiras, para prestigiar e preservar a identidade gaúcha.

convivência pacífica, quanto o conflito, mais ou menos explícito. De qualquer forma, o espaço rural, outrora concebido como espaço de produção, se torna, também, espaço para consumo.

A partir dessas reflexões consideramos que a homogeneização do urbano e do rural não seja realidade, nem em termos culturais, menos ainda no que se refere ao espaço. Não há o fim do rural, mas, pelo contrário, revitalização de espaços outrora progressivamente esvaziados. Evidentemente que no contexto da sociedade moderna, o rural tradicional, associado à ideia de pureza, não é o que se verifica. Se não há espaço estático, já que sob a influência humana nada está estagnado no tempo, por que o rural deveria estar? Especialmente considerando o contexto de globalização e de modernização do campo, avaliamos essa ideia como um pouco fantasiosa.

Mesmo o campo da agricultura familiar pluriativa e seu território multifuncional não podem ser interpretados como urbano. O que se convencionou chamar de fim das sociedades rurais não deve ser confundido com fim do rural. O que se observa é a emergência de novas ruralidades (assim mesmo no plural) em franca transformação, segundo a dialética que encerra as relações estabelecidas historicamente entre a sociedade e o território.

Assim, o novo mundo rural se apresenta como um segmento da sociedade, que dialoga, cada vez com mais frequência, com o conjunto social, reduzindo o fosso da polarização cidade-campo, sem, sobretudo, se tornar a mesma coisa. Tais representações dos espaços são muito importantes de serem consideradas, pois, não há dúvidas quanto à sua capacidade geradora de condutas cujo rebatimento, invariavelmente, se relaciona com a política.

Portanto, a ideia de rural associada ao passado, tanto no que tange ao estágio técnico, quanto no que se refere as questões culturais, apresenta-se romanceada e não realista. A figura do caipira ingênuo e ignorante alude à uma criação dos tempos áureos do “paradigma da modernização produtivista”, que vendia a ideia de que esse sujeito e sua realidade deveriam ser superados. Defender, por outro lado, que esse rural foi mesmo suplantado, e que o avanço das tecnologias e da cultura urbanocêntrica extinguiram o mundo rural, nos soa ficção.

Quanto à questão das unidades produtivas familiares, vale ressaltar que, a despeito de sua dinamização, seu papel social se ergue como alternativa ao domínio irrestrito da artificialização generalizada dos territórios. Seu modo de vida, associado às ligações estabelecidas com o meio – família, natureza, vizinhança – configura vivências que não podem ser plenamente suprimidas pelo fetichismo do consumo material.

Portanto, seria mais plausível, considerando as diversas realidades, as distintas trajetórias históricas, os diferentes estágios tecnológicos, e a localização dos territórios, considerar que não existe um mundo rural e uma ruralidade, mas mundos rurais e ruralidades, como não há apenas um urbano – especialmente quando se leva em conta a população. O rural

se apresenta, atualmente, com múltiplas faces. Delineá-las exige livrar-se de padrões pré-concebidos e uma análise acurada dos espaços. Assim, a partir dessas reflexões acerca do rural contemporâneo, especialmente contextualizado na agricultura familiar e suas características específicas, quanto à organização, estratégias e funções, passamos à análise do caso catarinense.

CAPÍTULO 2

EXPRESSÕES DA AGRICULTURA FAMILIAR EM SANTA CATARINA



Autor: ALVES, A. T. (jul. 2015).

2 – EXPRESSÕES DA AGRICULTURA FAMILIAR EM SANTA CATARINA

A ocupação territorial do Sul do Brasil não se dá com a colonização portuguesa do século XVI. Nessa época aquelas terras pertenciam legalmente à Espanha. A Região se tornará atrativa cerca de 200 anos mais tarde, por razões econômicas e militares, no contexto das disputas geopolíticas entre lusos e espanhóis pela demarcação da fronteira sul do país.

A colonização, especificamente da região Sul Catarinense, ocorre no contexto da abertura do “Caminho dos Conventos” pelo tropeirismo do século XVIII, inicialmente, e mais tarde pela necessidade de ocupação para garantia territorial, conforme planejamento do Estado e legitimação da imigração estrangeira. Por isso o imigrante não se destinava ao latifúndio, monocultor, escravista e exportador, mas aos lotes de terras florestados, doados ou vendidos de forma parcelada aos que chegavam.

No contexto nacional o processo de abolição da escravatura no século XIX demanda mão de obra para o trabalho livre, especialmente, para as lavouras de café. Somado à necessidade de colonização do Sul do país, é o que justifica a imigração de camponeses europeus expulsos pelo processo de industrialização e unificação política de países como Alemanha e Itália. São esses camponeses, ou colonos (como serão chamados no Brasil) que, ao lado dos açorianos, principalmente, fundarão a agricultura de base familiar em Santa Catarina.

2.1 – O papel da colonização na fragmentação territorial de Santa Catarina

O processo de distribuição e ocupação das terras do Sul do Brasil destoa da formação histórica que forjou as lógicas da tradicionalidade latifundiária do país, implantadas a partir do litoral. Por isso, para compreendermos a fragmentação territorial de Santa Catarina, entendemos que seja necessário um breve retorno ao Brasil colonial.

A história da pequena produção no Brasil não pode ser dissociada da questão da propriedade da terra. Assim, devemos lembrar que a colonização se estabelece com as capitanias hereditárias e as sesmarias. As pretensões territoriais de Portugal se efetivaram por meio dessa política de povoamento, elaborada para o funcionamento do sistema colonial de produção, que visava os interesses mercantis europeus. Porém, o Brasil oficial de até 1750, cujos limites estiveram demarcados pelo Meridiano de Tordesilhas, basicamente excluía o que viria a ser a Região Sul. Já no século XIX, apesar das alterações impostas pelo Tratado de Madri (1750), a garantia do território ainda configurava grande preocupação, estando na pauta das políticas do Império.

O sistema de sesmarias perdurou até as vésperas do processo de Independência (1822). A racionalidade da ocupação latifundiária no Brasil estava baseada no modelo da grande lavoura, ou, usando a expressão inglesa, *plantation* – monoculturas para exportação, cultivadas por mão de obra escrava, em grandes fazendas. Conforme Graziano da Silva:

Sintetizando, verifica-se que a ocupação do território brasileiro foi feita com base na posse de grandes extensões de terra, doadas a quem se habilitasse a explorá-las. Essa exploração implicou sempre na plantação de gêneros de altos preços que sustentavam a política mercantilista europeia e era uma poderosa alavanca da acumulação primitiva do capital. A pequena propriedade só pôde se desenvolver com base na posse ilegal, uma vez que não havia sido obtida por doação da Coroa ou de seu preposto. (GRAZIANO DA SILVA, 1978, p. 23-24).

Em contraste ao modelo dominante, que fez com que senhores e escravos predominassem na sociedade, a pequena propriedade surgiu, timidamente, baseada na posse ilegal da terra. Seus protagonistas eram mulatos, negros livres, indígenas, e até brancos - para quem o trabalho braçal significava injúria. Conforme Graziano da Silva (*op. cit.*) esses indivíduos viviam montando seus pequenos sítios, porém, não se fixavam em nenhum deles. Eram considerados marginais pelas autoridades, pois, estavam fora do grande sistema reinante. Foram eles que formaram a gênese da pequena produção agrícola, cujo objetivo, desde o Brasil Colônia, se refere ao abastecimento interno – e, muitas vezes, apenas ao autoconsumo.

Em 1850 foi proibido o tráfico negreiro, abrindo caminho para a abolição do escravagismo no Brasil. No mesmo ano foi sancionada a Lei de Terras. Ela representou o estatuto jurídico que transformou a terra em objeto de compra e venda, reafirmando o latifúndio. A grande necessidade de mão de obra para a cafeicultura foi uma das razões para a importação de novos imigrantes para o Brasil, como italianos e alemães. Outra razão foi a necessidade de se “povoar” o sul do país para garantia do território. Nesse contexto está Santa Catarina, especialmente a Região Sul do estado onde, ainda no final do século XIX, havia muitas terras devolutas.

Baseados em Hobold (2005) sabemos que, apesar das fundações litorâneas do século XVII – Nossa Senhora da Graça do Rio São Francisco, Nossa Senhora do Desterro e Santo Antônio dos Anjos da Laguna – a História de Santa Catarina se dinamiza mais no século XVIII, tanto pela questão da disputa territorial entre Portugal e Espanha, como pelo ciclo da mineração.

O século XVIII foi marcado pela imigração de grandes levas de portugueses, provenientes das ilhas da Madeira e Açores, e sua instalação no litoral catarinense. Esses imigrantes desenvolveram uma economia de subsistência, baseada na agricultura, pesca e

fabricação de farinha, aos moldes das atividades desenvolvidas nos arquipélagos de origem. Os açorianos contribuíram significativamente para a cultura do estado, especialmente pelo núcleo da capital, mas também pela presença em todo o litoral.

Concomitantemente, o fortalecimento dos núcleos urbanos em torno da atividade mineradora em Minas Gerais, movimentava os tropeiros no sentido sul-norte. As tropas partiam da Campanha Gaúcha, levando gado e charque para o abastecimento das minas. Seguiam pelo caminho do litoral, subiam o Rio Araranguá até o planalto de Lages, ou seguiam pela costa até Laguna, e além, como São Francisco do Sul, incentivando a criação de vilas ao longo do trajeto (SILVA, 2009).

Havia ainda outro caminho das tropas, tradicionalmente chamado de Viamão, que partia do município gaúcho homônimo, passava por Vacaria, atravessava o planalto de Lages para, então, rumar à Guarapuava/PR, Sorocaba/SP, com destino à Minas Gerais. Apesar disso, planalto e litoral quase não se comunicavam, e a preocupação em torno da garantia territorial era permanente.

Logo na primeira metade do século XIX, considerando o contexto da Independência, e a seguir, com a eminência do abolicionismo, o governo imperial passou a investir na imigração de novos grupos populacionais, desta vez de origem alemã, que se dirigiram para o Rio Grande do Sul e Santa Catarina, a partir de 1824. Os italianos chegariam mais tarde, a partir de 1880, ocupando, em Santa Catarina, principalmente, a região Sul Catarinense.

Na segunda metade do século XIX, com a limitação em relação à mão de obra escravizada, considerando o perfil dos imigrantes e levando em conta a necessidade de se povoar as terras de matas – Mata Atlântica –, era preciso pensar em outra forma de ocupação para o Brasil Meridional, voltada para a pequena propriedade. Segundo Waibel:

O novo tipo de colono deveria ser tanto um soldado quanto um agricultor, para poder tanto defender sua terra quanto cultivá-la. Onde poderia ser encontrado esse tipo de colono? Na Europa, naturalmente; e especialmente na Europa Central, onde soldados desengajados dos exércitos de Napoleão e camponeses pobres oprimidos estavam prontos a emigrar para qualquer país do mundo. (WAIBEL, 1949, p. 166).

Nessa época a Europa passava por sérias dificuldades, que atingiam diretamente os camponeses, graças “às guerras de independência, a decadência do sistema feudal da agricultura de subsistência, o processo de industrialização e a introdução do modo de produção capitalista no campo, que abalou a estrutura agrária tradicional” (MINATTO, 2001, p. 36).

Nesse contexto, entram em cena as companhias de imigração, que faziam propaganda por meio de jornais e folhetos, sobre o “novo mundo”, incentivando as pessoas à migrarem para

a América. Conforme Waibel (*op. cit.*) o Estado foi o encarregado pelas primeiras colônias, instaladas no Rio Grande do Sul. Porém, no contexto catarinense, especialmente a colonização de sua parte sul, foi realizada num momento histórico em que o governo federal passou a responsabilidade às empresas de colonização, pois não estava interessado nesse processo para o pequeno estado.

Conforme Marzano (1985, *apud* MINATTO, 2001) as companhias de imigração prometiam aos colonos imigrantes passagens para a viagem, construção provisória aos recém-chegados, terras, ferramentas (enxadas, pás e arados), sementes, escola, posto de saúde, entre outros. Diante da falta de perspectivas e das ofertas do Novo Mundo, muitos optaram por migrar.

Os grupos italianos destinados à Santa Catarina provinham do Norte: Veneza, Belluno, Treviso, Vicenza, Pádua, Mântua, Verona, etc. (HOBOLD, 2005). Embora tenham encontrado muitas dificuldades – tiveram que explorar terras florestadas em núcleos coloniais que se distanciavam uns dos outros, ainda mais considerando-se as dificuldades de acesso –, diante do que deixaram para trás, muitos camponeses se ergueram na nova realidade. Constituíram, inclusive, uma nova identidade, já que não existia, na Itália, o sentimento nacionalista, dado que a unificação se dera recentemente (1861).

Vale lembrar que a família camponesa da Europa pré-industrial era praticamente autossuficiente em relação aos bens necessários à sobrevivência. Além de plantar o próprio alimento, construíam suas casas, costuravam suas roupas e calçados, fabricavam as próprias ferramentas, entre outros. Kautsky, em 1899, ao analisar a família camponesa da Idade Média europeia, afirmou:

A família do camponês da Idade Média constituía uma sociedade econômica bastando-se inteiramente, a si mesma, uma sociedade que não apenas produzia seus gêneros alimentícios, mas também construía a sua casa, os seus móveis e utensílios domésticos; fabricava mesmo a maior parte das ferramentas grosseiras com que curtia peles, preparava o linho a lã, confeccionava as suas roupas, etc. (KAUTSKY, 1980, p. 29).

Conforme o autor, aquela sociedade bastava a si mesma, pois sua existência não dependia do mercado. Se buscavam o comércio, o objetivo era vender seus excedentes produtivos e adquirir alguns supérfluos. Essas características estavam muito presentes nas famílias camponesas imigrantes da América e são lembradas, ainda hoje, pelos agricultores idosos de Sangradouro. Essas práticas perduraram, pelo menos, até a segunda metade da década de 1960, quando começaram a ser terceirizadas, aos poucos - o que coincide com o auge da revolução na agricultura.

As primeiras colônias italianas no sul de Santa Catarina foram Azambuja (1877) e Urussanga (1878). No início do século XX limitações relacionadas à área e solos, fazem os italianos ou já seus descendentes alcançarem o Vale do Rio Araranguá. Estes vão se juntar aos poucos alemães e açorianos já estabelecidos, provenientes de outros municípios - colônias e núcleos (HOBOLD, 2005).

Assim, a formação territorial do sul catarinense se baseou em pequenos lotes, tanto pela distribuição pelas empresas colonizadoras, quanto pela expansão de famílias que se dispersaram pela região Sul Catarinense, abrindo lotes por meio de coivara¹³, e se estabelecendo junto aos imigrantes de outras origens.

2.2 – O papel da agricultura em Santa Catarina: indicadores do sistema familiar de produção

Santa Catarina é o menor dos três estados da Região Sul, com área de 95.737,895 Km². Sua população em 2010 era de 6.248.436 de habitantes, sendo considerado 5.247.913 de população urbana e 1.000.523 de população rural. O estado tem 295 municípios, incluindo a capital, Florianópolis (IBGE, 2010). Administrativamente Santa Catarina tem 6 mesorregiões, sendo uma delas a Sul Catarinense, subdividida em outras 3 microrregiões: Tubarão, Criciúma e Araranguá.

Em razão da fragmentação territorial histórica, como visto anteriormente, o estado apresenta das menores concentrações fundiárias do país e, portanto, grande relevância no que se refere à agricultura de base familiar, conforme apresentaremos neste tópico. Destacamos que, embora tenhamos abordado com mais ênfase a Mesorregião Sul Catarinense, ou mesmo o litoral, os dados socioeconômicos de Santa Catarina, como um todo, demonstram menor desigualdade em determinados aspectos, em comparação às outras Unidades Federativas, especialmente, fora da Região Sul. Atribuímos essa realidade ao contexto da colonização.

Por exemplo, com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) de 2013, Santa Catarina apresentou o melhor índice de Gini¹⁴ do Brasil, com 0,436 (IBGE, 2015). Isso não revela ausência de graves problemas, no que se refere à qualidade de vida e desigualdade, transtornos que são do Brasil. Por exemplo, na mesma divulgação verificamos que Santa Catarina é o estado com pior desigualdade salarial entre homens e

¹³ Técnica agrícola que se baseia na derrubada da mata, seguida de sua queima. Após a “limpeza” do terreno é realizada a lavoura.

¹⁴ O Coeficiente de Gini é utilizado para avaliar a distribuição de renda. Seu indicador varia entre 0 e 1, sendo que, quanto mais próximo de 0, menor é a desigualdade social.

mulheres, que recebem 64,1% do rendimento masculino. Portanto, apenas enfatizamos a influência do modelo de colonização em relação à diferenciação de determinados indicadores, como os relativos à distribuição fundiária.

Assim, ao afirmar que a agricultura familiar é predominante em Santa Catarina, estamos nos referindo à constituição histórica territorial, à observação empírica, e aos dados mais recentes da agropecuária. Ressaltamos que até o ano de 2006 o Censo Agropecuário Brasileiro não apresentava discriminação entre as duas grandes categorias produtivas do meio rural - agricultura patronal e agricultura familiar - e suas formas de produção. Apenas no Censo de 2006, cujo resultado foi divulgado em 2009, o IBGE realizou essa distinção e proporcionou a possibilidade de comparação estatística entre os dois segmentos.

A relevância do sistema familiar de produção em Santa Catarina fez com que o estado fosse impactado positivamente pelas políticas públicas para a agricultura familiar, que começaram a vigorar a partir da década de 1990, especialmente o programa de crédito (PRONAF). As consequências referentes às implementações que visavam atender esse segmento se refletiram na economia, e também na dinâmica populacional do meio rural. Anteriormente a esse período, no entanto, um dos reflexos da expansão do capitalismo para o campo foi a expulsão de muitos catarinenses, alguns endividados, outros simplesmente convencidos de que a cidade era o melhor destino.

O fetiche em torno da “cidade” fazia parte do consumo da ideia em torno do “moderno” e de uma luta envolvendo representações de mundos colocados como opostos, o urbano e o rural. Lohn (1975) desenvolveu um trabalho muito elucidativo sobre esse período em Santa Catarina, especialmente na parte em que trata da “institucionalização do atraso”. O autor explica de que formas os discursos construídos e difundidos, em torno da modernização, fizeram parte de um projeto político que objetivava elaborar um novo tipo social de agricultor. Atuando sobre seu poder simbólico (BOURDIEU, 1989), o Estado buscava legitimar o saber técnico em detrimento de formas autônomas de produção desses sujeitos, difundindo o agricultor modelo, moderno e conformado. Afirma Lohn:

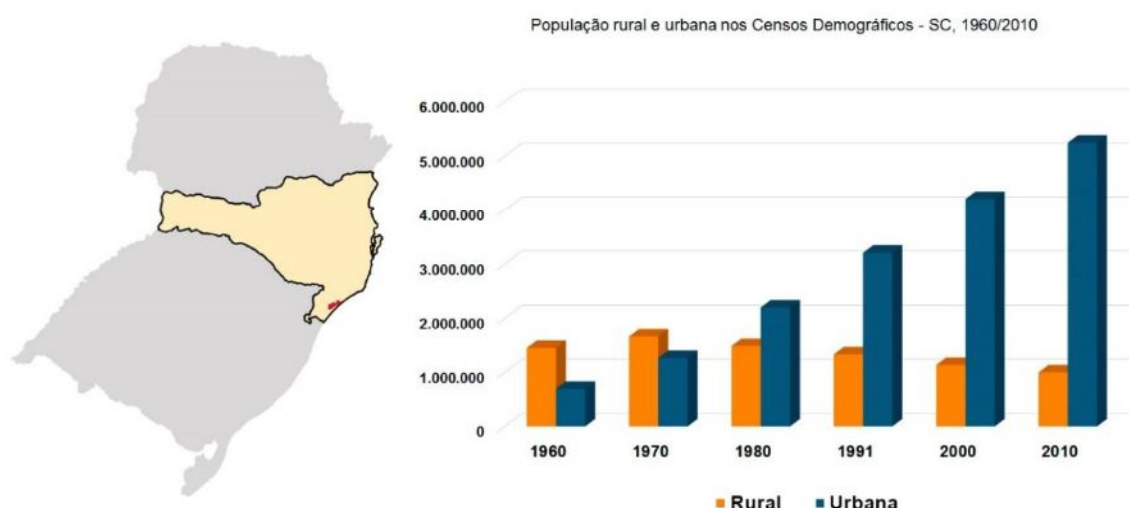
A nova imagem dos campos deveria ser a de grandes fazendas, nas quais se pretendia automatizar os ritmos de produção. Um agricultor profissional surgiria, envolvido com relações econômicas mais amplas, que extrapolariam em muito o ambiente restrito da família, do povoado, das festas adventícias ou do município. Essas idéias reproduziram-se em certas políticas e práticas dos governantes, dentre as quais o Serviço de Extensão Rural, que tomou grande dimensão em Santa Catarina. (LOHN, 1975, p. 16-17).

Ou seja, novamente a associação do agricultor tradicional ao atraso, passivo de

superação. Essa crença em torno do moderno estava diretamente associada aos inventos técnicos que se expandiam e eram consumidos pelo imaginário social. Significava uma representação de superação da natureza e de seus limites pela vontade criativa humana, dissimulados pela promessa da Revolução Verde, de suplantação da fome no mundo.

Em Santa Catarina, apesar de o trabalho da Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina (ACARESC) ter iniciado em 1956, a modernização produtiva não foi capaz de acabar com a estrutura das pequenas propriedades. Assim, o crescimento vegetativo e a disponibilidade de emprego mantiveram, até a década de 1970, a população rural em ascendência, como demonstrado no gráfico 2.

Gráfico 2 – População rural e urbana nos Censos Demográficos – SC, 1960/2010.



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1960, 1970 e 1980 (População recenseada), 1991, 2000 e 2010 (População residente).

Organização: ALVES, A. T., 2016.

Percebe-se que todo o trabalho realizado no Brasil em torno de um estereótipo do homem do campo, por um lado, e da inserção de maquinários e insumos, por outro, atinge o apogeu de seus resultados na década de 1970. A partir da década seguinte, pela primeira vez, a população urbana supera a rural, como resultado do êxodo em direção aos centros urbanos. Assim, a modernização tecnológica é responsável pela ruptura no padrão demográfico catarinense, já que a mecanização substitui o trabalho braçal e libera mão de obra do campo, resultando em declínio populacional, em contrapartida ao aumento nas cidades, onde o setor industrial e de serviços eram ampliados.

Portanto, como se pode constatar, a partir da década de 1980 a população rural de Santa

Catarina sofre redução - acompanhando a tendência nacional - o que vai se repetir nas décadas seguintes, a despeito da ausência de grandes metrópoles no Estado. Se repararmos, porém, nos dados referentes à 2000, e compararmos ao próximo registro - dados de 2010 -, notamos que o Censo Demográfico marca uma redução no êxodo rural. Retomamos aqui a questão da política pública para o segmento da agricultura familiar, e chamamos atenção para a inserção das atividades não agrícolas no campo, como participante desse processo. Conforme Mattei:

É neste contexto que o espaço rural catarinense assume novos contornos econômicos, políticos e sociais nos anos noventa. Especificamente no que se refere ao trabalho, verifica-se o crescimento do número de pessoas e de famílias que se tornaram pluriativas. Por um lado, isso revela os impasses do modelo agrícola assentado na produção familiar integrada, em sua maioria, aos complexos agroindustriais e, por outro, que o espaço rural não é mais um local apenas de produção agrícola, mas um espaço de novas formas de vida e de trabalho, não necessariamente vinculadas à produção agrícola "stricto sensu". (MATTEI, 1999, p. 26).

O autor trabalha já com a questão da inversão da lógica de expulsão do campo, pois, os anos noventa já convivem com os sinais de esgotamento do modelo produtivista e seus rebatimentos no mundo do trabalho rural.

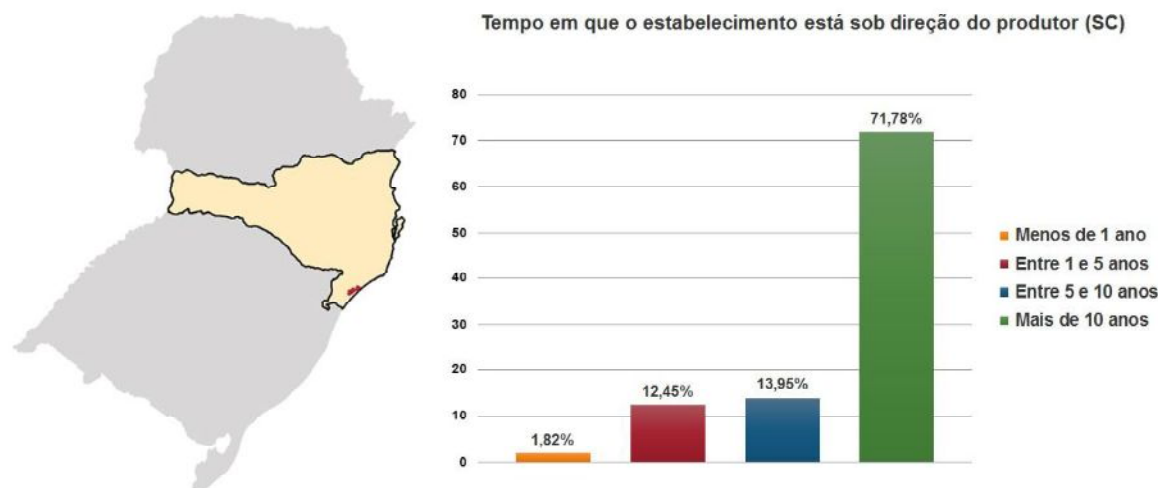
Outro dado que corrobora com a ideia de permanência populacional no meio rural de Santa Catarina, já no século XXI, se refere ao tempo em que os agricultores estão produzindo na propriedade que ocupam. Essa ideia nos remete à imigração colonial, pois, segundo Dall'Alba (1983) por terem os colonos se tornado, de forma geral, proprietários, tinham nisto motivo de grande satisfação. Ademais, ainda que lhes faltasse dinheiro, comida tinham em abundância, o que os consolava a permanecer na terra estrangeira. Por essas razões, a terra era sinônimo de segurança, e buscavam os colonos adquirirem mais e mais, sempre que as condições se apresentassem favoráveis. Esse hábito perdura nas gerações atuais de descendentes de italianos, inclusive os entrevistados em Sangradouro.

Observando os dados do gráfico 3 vemos que a maioria dos estabelecimentos está há mais de 10 anos sob direção do mesmo agricultor, o que sugere a importância da relação que os agricultores estabelecem com a terra, inclusive levando-se em conta a questão da valorização da terra como garantia de futuro. É claro que as expectativas profissionais dos jovens dependem muito das condições ofertadas pela família, quanto à questão econômica, e também cultural. A sucessão geracional¹⁵ nos estabelecimentos rurais de agricultura familiar encontra, muitas

¹⁵ "A sucessão geracional é entendida como um processo pelo qual é constituída uma nova geração de indivíduos que permanecem no campo, assumindo o comando do estabelecimento e dando continuidade às atividades profissionais paternas, sendo os filhos dos agricultores os possíveis sucessores". (SAVIAN, 2011, p. 68).

vezes, impedimentos que inviabilizam a continuidade das atividades restritas à agricultura.

Gráfico 3 – Tempo em que o estabelecimento está sob direção do produtor (SC, 2006).



Fonte: Censo Agropecuário, IBGE (2009).
Organização: ALVES, A. T., 2016.

Não raro, os descendentes dos agricultores encaram com dificuldade a continuidade do trabalho dos pais, por questões subjetivas, como vimos, mas objetivas também. Por isso, tem sido cada vez mais comum a manutenção da propriedade rural, cuja funcionalidade se altera. Nesses termos, a área do estabelecimento se torna fundamental.

A expressão da agricultura familiar no estado de Santa Catarina passou a ser analisada com maiores condições a partir da última pesquisa realizada pelo IBGE. Conforme o Censo Agropecuário (2009), de um total de cento e noventa e três mil, seiscentos e sessenta e três (193.663) estabelecimentos, cento e sessenta e oito mil, quinhentos e quarenta e quatro (168.544) foram classificados como de predomínio da agricultura familiar, englobando 87% das propriedades rurais.

Apesar da expressão quanto ao número de estabelecimentos, porém, é preciso realizar uma crítica quanto à desigualdade na distribuição de terras no estado, analisando a área ocupada por cada seguimento. Em contraste com a dinâmica dos estabelecimentos, esse 87% representado pelas famílias ocupa apenas 44% das terras.

Ou seja, apesar de Santa Catarina ser considerado um dos estados com menor concentração fundiária, a agricultura patronal se estende por 56% da área rural, como demonstrado na tabela 2. Portanto, essa que é uma realidade do Brasil, confirmada nos dados de todos os demais estados, também se confirma na realidade catarinense, demonstrando que a agricultura de grande escala predomina em todo o país.

Tabela 2 – Número de estabelecimentos agropecuários e área, segundo os diferentes tipos de agricultura (SC, 2006).

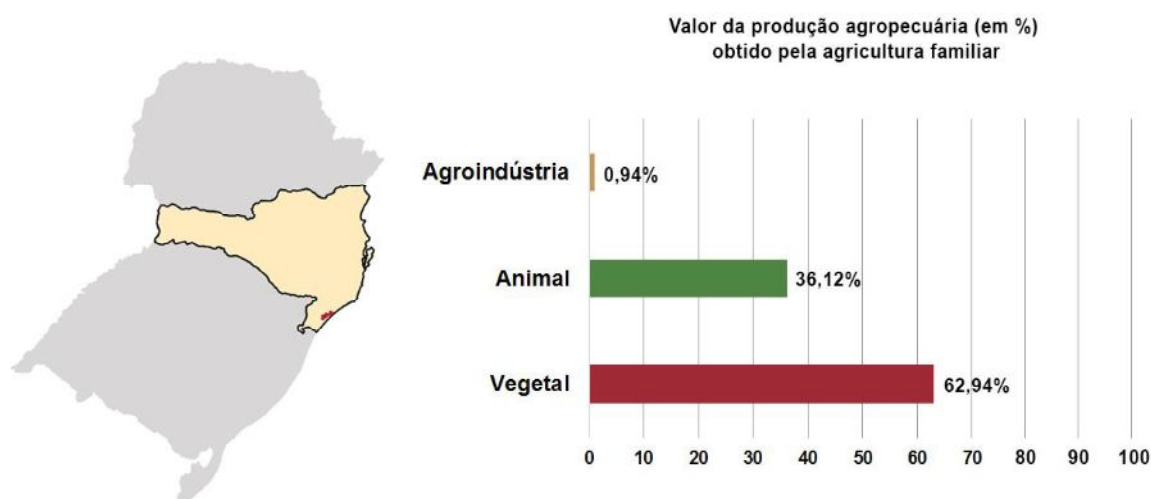
Tipo de Agricultura	Estabelecimentos Agropecuários		Área Total (ha)	
	Número	%	Número	%
Familiar	168.544	87,03	2.645.088	43,79
Não Familiar	25.119	12,97	3.395.047	56,21
TOTAL	193.663	100,0	6.040.134	100,0

Fonte: Censo Agropecuário, IBGE (2009).

Organização: ALVES, A. T., 2016.

Com base no Censo nos voltamos para os estabelecimentos agropecuários familiares, no intuito de compreender seu funcionamento. Ao observar as atividades desenvolvidas percebemos o relevante espaço ocupado pelo cultivo e pela criação, conforme apresentado no gráfico 4. Além disso, percebemos que a agroindústria se apresenta pouco significativa (menos de 1%), quando comparada àquelas atividades, quanto aos valores obtidos na produção.

Gráfico 4 – Valor da produção agropecuária (em %) obtido pela agricultura familiar – SC, 2006.



Fonte: Censo Agropecuário, IBGE (2009).

Organização: ALVES, A. T., 2016.

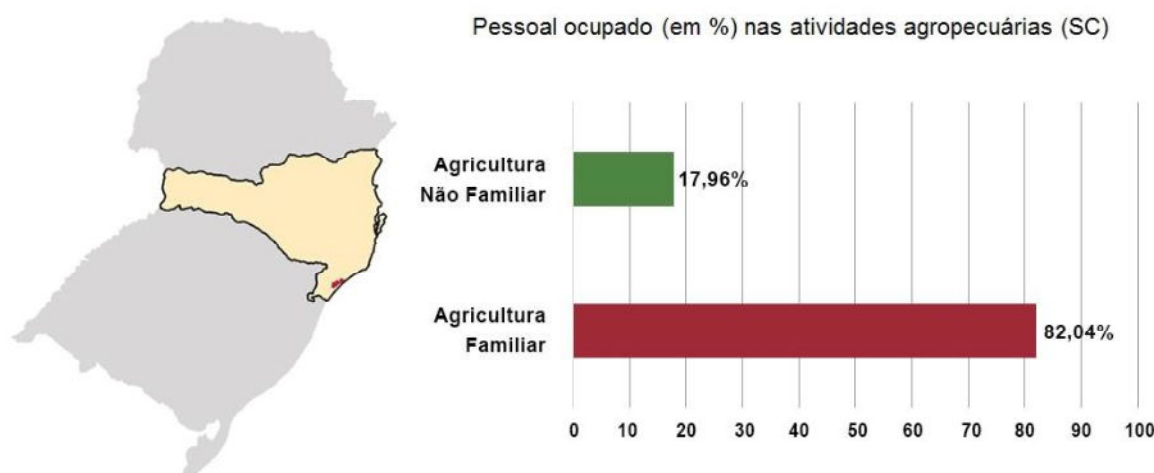
Sabemos do significado da agroindústria no atual estágio de desenvolvimento da

agropecuária em Santa Catarina, principalmente considerando a Região Oeste do Estado¹⁶, que convive com a forte presença das indústrias de processamento, ligadas à suinocultura e avicultura - como Sadia e Aurora. No Sul Catarinense o ramo agroindustrial se associa à fumicultura e à rizicultura, em maior volume, e também à vitivinicultura¹⁷, em menor escala. Porém, observando o gráfico 4 entendemos que para o conjunto do estado, há o predomínio do seguimento patronal à frente das agroindústrias, enquanto a produção direta esteja mais associada à agricultura familiar.

Ainda conforme os dados do gráfico 4, percebe-se que os maiores rendimentos da agricultura familiar se referem à produção vegetal, que abrange mais de 60% do valor total obtido. Na sequência, vem a criação, com 36,12% do total. Somadas, alcançam, 99,06% dos rendimentos. É importante observar, entretanto, que nesses dados não foram computadas as rendas não agropecuárias.

Relacionando a produção ao emprego, temos que no estado catarinense 82% da mão de obra rural está empregada em pequenas propriedades, enquanto 18% está vinculada às médias e grandes propriedades, revelando a importância da agricultura familiar para essa questão, como se pode verificar no gráfico 5.

Gráfico 5 – Pessoal ocupado (em %) nas atividades agropecuárias (SC, 2006).



Fonte: Censo Agropecuário, IBGE (2009).
Organização: ALVES, A. T., 2016.

Sabemos que a agricultura familiar emprega muito mais do que a patronal, segundo o

¹⁶ A respeito, indicamos a tese de Mior (2003): **Agricultores familiares, agroindústrias e território: A dinâmica das redes de desenvolvimento rural no Oeste Catarinense.**

¹⁷ No Sul Catarinense localiza-se a região delimitada pela Indicação de Procedência dos Vales da Uva Goethe.

padrão de tecnificação. Em geral, as limitações fundiárias e tecnológicas dos agricultores familiares são traduzidas na escala produtiva e na renda, por conseguinte. Esses fatores estão refletidos nas relações de trabalho e emprego. O tipo de cultivo também é fundamental nessa relação. Lavouras como de mandioca, fumo e uva, por exemplo, exigem manejo mais direto.

Em Santa Catarina, a produção de mandioca, milho, feijão e leite, são predominantes em estabelecimentos familiares, numa porcentagem de 93%, 87%, 77% e 73% do total, respectivamente, conforme o Censo Agropecuário (IBGE, 2009). Por outro lado, analisando os valores de exportação do agronegócio, os produtos mais valorizados estão relacionados à produção de grande escala, ainda que ligada aos familiares integrados. Em função do sistema de integração¹⁸, o estado catarinense é responsável pela criação do maior rebanho suíno e o segundo maior de galináceos do Brasil.

Ainda sobre o emprego, outra questão importante apresentada pelo último Censo se refere ao gênero. Na agricultura familiar 41% dos ocupados são mulheres, enquanto que na patronal esse percentual cai para 29%. Essa diferença é bastante representativa, pois, além da divisão sexual do trabalho, há uma divisão sexual por categoria social específica. Levando-se em consideração a importância das mulheres no meio rural para as garantias reprodutivas, percebe-se o quanto esse fator é mais importante para os agricultores familiares, cuja reprodução não se restringe à questão econômica, mas é, fundamentalmente, social. Retomando Naves e Mendes:

Cabe analisar que a principal estratégia adotada pelos agricultores familiares é a diversificação das atividades, assim, eles comercializam produtos e utilizam para o consumo familiar. Parte do princípio que o trabalho realizado pelos agricultores familiares é um conjunto de técnicas de trabalho que os pequenos produtores aprenderam com seus pais e avós, para permanecerem no território onde constituem suas identidades territoriais. (NAVES; MENDES, 2015, p. 261).

Portanto, o patrimônio sociocultural da agricultura familiar distingue este segmento. Ao se pensar nas questões mais atuais, como as ambientais, é preciso ter presente a importância atribuída pelos agricultores à terra. Pois, como sujeitos do seu tempo, e sob influência de uma cultura massificadora, aos jovens se torna um desafio optar pela vida no campo, o que não pode ser ignorado pelas instituições em seu projeto de desenvolvimento.

Ressaltamos, assim, a importância da agricultura familiar na economia catarinense, responsável por 60% do valor da produção, com ênfase em produtos consumidos internamente,

¹⁸ A integração ocorre entre agroindústria e produtor. Nessa parceria a empresa integradora, habitualmente, fornece os insumos e coordena as operações, executadas na propriedade familiar. Esse sistema é muito comum em Santa Catarina, especialmente para criação de aves e suínos.

conforme os dados apresentados. Também seu valor no que se refere à geração de renda e sustentabilidade no rural, baseadas nas questões tradicionais discutidas, bem como a necessidade de se lutar continuamente por ampliação de investimentos públicos para o segmento.

Nesse sentido, Mattei (2010) nos faz uma alerta. Para ele a agricultura familiar se apresenta consolidada, social e economicamente, perante a sociedade, porém, precisa se reafirmar politicamente em torno de projetos comuns. A eliminação das desigualdades sociais e regionais e o meio ambiente devem estar no centro da pauta de lutas. Conforme o autor:

Por um lado, os agricultores familiares precisam se reafirmar politicamente para, em conjunto com outros segmentos da sociedade, forçar a adoção de uma estratégia de desenvolvimento baseada na eliminação das desigualdades sociais e regionais, visando a garantia efetiva dos direitos sociais, políticos e culturais de todos. Por outro, é preciso incorporar à agenda deste setor com a força necessária a temática ambiental, enquanto questão decisiva na construção de um modelo de desenvolvimento sustentável. Para tanto, produzir alimentos saudáveis e de qualidade; manejar adequadamente os recursos naturais, bem como adotar tecnologias que não destroem os ecossistemas, são algumas das premissas colocadas para a agricultura familiar catarinense no limiar do século XXI. (MATTEI, 2010, p. 14).

Finalizamos este tópico chamando atenção para a questão da qualidade de vida. É notório o quanto o campo está transformado pelo desmatamento e a utilização de agroquímicos. Mesmo considerando as atividades não agrícolas no rural como estratégia de desenvolvimento, se a questão ambiental estiver desconectada desse propósito, a atração do rural para suas variadas funções, especialmente relacionadas ao lazer, se torna vítima de ameaça. Nesse sentido, nos parece essencial o fortalecimento político do segmento agricultura familiar em torno de objetivos que extrapolem o cotidiano produtivo.

2.3 – Pluriatividade e desenvolvimento rural em Santa Catarina

O desenvolvimento rural está além do universo agrícola, desde que a função do rural não se restringe mais à produção de alimentos. As práticas pluriativas reconfiguraram o mundo do trabalho nas áreas rurais, especialmente aquelas vinculadas à produção familiar. O redimensionamento quanto às atividades econômicas levou à instalação de indústrias e comércios em áreas afastadas do urbano. Atualmente, porém, são especialmente as atividades de lazer que arregimentam grandes contingentes de pessoas para o meio rural. A lógica para essa prática se vincula às questões ambientais e sua relação com a qualidade de vida. Esse é o mesmo sentido que dinamiza esses espaços no que se refere à moradia.

As pesquisas sobre pluriatividade em Santa Catarina são restritas, no sentido da abrangência do Estado. A tese de Lauro Mattei (1999) é o trabalho mais completo, nesse aspecto. Embora acabe enfocando o município de Blumenau, o autor dedica dois capítulos às ocupações não rurais e à pluriatividade. Outros autores como Sacco dos Anjos (1996) e Sérgio Schneider (2001) também realizaram pesquisas sobre o tema no estado, baseando-se em estudos de caso – Massaranduba, e localidade de Braço do Sul, em Blumenau, respectivamente. Trabalhar com a totalidade de Santa Catarina é um desafio muito grande, considerando as especificidades das regiões. A situação do camponês-operário do Vale do Itajaí e Litoral Norte catarinense não pode ser comparada com a das famílias pluriativas que exploram o turismo na Região do Caminho dos Cânions (extremo Sul), por exemplo. Isso porque:

O entorno socioeconômico onde as unidades de explorações se inserem aparece como um dos elementos decisivos para a pluriatividade. Em outras palavras, é o conjunto das forças externas que define o contexto em que a família tomará suas decisões e definirá suas estratégias de produção. (MATTEI, 1999, p. 8).

Assim, as diferentes realidades rurais do Estado se apresentam no âmbito das explorações agrárias, e também quanto às explorações pluriativas, se enquadrando conforme suas perspectivas, derivadas da realidade do contexto socioeconômico e das dinâmicas das famílias e suas explorações.

Aproximando-se da realidade rural do extremo sul de Santa Catarina, denominada Região Caminho dos Cânions, observamos que a variabilidade de possibilidades para o setor de serviços também se faz presente (SANTA CATARINA, 2012). Considerando que essa Região abarca o litoral e a serra, abrangendo municípios muito pequenos – são 15 municípios, com um total de 180.877 habitantes (IBGE, 2010) -, e que a população seja predominantemente rural, descortina-se a necessidade de investigação do significado do novo rural e da pluriatividade, não registrado em trabalhos científicos, até o momento.

Não tendo registros sobre a Microrregião de Araranguá, que coincide com a Região Caminho dos Cânions, trazemos aqui uma abordagem generalizada sobre o Estado. Apesar das diferenças mesorregionais de Santa Catarina, consideramos essa aproximação válida, pelo seu destaque, como um todo, quanto à agricultura familiar. A relação está centrada entre as pequenas unidades produtivas e a inserção da PEA rural em atividades extra agrícolas para obtenção de rendas complementares (ou até principais).

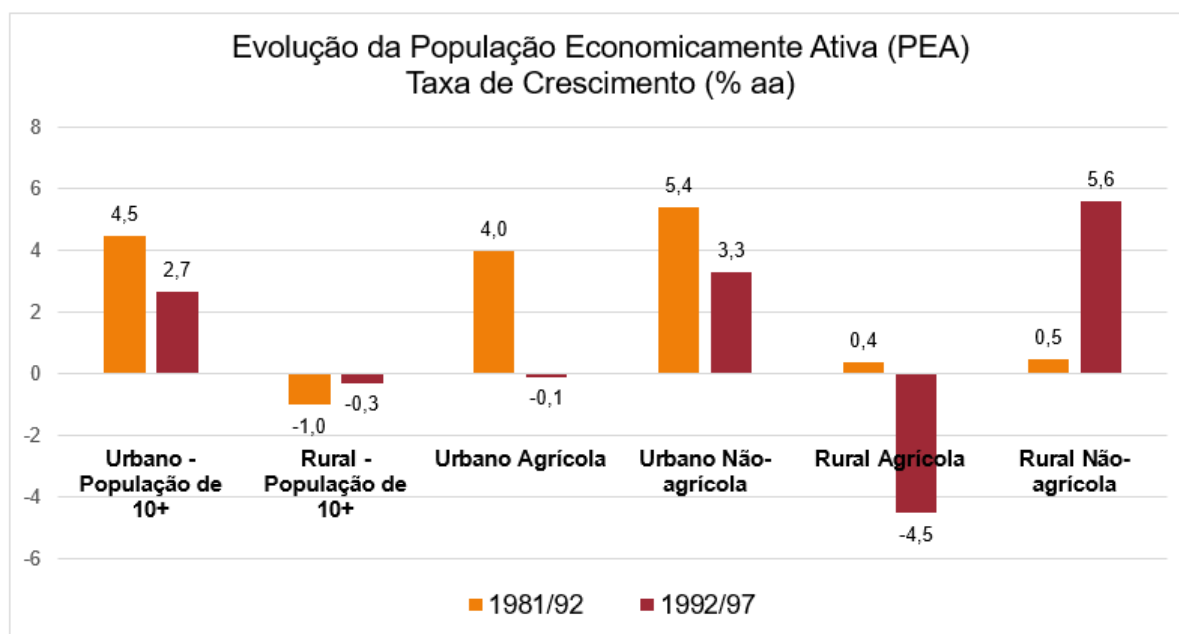
Com os dados do Projeto Rurbano a EMBRAPA lançou, em 2000, uma série sobre o novo rural brasileiro. O volume 3 do trabalho apresenta uma análise sobre a dinâmica das

ocupações rurais não agrícolas de cada um dos estados das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, nos anos oitenta e noventa. O Projeto Rurbano foi erigido a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

Os resultados para Santa Catarina indicaram que as famílias consideradas exclusivamente agrícolas foram perdendo espaço para as que exerciam atividades não restritas à agricultura, apontando diversificações importantes na dinâmica das ocupações familiares. Com base nas tabulações especiais do Projeto Rurbano registradas pela EMBRAPA (2000), para o período compreendido entre 1981 e 1999, resgatamos alguns dados que evidenciam essas mudanças quanto à ocupação e quanto ao mundo do trabalho rural no estado.

A pesquisa demonstrou que, entre 1992 e 1997, a população de 10 anos ou mais, aumentou no meio urbano (taxas de 2,7% ao ano) e reduziu no meio rural (-0,3%) - gráfico 6. A verificação desse movimento, ainda na década de 1990, assinala o aprofundamento da modernização agrícola, iniciada nos anos 1960, o que gerou desestímulo à permanência, no setor, dos agricultores de menor escala produtiva.

Gráfico 6 – Pessoas de 10 anos e mais de idade (10+), segundo a situação do domicílio, a condição na ocupação e a atividade principal - SC, 1981 a 1997 (1000 pessoas).



Fonte: Dados da PNAD, tabulações especiais do Projeto Rurbano, NEA-IE/Unicamp, setembro/2000.
Organização: ALVES, A. T., 2017.

Considerando apenas a PEA agrícola, no período de 1981 a 1992, embora a taxas reduzidas (0,4% aa) o grupo manteve-se em crescimento. Em contrapartida, a redução do período seguinte da análise, 1992 a 1997, é bastante chamativa, já que a PEA agrícola reduziu

em 4,5% aa. Apesar do êxodo rural da década de 1990, essa redução não se deu de forma proporcional ao registro da PEA agrícola urbana, já que de -0,1% aa.

Para compreender essa discrepância é necessário expandir a análise para a PEA rural. Assim, observando o período 1992 a 1997, verifica-se que, enquanto a PEA agrícola reduziu em 4,5% aa, a não agrícola cresceu à ordem de 5,6% aa. A redução de 4,5% significou, nada menos, do que 120.000 pessoas extraídas da agricultura de Santa Catarina. Em compensação, o aumento de pessoas incorporadas ao mercado de trabalho não agrícola no meio rural catarinense, da ordem de 5,6% aa, refletiu a ascensão no nível de cooperação dos empregos não-agrícolas no total dos serviços rurais, como indicado no gráfico 6.

Sabendo-se que a PEA contempla os trabalhadores empregados ou não, chama à atenção o fato de que, no período 1981-1992 a população urbana agrícola cresce, à taxa de 4,0% aa. O dado é representativo do êxodo rural da década de 1980. No período seguinte, entretanto, esse crescimento é negativo, o que corrobora com a ideia de que a década de 1990 é testemunha do rearranjo econômico no meio rural. Podemos dizer que a taxa de -0,1% aa para a população urbana agrícola (1992-1997) indica o arrefecimento do êxodo rural, dado que, combinado ao acréscimo de 5,6% aa da PEA rural não agrícola no mesmo período, confirma essa questão.

Há que se considerar, além disso, que a década em questão foi testemunha da migração regional de atividades agrícolas, em função da expansão da fronteira agrícola pelo Centro-Oeste. Nesse caso, alertamos para uma migração rural-rural, dos fatores produtivos e de contingentes populacionais. Esse comportamento da PEA agrícola da década de 1990, em seu conjunto, reflete o cenário econômico nacional e internacional do período, quando se vive a chamada liberalização da economia.

A abertura comercial, especialmente no âmbito do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL)¹⁹ impactou os preços de gêneros agrícolas de destaque produtivo para Santa Catarina, como a maçã, o alho, a cebola, e também o leite. Enquanto isso, importantes agroindústrias ligadas à avicultura e suinocultura foram transferidas para o Centro Oeste, onde a alta produtividade do milho e da soja tornava os preços desses produtos mais atraentes (MATTEI, 1999).

Outra questão fundamental na compreensão da reorganização da mão de obra em torno de novas atividades no campo, se refere à flexibilização da década de 1990, que transformaram o mercado de trabalho brasileiro, como um todo. A abertura do mercado nacional e a reestruturação produtiva do capitalismo no Brasil, incentivaram sobremaneira a informalidade,

¹⁹ O Mercosul foi criado em março de 1991, com a assinatura do Tratado de Assunção (Paraguai), pelos países: Paraguai, Uruguai, Argentina e Brasil.

apontando para a precarização do trabalho, no que se refere à salários, condições e outros direitos. No contexto da mundialização do capital e da hegemonia do capital financeiro:

Os efeitos combinados, a partir de 1990, de políticas recessivas, de desregulação e redução do papel do Estado, de abertura comercial abrupta, de taxas de juros elevadas e de apreciação cambial seriam responsáveis pela montagem de um cenário desfavorável ao comportamento geral do emprego nacional. (POCHMANN, 1999, p. 7).

Essa realidade reduziu os fatores de atração da cidade para a população do meio rural. A mudança representou um grande desafio, para o caso de Santa Catarina e de outros estados de agricultura familiar consolidada, já que o emprego agrícola da década de 1990 reduziu significativamente. Eis um incentivo às novas atividades econômicas para o espaço rural catarinense.

O mercado de trabalho das ocupações não agrícolas no rural de Santa Catarina empregou em ritmo crescente, ao longo da década de 1990, contrariando a tendência geral. O crescimento médio de 4,1% entre 1992/1999 demonstra isso. Considerando, em contrapartida, o emprego agrícola, representado por - 4,4% no mesmo período, pode-se dizer que a redução foi praticamente proporcional ao crescimento do emprego não agrícola, conforme demonstrado na tabela 3.

Tabela 3 – População rural ocupada 15 horas e mais na semana de referência, segundo a posição na ocupação e o tipo de atividade. PEA restrita (1000 pessoas). Santa Catarina, 1992/1999.

Posição na Ocupação na Atividade Principal	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	Taxa Crescimento (%a.a.)	
								1992/99 ¹	
Atividades Agrícolas	629	617	567	528	501	494	466	-4,4	***
Empregados	66	70	81	62	71	83	59	-0,2	
Conta-própria	202	192	179	172	160	163	165	-3,2	***
Empregadores	10	9	18	4	12	6	8	-5,3	
Não-remunerados	350	346	289	267	259	241	234	-6,1	***
Sem declaração				23					
Atividades Não-Agrícolas	180	175	202	245	213	202	245	4,1	***
Empregados	151	135	169	190	169	162	204	4,1	**
Conta-própria	23	30	26	43	31	32	32	4,2	
Empregadores	3	2	7	5	6	6	7		
Não-remunerados	3	8	1	7	7	2	3		
Sem declaração									
Total	809	792	769	772	715	695	711	-2,1	***

¹ Estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados. ***, **, * indicam respectivamente 5%, 10% e 20% de confiança.

Fonte: Tabulações especiais do Projeto Rurbano, NEA-IE/Unicamp, setembro/2000. In: FERRARI, 2002, p. 6.

Observando os dados das atividades agrícolas, vemos que os trabalhadores não remunerados são os que predominavam na década de 1990, apesar da redução sistemática, seguidos dos por conta própria. Somados, representavam 85,62% em 1999, o que retrata, mais uma vez, a presença da agricultura familiar. No mesmo ano os empregadores agrícolas se apresentaram em número de 8 para cada 1000 pessoas da PEA, dado semelhante ao dos empregadores não agrícolas (7).

Apesar do aparente pequeno número de empregadores não agrícolas, o número de empregados dessa categoria foi dos que mais cresceu ao longo da década, com taxa de 4,1%, ficando pouco após os trabalhadores por conta própria, com 4,2%. Os empregados são o maior grupo de trabalhadores não agrícolas, com grande diferença positiva, na comparação com as categorias analisadas. Esse dado é representativo da formalização do mercado em questão.

O Projeto Rurbano também demonstrou que a maioria das pessoas ocupadas em atividades rurais não agrícolas em Santa Catarina se concentravam nos ramos da indústria de transformação, de prestação de serviços, e da indústria de construção. Somadas, representavam 73,87% das ocupações nesse segmento em 1999, como evidenciado na tabela 4.

Tabela 4 – População rural de 10 anos e mais, segundo a condição de ocupação e o ramo de atividade. PEA restrita (1000 pessoas). Santa Catarina, 1992/1999.

Ramo de Atividade	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	Tx. Crescimento	
								1992/99 ¹	
Ocupados Não-Agrícola	180	175	202	245	213	202	245	4,1	***
Indústria de Transformação	75	70	85	89	94	83	101	4,3	***
Prestação de Serviços	37	32	43	56	39	40	51	4,5	*
Indústria de Construção	16	16	23	27	20	24	29	7,9	***
Comércio de Mercadorias	22	22	11	23	18	17	19	-1,9	
Social	11	10	17	23	12	12	15	3,0	
Administração Pública	5	6	6	9	8	8	10	10,6	***
Transporte e Comunicação	6	8	9	8	8	5	11	2,7	
Outras Atividades Industriais	3	7	6	3	7	6	2		
Serviços Aux. De Ativ. Econ.	4	3	1	5	3	6	5		
Outras Atividades	1	1	1	2	3	1	2		

¹ Estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados. ***, **, * indicam respectivamente 5%, 10% e 20% de confiança.

Fonte: Tabulações especiais do Projeto Rurbano, NEA-IE/Unicamp, setembro/2000. In: FERRARI, 2002, p. 10.

As indústrias de transformação cresceram à ordem de 4,3 % entre 1992/99. Vale lembrar que elas englobam as agroindústrias, pois, mesmo com a migração para o Centro-Oeste, como já mencionamos, o ramo se manteve em ascensão. Por outro lado, a prestação de serviços,

onde estão contempladas as atividades de lazer e turismo, tiveram ampliação de 4,5% na década. O dado confirma nossa discussão quanto à introdução desse tipo de atividade no campo, como reflexo das demandas urbanas. Cabe também nesse grupo as ocupações dos empregados domésticos. No meio rural catarinense a prestação de serviços somente não empregou mais do que a indústria.

Quanto ao crescimento dos ramos de atividade, a administração pública nos chama a atenção. A taxa de 10,6% na década é um indicador da ampliação da presença do poder público no meio rural. Relembramos que a década da descentralização político-administrativa foi também uma década de emancipações no estado catarinense, como o caso de Balneário Arroio do Silva (1995), desmembrado de Araranguá. Aliás, se considerarmos apenas a Microrregião Araranguá, registramos a partir de 1990 o nascimento de 5 dos 15 municípios. Além de Arroio do Silva, Passo de Torres (1991), Morro Grande (1992), Ermo (1993) e Balneário Gaivota (1993) nasceram no período (IBGE cidades). Muitos dos novos municípios de Santa Catarina surgiram de vilas rurais. O município de Ermo, emancipado de Turvo, é um exemplo clássico dessa realidade. Sua população, conforme o Censo de 2010, era de 2.050 habitantes. Isso nos faz questionar que urbano e que rural são esses, nos pequenos municípios.

Mattei (1999) alerta para o aumento dos aposentados e pensionistas no campo, já que os benefícios previdenciários se estendem ao meio rural em 1992, com a nova legislação da Previdência Social. Como esse grupo não faz parte da PEA, a análise de seu significado fica um pouco limitada. Porém, considerando que normalmente o aposentado rural recebe um salário mínimo, não podemos ignorar que apesar de representar um valor baixo, somado às condições de produção de parte dos alimentos, as aposentadorias representam fator importante de manutenção de uma parcela populacional crescente.

Ao se analisar os dados das transformações da década de 1990 podemos afirmar que houve um processo de diversificação produtiva, que foi se ampliando no decorrer dos anos. As ocupações não agrícolas e os novos postos de trabalho complementam a agricultura na geração de renda das populações rurais de Santa Catarina. Entretanto, reforçamos que as mesorregiões apresentam distinções significativas entre si, e está em aberto a investigação para o caso catarinense.

Portanto, a agricultura deixa de ser soberana no mundo rural do estado em questão. Emergem formas diversificadas de produção, em todos os setores da economia, da agricultura aos serviços, passando pela indústria, com novidades que incluem o campo da conservação dos recursos naturais. Novas formas de consumo incluem o mercado de trabalho rural, diversificando as atividades produtivas e sua integração em várias escalas, desde a local, até

nacional e internacional.

2.4 – Araranguá em contexto: da formação territorial à modernização agropecuária

No contexto dos municípios que tem apresentado novas atividades e ocupações no rural, está Araranguá, localizado no litoral do Sul Catarinense. Seguindo o ocorrido nessa região do estado, as características naturais e os aspectos históricos favoreceram a constituição de pequenas propriedades, mantidas por mão de obra familiar. Tal herança acompanhou as gerações seguintes, e ainda pode ser verificada, por meio da economia e da cultura.

Conforme Hobold (2005) Araranguá foi habitada por nativos Guaranis e Xokleng e, posteriormente, pelos carijós – povos miscigenados. Os Guaranis, fazedores de cerâmica e produtores de mandioca, tiveram grandes aldeias naquelas terras. Oficialmente, porém, o município surge na história no início do século XVIII, marcando o caminho dos tropeiros, com a abertura do chamado Caminho dos Conventos (1727).

Foi no litoral que, como resultado da intensificação da presença dos lusitanos vicentistas no extremo sul de Santa Catarina, deu-se origem ao primeiro povoamento dessa matriz. Fundou-se o local chamado Capão da Espera - hoje distrito de Hercílio Luz – destinado ao pouso dos tropeiros. Foi lá que surgiram as primeiras casas e estabelecimentos com mercadorias de consumo, aniquilando as populações indígenas. Assim se deu a origem, entre os anos de 1728 e 1730, do embrião do que viria a ser o município de Araranguá, no limite meridional da então capitania de Sant’Ana.

Nesse contexto de terras de passagem, Araranguá se tornou produtora de gêneros alimentícios e aguardente, no limiar de sua história. A farinha de mandioca, até hoje tradicional na culinária do município, marcou o solo arenoso de “Capão da Espera”. E a localização junto ao litoral representou incentivo à atividade da pesca.

As culturas agrárias principais constituíam a mandioca, o arroz, a cana-de açúcar, o milho, o algodão, a banana, e outras, em menor escala. A cultura de mandioca permaneceu como a mais destacada, não só porque seus produtos ofereciam comercialização, como constituíram, ao lado do pescado, o alimento básico de todo o açoriano das comunidades rurícolas. Preponderava, assim, uma economia de subsistência. (HOBOLD, 2005, p. 127).

Depois dos açorianos (1748), e dos negros escravizados com eles trazidos, como revelou Sprícigo (2007), começaram a chegar os alemães e italianos (final do século XIX), oriundos de colônias que se instalaram no Rio Grande do Sul e Santa Catarina. A partir de

então, passou a ocorrer uma significativa mescla populacional, que deu origem ao araranguense da atualidade. O acréscimo populacional e, conseqüentemente, produtivo, fizeram crescer a importância de Araranguá, sendo desmembrado de Laguna e elevado à categoria de município em 1880 (HOBOLD, 2005).

Portanto, Araranguá surgiu no contexto de histórias entrecruzadas. Indígenas, africanos e europeus constituíram o amálgama étnico-cultural que originou o município. Em comum, a luta pela sobrevivência nas terras localizadas no limite sul do país, ambiente dos grupos que disputavam aquele território, e dos movimentos das tropas que costuravam o Sul ao Sudeste.

Alguns produtos que se destacaram na agricultura original de Araranguá se perpetuaram em sua história, especialmente, o arroz, a mandioca e o milho. A cana-de-açúcar, o algodão e a banana - 14 ha em 2015 - perderam importância, enquanto o feijão, mas, principalmente, o fumo, passaram a ocupar importantes espaços da área agrícola do município. Conforme os dados da produção agrícola municipal (IBGE cidades)²⁰, em 2015 a área ocupada pelo arroz foi de 4.500 ha; fumo, 1.900 ha; mandioca, 770 ha; milho, 600 ha; e feijão, 220 ha. Das lavouras permanentes, foram contabilizados, além da banana, o maracujá, com 120 ha e a laranja, com 85 ha de plantio.

A partir desses dados é possível perceber o quanto a rizicultura se destaca em Araranguá, em relação aos demais cultivos. Conforme os dados apresentados pelo IBGE, a área ocupada pelo cultivo do arroz irrigado no município tem sido mantida neste século. Se observarmos a produtividade, no entanto, esta tem sido ampliada, em razão das implementações tecnológicas. Selecionando os anos apresentados no site IBGE cidades, onde estão divulgados os dados da produção agrícola municipal, e considerando os anos extremos disponíveis – 2004 e 2015 – vimos que na mesma área plantada de 4.500 ha, a colheita foi de 23.625 toneladas e 31.500 toneladas, respectivamente.

A manutenção da área produzida e a ampliação da produtividade representam a estabilidade do setor produtivo rizícola. Os agricultores desse seguimento se apresentam, visivelmente, como os mais capitalizados da microrregião de Araranguá. Esta, por sua vez, representa a área que mais produz arroz irrigado em Santa Catarina, com mais de 50.000 hectares plantados, conforme o Boletim Agropecuário nº45²¹.

²⁰ IBGE. **Cidades**. Araranguá/SC. Disponível em:

<<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=420140&search=santa-catarina|ararangua|infograficos:-informacoes-completas>>. Acesso em: fev. 2017.

²¹ EPAGRI. **Boletim agropecuário 45**. Governo do Estado de Santa Catarina: Secretaria do Estado da Agricultura e da Pesca. Florianópolis: EPAGRI/ CEPA, fev., 2017. Disponível em: <http://docweb.epagri.sc.gov.br/website_cepa/Boletim_agropecuário/boletim_agropecuário_n45.pdf>. Acesso em: mar. 2017.

Observemos os dados de área, produção e valor obtido das lavouras de arroz e fumo, no município Araranguá, na tabela 5. Analisando esses dados percebemos que o fumo, cuja área vem sendo reduzida no período de 2011 a 2015 - de 4.100 ha para 1.900 ha -, registra valores de produção superiores aos do arroz, o que não se verifica na prática, quanto à capitalização dos fumicultores. Sabemos que a fumicultura utiliza muito mais mão de obra, e não há como se comparar à mecanização do processo produtivo do arroz. Se os valores totais obtidos pelo fumo são muito superiores aos do arroz, em área plantada muito menor, significa que a renda é muito mais concentrada por rizicultores do que por fumicultores.

Tabela 5 – Evolução das lavouras de arroz e fumo, quanto à área, produção e valores obtidos – município de Araranguá/SC (2011-2015).

Ano	Arroz			Fumo		
	Área (ha)	Produção (ton)	Valor (R\$)	Área (ha)	Produção (ton)	Valor (R\$)
2015	4.500	31.500	22.365,00	1.900	3.990	25.935,00
2014	4.500	30.825	21.177,00	1.900	3.990	29.686,00
2013	4.500	28.500	19.352,00	2.000	3.800	26.372,00
2012	4.500	34.506	18.978,00	2.800	4.480	26.880,00
2011	4.500	29.925	12.568,00	4.100	6.560	32.800,00

Fonte: IBGE Cidades.

Organização: ALVES, A. T., 2016.

O processo de acumulação de capital pela rizicultura teve início com a implantação do Provárzeas, em 1981. No contexto da difusão das práticas agropecuárias tecnológicas, essa foi uma das políticas públicas mais importantes para aprimoramento produtivo da lavoura arrozeira. Se a rizicultura se apresenta, atualmente, como principal cultivo mercantil da Microrregião Araranguá, isto se deve à essa Política Pública, responsável pela drenagem da Bacia Hidrográfica do Rio Araranguá.

Assim, o Provárzeas representou o início da inserção de pacotes tecnológicos no município e na região. Os anos que se seguiram foram marcados pelo distanciamento social entre “arrozeiros” – como são regionalmente chamados - e demais agricultores. O aumento constante da produtividade das lavouras incentivou a ampliação da área para cultivo, inclusive em Sangradouro.

Quanto ao fumo, a Região Sul é responsável por, aproximadamente, 90% da produção nacional. “O Rio Grande do Sul é responsável por 45 a 50% da produção nacional. Na sequência

aparecem Santa Catarina (30%) e Paraná (20%)” (HILSINGER, 2016, p. 77). Segundo o Anuário Brasileiro do Tabaco (2014)²² e o Sindicato Interestadual da Indústria do Tabaco (SINDITABACO)²³ o Brasil é um grande produtor de fumo, ocupando a segunda posição em produção – a primeira é da China -, e a primeira em exportação. Cerca de 190.000 famílias estão envolvidas com esse cultivo, tão controverso, especialmente, em razão do produto final.

O plantio do tabaco é realizado, atualmente, em regime de integração entre os agricultores e a agroindústria, que fornece sementes e agrotóxicos, além de assistência técnica e, por vezes, o crédito, garantindo também a compra. Esse sistema condiciona os produtores, pois oferecem garantias imediatas que os agricultores não encontram em outros cultivos.

A região Sul do Brasil assume o posto de principal região produtora. Os fatores que explicam o aumento da produção brasileira de tabaco pós 1990 podem ser atribuídos à expansão do crédito agrícola, ao trabalho de extensão rural e ao aprofundamento das consequências da modernização agrícola, que exigiu a especialização dos agricultores em determinados cultivos. (HILSINGER, 2016, p. 74).

O consumo do tabaco no mundo aumentou consideravelmente após a Segunda Guerra Mundial. No Brasil, o processo de modernização, que já contava com a industrialização do tabaco, aprimorou a organização da cadeia produtiva, o que resultou em ainda maior expansão do tabagismo, na época. A principal empresa a atuar nesse movimento foi a Souza Cruz. Conforme Hilsinger (2016) no Brasil 700 municípios cultivam o produto, que ocupa 376.000 hectares e 186.000 produtores, obtendo-se uma média de 2 ha de produção por família agricultora. Isso significa que o tabaco é representante de uma importância econômica, como pode se verificar na tabela 5, e também social, já que esses produtores constroem tradição no exercício do cultivo.

A fumicultura não exige muito do solo, nem de muito espaço para se apresentar viável economicamente. Além disso, emprega toda a mão de obra familiar, por exigir cuidados, especialmente a partir da colheita. Depois desta é feita a seleção das folhas e a costura em varas de madeira, para secagem nas estufas. Nas estufas tradicionais o fumo fica cerca de 7 dias para secagem. Durante esse tempo é necessário realizar manutenção de duas em duas horas, alimentando a fomalha para manutenção da temperatura. Depois de secas, as folhas devem ser

²² CARVALHO, Cleonice de. et al. **Anuário brasileiro do tabaco 2014**. Santa Cruz do Sul: Editora Gazeta Santa Cruz, 2014.

²³ SINDITABACO. Sindicato Interestadual da Indústria do Tabaco. Disponível em: <<http://sinditabaco.com.br/>>. Acesso em: mar.2017.

novamente classificadas por cor e tamanho. Assim, em espaços físicos inviáveis para outros cultivos, o fumo se apresenta rentável, tornando o agricultor refém do cultivo, muitas vezes.

No entanto, a saúde é uma grande preocupação para os fumicultores. Os agrotóxicos utilizados no plantio, e a nicotina exalada pelas folhas quando úmidas, geram prejuízos graves aos agricultores que dependem do fumo. A Doença da Folha Verde do Tabaco (DFVT) é a mais conhecida dentre as doenças provocadas pelo cultivo. A intoxicação ocorre, principalmente, na colheita, pelo contato da pele com o orvalho das folhas, dando origem à vários sintomas, como vômito e cefaleia.

A DFVT decorre do estímulo ou inibição de receptores no sistema nervoso central, levando a um quadro clínico de vômitos, náuseas, tonturas e cefaleia, dores abdominais, diarreia, alterações da pressão arterial e da frequência cardíaca durante ou após a exposição à *Nicotiana tabacum*. (RIQUINHO; HENNINGTON, 2014, p.1).

Conforme o Boletim Agropecuário nº45 (*op cit*) Santa Catarina apresenta oito regiões produtoras, responsáveis por 93% da produção de tabaco do estado: Araranguá, Canoinhas, Chapecó, Criciúma, Ituporanga, Rio do Sul, São Miguel do Oeste e Tubarão. O Boletim esclarece que a redução na demanda mundial pelo produto tem sido compensada, até o momento, pela alta nos preços.

O órgão se refere aos resultados dos projetos da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT) da Organização Mundial de Saúde (OMS), de 2005, que levantou um conjunto de medidas para a regulamentação da atividade e do consumo tabagista no mundo. Entre elas estão a proibição da publicidade, a advertência sobre os malefícios do fumo para a saúde nas embalagens de cigarro, e o apoio aos agricultores para atividades alternativas de geração de renda.

Conforme o site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)²⁴ o governo brasileiro ratificou a CQTC em 2005, quando o Ministério assumiu o Programa de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco. O Programa foi criado com pauta no desenvolvimento sustentável, a segurança alimentar, a diversificação produtiva, e a participação social, visando a produção ecológica e a redução do uso de agrotóxicos. A implementação deve ser realizada por meio de parcerias entre organizações governamentais, não governamentais e sociedade civil, com repasse de recursos financeiros e acompanhamento técnico para projetos de pesquisa, capacitação, assistência técnica e extensão rural.

Na Microrregião Araranguá a Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca, por meio

²⁴ O Ministério do Desenvolvimento Agrário foi extinto pelo governo federal em 2016, e transformado em Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, ligada à Casa Civil.

do Programa Santa Catarina Rural²⁵, conta, especialmente, com uma das executoras do Programa, a Epagri²⁶, que tem trabalhado no incentivo dos fumicultores para a associação ou substituição pela produção de maracujá. “No Sul Catarinense, os municípios de Sombrio, Araranguá, Santa Rosa do Sul, São João do Sul e Jacinto Machado somam mais de 80% da produção do Estado” (EPAGRI, 2015a, p. 13). O incentivo está na demanda reduzida por espaço e qualidade de solo. O maracujá é um produto que se desenvolve em neossolos (areias quartzosas), assim como o fumo, o que faz com que agricultores de municípios litorâneos, como Balneário Gaivota e Araranguá, adotem o plantio.

Devido ao crescimento da área plantada de maracujá na região Sul Catarinense - eram 704,1 hectares, na safra 2012/2013 (EPAGRI, 2015a, p. 13) -, novas demandas estão surgindo. Nesse sentido, foi construída na Microrregião uma unidade de beneficiamento da fruta, como resultado de parceria entre a Associação de Produtores de Maracujá (APM), o governo do estado (por meio do programa SC Rural) e a Prefeitura de Santa Rosa do Sul/SC, onde foi inaugurada a unidade, em fevereiro de 2016, com o encargo de transformar a polpa em suco. A agroindústria familiar representa a ratificação da importância socioeconômica desse segmento de agricultores.

A preocupação com a agregação de valor ao cultivo por intermédio do trabalho dos próprios agricultores familiares, nos dá pistas da atuação das famílias sobre os órgãos estatais para consolidar a cultura do maracujá e, sobretudo, estruturar sua cadeia produtiva no extremo sul do estado. A Epagri tem desenvolvido um trabalho importante de pesquisa e extensão no que se refere à essa fruta, tendo, inclusive, registrado um cultivar em 2015, denominado SCS 437 Catarina²⁷, na estação experimental do município de Urussanga. Segundo a instituição essa espécie é a que tem mais mercado no Brasil, e o Sudeste é a região que mais importa a fruta.

Apesar do incentivo estadual para a produção de maracujá não é possível, no momento, compará-la à fumicultura. É uma relação de 10.130 hectares de fumo para os 1.159 hectares de maracujá, na Microrregião. O desafio dessa substituição está intimamente relacionado ao tipo de solo. Não é tarefa simples cultivar um produto em solos arenosos com a rentabilidade que o

²⁵ O Programa SC Rural foi criado em 2010, por iniciativa do Estado de Santa Catarina e financiamento do Banco Mundial. (Fonte: http://www.scrural.sc.gov.br/?page_id=5. Acesso em mar. 2017).

²⁶ A Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina – EPAGRI- foi criada em 1991, a partir da fusão das estruturas estaduais de pesquisa, extensão e crédito rural de Santa Catarina: Empresa Catarinense de Pesquisa Agropecuária (EMPASC), que existiu entre 1975 e 1990; Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina (ACARESC), que atuou entre 1956 e 1991; Associação de Crédito e Assistência Pesqueira de Santa Catarina (ACARPESC); e o Instituto de Apicultura de Santa Catarina (IASC). A antiga EMPASC atuou fortemente na Microrregião Araranguá, operando na pesquisa para aprimoramento do cultivo de arroz.

²⁷ EPAGRI. **Epagri desenvolve o melhor maracujá do Brasil.** Disponível em: <<http://www.epagri.sc.gov.br/?p=14607>>. Acesso em: mar. 2017.

maracujá e o fumo oferecem. Além disso, há especificidades para cada tipo agrícola, quanto ao mercado e à viabilidade para exportação.

Nesse contexto, o estado manifesta também seus interesses quanto à cultura do fumo. A instalação de uma unidade da Alliance One Brasil Exportadora de Tabacos Ltda em 2011, no município de Araranguá, demonstra isso. A indústria de beneficiamento de folhas de tabaco migrou do Rio Grande do Sul, maior polo produtor, em busca de benefícios tributários²⁸. As transnacionais Continental Tobaccos Alliance e a Philip Morris também contam com instalações no município, maior produtor da Microrregião - 1.900 hectares em 2015, como indicado na tabela 5.

Esse cenário demonstra uma posição ambígua de Santa Catarina, e também do Brasil, com relação à produção de fumo. Assim, até que ponto o país intenciona, de fato, reduzir a área da fumicultura? Trata-se de um tema para investigação mais aprofundada. Sabemos que o maior desafio é um cultivo de valor, que exija pouco espaço e se adapte ao solo e clima. Não é fácil encontrar um cultivo que substitua o fumo, sem prejuízos financeiros aos agricultores familiares.

Cabe ao Estado estar atento às demandas e às providências. Sua atuação, por meio da Epagri, teve e tem um papel histórico nas mudanças enfrentadas pelo campo na Microrregião e no município Araranguá. Pode-se dizer que as transformações na base técnico-produtiva, e suas consequências, primeiramente, ideológicas e, então, territoriais, revolucionaram, especialmente a partir dos anos 80, a lógica centenária quanto à dinâmica econômica rural-agrícola.

A difusão de culturas comerciais específicas, com destaque para os cultivos de arroz e fumo, representou a tendência de modernização da agricultura, imprimindo novas dinâmicas às propriedades e ao modo de reprodução das famílias. No século XXI é praticamente impossível uma família agricultora viver dignamente sem apoio e acompanhamento dos órgãos estatais, dada a diminuição da diversidade produtiva e a relação de dependência frente às exigências que envolvem o mercado dos produtos.

Os resultados da modernização agropecuária em Araranguá podem ser notados em várias frentes. Embora a agricultura familiar permaneça como predominante, os plantios se encontram enquadrados às demandas do mercado interno e externo; o uso de agroquímicos é intensivo em determinadas lavouras, como na rizicultura e fumicultura; a produtividade é

²⁸ ClicRBS. **Novo polo de beneficiamento de fumo começa consolidação no Sul de Santa Catarina**. Disponível em: <<http://dc.clicrbs.com.br/sc/noticias/noticia/2011/03/novo-polo-de-beneficiamento-de-fumo-comeca-consolidacao-no-sul-de-santa-catarina-3258402.html>>. Acesso em: mar. 2017.

aumentada constantemente com as tecnologias implantadas; houve redução do número de produtores e da população; surgiram novas formas de ocupação das terras rurais; entre outros.

O registro desse progresso impactou a estrutura fundiária da microrregião. Nos primeiros vinte anos de modernização (1975-1995) a Região ampliou o número de estabelecimentos. Porém, houve variação quanto à área das propriedades. Aquelas com tamanho inferior à 10 hectares aumentaram em quantidade, bem como as de 500 ou mais hectares, no outro extremo da concentração fundiária. Em compensação, em todos os demais intervalos estabelecidos quanto à área, houve redução, para o total regional, segundo levantamento da Epagri (dados do IBGE), como podemos ver na tabela 6.

Tabela 6 – Estrutura fundiária da Microrregião Araranguá – número de estabelecimentos por tamanho – 1975 e 1995.

MUNICÍPIOS	MENOS DE 10 ha		10 A MENOS DE 20 ha		20 A MENOS DE 50 ha		50 A MENOS DE 100 ha		100 A MENOS DE 500 ha		500 OU MAIS ha		TOTAL DE ESTAB.	
	1975	1995	1975	1995	1975	1995	1975	1995	1975	1995	1975	1995	1975	1995
Araranguá	783	983	349	197	266	137	84	32	23	16	4	4	1.509	1.369
Balneário Arroio do Silva	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Balneário Gaivota	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ermo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Jacinto Machado	639	565	348	385	326	348	113	98	30	14	-	-	1.456	1.410
Maracajá	236	157	81	63	57	34	11	3	5	2	-	-	390	259
Meleiro	333	366	284	188	353	179	72	50	14	16	1	5	1.057	804
Morro Grande	-	108	-	85	-	123	-	31	-	7	-	-	-	354
Passo de Torres	-	81	-	26	-	37	-	11	-	3	-	5	-	163
Praia Grande	310	254	170	179	175	119	49	31	11	10	-	1	715	594
Santa Rosa do Sul	-	647	-	252	-	77	-	10	-	6	-	1	-	993
São João do Sul	515	862	229	224	191	133	50	20	11	7	-	-	996	1.246
Sombrio	747	625	380	158	291	84	82	16	22	15	3	1	1.525	899
Timbé do Sul	160	193	169	163	195	174	58	38	7	15	1	1	590	584
Turvo	566	429	295	286	322	288	90	67	11	14	-	-	1.284	1.084
REGIÃO	4.289	5.270	2.305	2.206	2.176	1.733	609	407	134	125	9	18	9.522	9.759
SANTA CATARINA	69.921	72.462	55.203	60.051	58.035	49.865	14.693	12.120	7.338	7.314	1.315	1.535	206.505	203.347

Fonte: IBGE. Adaptado de SDR, 2003.

Organização: ALVES, A. T., 2016.

O município de Araranguá, basicamente, acompanhou a tendência regional, embora as maiores propriedades tenham permanecido com mesmo número. Não podemos dizer, no entanto, que os produtores com menores áreas as adquiriram daqueles cuja área se encontra compreendida entre 10-500 hectares. Pois, enquanto a ampliação das primeiras se apresenta em número de 200, o somatório da redução das demais chega a 340 estabelecimentos rurais. Nossa conclusão é de que essas áreas excedentes foram arregimentadas pela expansão urbana.

Chama a atenção nesta tabela (6) que o município de Turvo - desmembrado de Araranguá em 1948 (IBGE cidades)²⁹ -, terceiro maior produtor de arroz de Santa Catarina, foi o que apresentou maior concentração fundiária no período. As menores propriedades rurais foram diminuídas em 137 unidades, enquanto apenas a ampliação de 3 unidades com 500 hectares ou mais já se apresentam suficientes para abarcar todos os estabelecimentos, em suas reduções de unidades, totalizando 203. No site da prefeitura do município³⁰ há uma informação de que o mesmo é reconhecido como “Capital Brasileira da Mecanização Agrícola”. É uma importante orientação para compreendermos o nível financeiro e a reestrutura da organização fundiária em Turvo, no período.

Voltando ao município de Araranguá, podemos dizer que, ao menos em quantidade, predominavam em 1995 os pequenos estabelecimentos – menos de 10 ha -, sendo duas vezes e meia em maior número, em relação às demais categorias somadas, ou seja, de 983 e 386 unidades, respectivamente. Temos, portanto, que os minifúndios predominam no município, já que a área em questão não atinge nem mesmo um módulo fiscal, que é 20 hectares (SNCR, 2013, p. 77). Lembrando que o limite para enquadramento na categoria “agricultor familiar”³¹ pelo estado – 4 módulos fiscais - é de 80 hectares, em Araranguá. Como os intervalos considerados na tabela não compreendem essa área, se tomarmos os estabelecimentos de até 50 hectares já abarcaremos 1.317 unidades, ou 92,20% dos estabelecimentos.

Quanto à condição do produtor, o IBGE considera proprietários, arrendatários, parceiros e ocupantes. Comparando-se os dados das unidades e área vê-se uma grande discrepância ao observarmos os proprietários. Considerando a área houve uma redução de mais do que a metade, de 1975 para 1995. Entretanto, a redução quanto ao número total de unidades foi de 7,55%. Ou seja, uma área rural muito menor, em área, para quase o mesmo número de estabelecimentos, como se verifica na tabela 7. O dado está em consonância com os da tabela 6, já que as unidades de até 10 ha foram as que mais ampliaram, em números, no período das duas décadas.

A única categoria de responsável pelo estabelecimento que cresceu foi a dos arrendatários. Observando o dado quanto à área, especialmente para a microrregião, mais do

²⁹ Endereço fonte: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=421880&search=santa-catarina|turvo|infograficos:-historico>>. Acesso em: mar.2017.

³⁰ Endereço fonte: <<http://www.turvo.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/22089#.WNltqzvyvIU>>. Acesso em: mar.2017.

³¹ BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, 25 jul. 2006. Seção I, p. 1.

que triplicou o espaço ocupado pelos arrendatários durante o período. Isso pode significar tanto que alguns proprietários se tornaram apenas arrendatários, quanto que alguns proprietários passaram, também, a arrendatários.

No caso dos parceiros e ocupantes, a redução em área também foi significativa, da ordem de 3 vezes para o primeiro e 1,6 vezes para o segundo, no município Araranguá. Em unidades o dado chama ainda mais atenção, pois a redução foi de 4,2 vezes e 2 vezes, respectivamente. Nesse período a emigração foi muito grande, como já discutimos, e a situação de vulnerabilidade desses segmentos não estimularia a permanência no campo de trabalhadores que já não tinham estabilidade no campo, e que se veem bombardeados pela modernização, especialmente, ideológica.

Tabela 7 – Condição do produtor, de acordo com a área e o número de estabelecimentos – 1975 e 1995.

CONDIÇÃO DO PRODUTOR DE ACORDO COM A ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS – 1975 E 1995

MUNICÍPIOS	PROPRIETÁRIO		ARRENDATÁRIO		PARCEIRO		OCUPANTE		TOTAL DE ÁREA	
	1975	1995	1975	1995	1975	1995	1975	1995	1975	1995
Araranguá	31.839	15.839	1.221	1.829	882	298	529	324	34.471	18.290
REGIÃO	166.074	135.820	4.068	15.122	16.211	4.746	4.306	6.167	190.659	161.854
SANTA CATARINA	6.343.593	6.112.237	151.414	210.053	130.920	81.540	251.388	209.016	6.877.315	6.612.846

CONDIÇÃO DO PRODUTOR DE ACORDO COM O NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS – 1975 E 1995

MUNICÍPIOS	PROPRIETÁRIO		ARRENDATÁRIO		PARCEIRO		OCUPANTE		TOTAL DE ESTAB.	
	1975	1995	1975	1995	1975	1995	1975	1995	1975	1995
Araranguá	1.165	1.077	146	232	146	34	52	26	1.509	1.369
REGIÃO	6.871	7.117	459	1.557	1.760	457	432	628	9.522	9.759
SANTA CATARINA	169.414	171.498	10.002	12.114	10.279	6.131	16.810	13.604	206.505	203.347

Fonte: IBGE. Adaptado de SDR, 2003.

Organização: ALVES, A. T., 2016.

Nossa afirmação se pauta no fato de que estamos trabalhando com um município contextualizado em região essencialmente agrícola. As áreas consideradas urbanas desse conjunto tratavam-se, na época, de pequenas aglomerações, onde se situava a administração municipal, os bancos, em um conjunto de unidades comerciais. O setor terciário se apresentava incipiente, realidade que não foi drasticamente alterada, inclusive, desde então.

Como vimos no tópico anterior, trata-se de municípios muito pequenos, em população. Os únicos dois municípios litorâneos que já existiam nesse intervalo de tempo, Araranguá e

Sombrio, apresentam as maiores transformações quanto à condição de proprietários dos estabelecimentos rurais. Em função da localização, esses foram os municípios mais afetados pela ideologia da urbanização³², e da assimilação da ideia de atraso quanto ao trabalhador rural.

Concomitantemente ao contexto econômico e político – a “década perdida” e a redemocratização –, nesse período muitos catarinenses da Região Sul Catarinense emigraram do país, especialmente, para a Itália e para os Estados Unidos. A cidade de Criciúma se tornou referência nesse movimento, tornando-se, nas décadas de 1980 e 1990 um polo emigratório. As razões estavam pautadas, especialmente, em duas situações.

Por um lado, houve estímulo estrangeiro, por parte da Itália, quanto a programas de intercâmbio. Não obstante, aquele país passou a reconhecer os descendentes de italianos espalhados pelo mundo, em forma de cidadania. Para as comunidades de descendentes, o cenário figurava como uma grande oportunidade de realizar o chamado “caminho de retorno”, rumo à terra de sua ancestralidade, e novas oportunidades de trabalho temporário, previstos nos convênios.

Nos anos de 1980 e 1990, através de convênios com algumas regiões da Itália, os netos e bisnetos dos imigrantes do século XIX partiram para a Itália, a fim de reencontrar seus parentes, da mesma forma que italianos vieram conhecer um pedacinho da Itália no Brasil. A partir desse intercâmbio, as cidades do sul do Estado de Santa Catarina, Urussanga, Araranguá, Nova Veneza, Cocal do Sul e Criciúma, passaram por um processo de reconstrução das tradições italianas, revalorizando os brasões de família, a língua e as comidas típicas, que se tornam elementos que atraem os italianos para virem conhecer no Brasil uma Itália que não existe mais. (ASSIS, 2004, p. 86).

Ainda considerando a situação econômica e política brasileira, mas expandindo para o contexto mundial, a esfera de influência cultural dos Estados Unidos era ampliada com o fim da Guerra Fria³³. Sob o raio de influência estadunidense, circulava entre os brasileiros o sonho de “fazer a América”. Havia uma idealização em torno da migração, que atingia especialmente a cidade, e irradiava, rebatendo em insatisfações individuais e coletivas que atingiam a população naquele período. Segundo Assis (2004) a dupla cidadania conquistada pelos criciumenses e seus vizinhos regionais foi utilizada, também, para chegar até os Estados Unidos. Com o dólar em alta, os imigrantes na “América” se sujeitavam a novos enfrentamentos e se arriscavam na clandestinidade.

As primeiras informações associam o novo direcionamento do fluxo com o

³² O imaginário do turismo está associado à urbanização, e passa pela ideia de produção do espaço para consumo, pois sua imagem – paisagem, território – passa a ser encarado como mercadoria. Foi dessa forma que os territórios da pesca (praia) passaram a ser territórios de turismo e lazer. Ampliamos essa discussão no capítulo 3.

³³ O período 1985-1991 foi marcado pela Perestroika, na União Soviética, quando elementos capitalistas foram inseridos na economia, iniciando, dessa forma, o fim do regime socialista, que ruiria definitivamente em 1991.

valor mais alto do dólar em relação às moedas européias. Entretanto, a emigração para esse país tem características distintas, uma vez que, diferentemente da migração para a Itália, os migrantes não partem para os Estados Unidos com uma documentação que lhes permita trabalhar, tornando-se, assim, imigrantes indocumentados no país de destino. (ASSIS, 2004, p. 86).

Ambas situações de emigrantes foram vivenciadas por moradores de Sangradouro. Tanto houve uma família que participou do fluxo para a Itália – família Ronchi; quanto em outros dois casos – família Esteves e família Vieira da Silva – a emigração foi para os Estados Unidos. Destacamos os sobrenomes porque em Araranguá e Sangradouro há descendentes de várias origens, conforme relatamos na história do município, o que influenciou fortemente na adoção ou não das correntes migratórias.

Neste tópico buscamos elencar os elementos essenciais à compreensão do contexto atual em que está inserido o território de Sangradouro. A partir dessa análise, que aqui não pode ser encerrada, diante da complexidade e da variedade de temáticas levantadas, nos encaminhamos para a discussão de nosso estudo mais específico. Aqui buscamos analisar a história e a formação territorial de Araranguá, a constituição de sua economia agropecuária de base familiar, e alguns efeitos da modernização agropecuária na microrregião e no município. Não perdemos de vista que este último processo apresenta diversas facetas, e se insere num complexo contexto, regional, nacional e internacional. Essa construção teve o objetivo de delinear as pistas para compreensão da configuração territorial contemporânea de Sangradouro.

CAPÍTULO 3

METAMORFOSES NO RURAL DE SANGRADOURO



Autor: ALVES, A. T. (jul. 2015).

3 - METAMORFOSES NO RURAL DE SANGRADOURO

Neste capítulo registramos os resultados de nossa pesquisa empírica e análise a respeito do rural de Sangradouro. Para chegarmos à essa apresentação, porém, julgamos necessário retomar as motivações que nos levaram à investigação, bem como os caminhos percorridos, segundo os critérios pré-determinados. Assim, reapresentamos aqui a problemática, os objetivos e a metodologia, traçadas na introdução deste trabalho.

É inegável que a vivência em Sangradouro representou um dos principais incentivos à busca pelas respostas às perguntas que inquietaram uma criança na década de 1990 em relação ao movimento instigante do êxodo. “Por que aqui não dá mais?”. Entretanto, foram a maturidade, o olhar a partir de fora, e o breve embasamento teórico acerca da modernização do campo brasileiro e catarinense, que permitiram a construção da problemática que passamos a perseguir.

Se “a agricultura não dá mais”, o que será de Sangradouro? Bem, as primeiras pistas estavam no próprio território. Enquanto os rebatimentos da modernização nos contavam que as pequenas propriedades eram inviáveis, economicamente, Morro dos Conventos se tornou o único balneário de Araranguá (SC), e os olhares para aquele espaço de passagem sofreram alterações. Até então, a proximidade com a praia não havia sido capaz de atingir, essencialmente, o cotidiano produtivo e de vida daquelas famílias.

Portanto, não foi o interesse do agronegócio pelas terras o que expulsou as pessoas de Sangradouro, a partir daquela década. Aliás, uma repulsão seletiva, focada nas gerações. Os agricultores tradicionais ainda estavam lá. As propriedades se mantinham, com as mesmas cercas delimitantes - à exceção dos rizicultores, que expandiram seus terrenos no sentido do Rio Araranguá, atingindo outras localidades rurais. Porém, novos elementos foram sendo incorporados ao território, chamando a atenção, não para os produtos da agricultura familiar, mas, para o turismo que ocorre no verão.

A concomitância de novos elementos, como novos negócios, ligados ao turismo, ao lazer, mas, também ao comércio e até à indústria, nos levaram ao desejo de compreender aquela simultaneidade no território historicamente agrícola. Finalmente, embasados na literatura construímos a nossa pergunta de pesquisa: de que forma a reconfiguração territorial, resultante dos processos de modernização e estimulada pelos aspectos políticos do município, ameaça a agricultura em Sangradouro?

Para responder a esse questionamento, julgamos importante especificar: qual o perfil da população atual, em termos de idade, ocupação, renda e perspectivas? Qual a importância

presente da agricultura? Qual o significado da pluriatividade no cotidiano das famílias? Para chegarmos às respostas, optamos pela pesquisa qualitativa, e elaboramos um roteiro de entrevistas semiestruturadas. Nossa escolha se pautou no fato de que julgamos importante ouvir as pessoas, suas experiências, suas perspectivas e suas próprias análises, não esperando delas as conclusões analíticas para nossa pergunta principal. Mas, porque entendemos que os sujeitos são os agentes principais das transformações territoriais, ainda que haja multiescalas de estruturas institucionais, agindo de forma independente e impondo, assim, muitas das mudanças.

Nosso roteiro, disposto no apêndice desta dissertação, foi construído com o propósito de abranger questões objetivas e subjetivas do cotidiano das famílias. Assim, visitamos 31 propriedades, onde entrevistamos um membro de cada família, em janeiro de 2016. Apesar de contarmos com as perguntas pré-estabelecidas, a contribuição dos entrevistados dependeu muito da disposição, da memória, da experiência e do tempo. Assim, fomos explorando o roteiro, e expandindo os diálogos, cumprindo com a motivação de nossa escolha. Quanto aos meses das entrevistas, frisamos que não tenha sido o único campo. Neste sentido, realizamos incursões semestrais (julho e janeiro) ao longo de toda a investigação. Por isto as fotos apresentadas são de julho de 2015.

A apresentação dos resultados está organizada com base nos tópicos propostos para este capítulo. Iniciamos com a história da comunidade e descrição das características gerais do território e da população. Esta parte exigiu maior detalhamento e extensão, pois, resgatamos a história, tecendo correlações com o presente investigado. Aproveitamos para ressaltar que a utilização do termo “comunidade” foi utilizado em dois sentidos – localização e grupo formado pelos moradores -, que o contexto permite compreender. Na sequência, abordamos os projetos de vida modernos e a crise na sucessão da família agrícola. Então, apresentamos os novos atores sociais e o turismo, para, enfim, tratarmos da pluriatividade e da multifuncionalidade em Sangradouro.

Em todos os tópicos reproduzimos determinadas falas extraídas dos sujeitos, chamados de entrevistados, conforme opção metodológica. Nossa escolha se baseou nos relatos que se destacaram pela representatividade das informações, e pela relação destas com os objetivos da pesquisa. Nesse sentido, o grupo dos aposentados foi fundamental para análise da trajetória da constituição territorial, em suas continuidades e rupturas. Para cada entrevistado citado elaboramos uma caracterização elucidativa de perfil, em nota de rodapé, visando a familiarização do leitor com as características conferidas no território. Salientamos que todas as informações específicas se baseiam em fontes primárias. O único documento encontrado,

com informações próprias de Sangradouro, foi o mapa de Macrozoneamento do Município de Araranguá, disponibilizado no tópico 3.3.

3.1 – Sangradouro: território e população

A gênese de Sangradouro remonta à primeira metade do último século, cerca de cinquenta anos após o desmembramento de Araranguá - como distrito de Laguna -, e sua elevação à município (1880) (HOBOLD, 2005). As famílias colonizadoras que se estabeleceram, inicialmente, desenvolveram atividades que garantissem sua sobrevivência. Esse foi um momento em que a produção estava intrinsicamente ligada às necessidades cotidianas e com seu arcabouço cultural.

Os principais gêneros cultivados/criados, conforme nossas fontes primárias, eram: mandioca, milho, batata doce, feijão, abóbora, cana-de-açúcar, hortaliças e arroz; galináceos, suínos e bovinos. O cultivo, a criação, bem como a elaboração de instrumentos do cotidiano, como as ferramentas e vestimentas, estava ligada à reprodução, nos seus termos mais amplos. Tal engendramento incluía não apenas as atividades produtivas, mas também as relações de produção. Segundo Marx e Engels, “[...] na produção social da vida, os homens entram em determinadas relações, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada etapa de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais”. (MARX; ENGELS, 1982, p. 530).

Desta forma, a etapa de desenvolvimento correspondente aos contextos temporal, político e econômico brasileiros/sulistas, favoreceu a instalação daquelas famílias, organizadas em torno da pequena produção. As tarefas exigiam muito trabalho e muitas pessoas, mas os núcleos eram numerosos, e as relações entre vizinhos, muitas vezes, familiares, eram intensas e cooperativas. Além disso, o trabalho para si representava motivação, e o apoio era estimulado, e mesmo exigido, desde as crianças.

A exemplo do que relatou Kautsky (1980, p. 127), sobre os camponeses alemães: “Na agricultura, lar e lavoura estão intimamente fundidos”. Assim, essa fusão incluía os membros femininos e masculinos, envolvidos com o cotidiano de manutenção da vida. Sim, havia divisão sexual do trabalho. Porém, obtivemos que as mulheres se ocupavam na lavoura, principalmente nas famílias em que o gênero masculino era escasso entre os filhos.

A comunidade de Sangradouro foi erigida na antiga estrada de areia que acessava o Balneário de Araranguá - Morro dos Conventos. A localização das propriedades adquiridas pelos colonizadores foi representante de importante fator de diferenciação entre os agricultores

familiares, do ponto de vista econômico. O trajeto da estrada que ligava – e liga - a cidade à praia (sentido Oeste-Leste), além de separar os terrenos que viriam a ser os estabelecimentos ao norte e ao sul, dividiu no território as terras mais férteis das menos produtivas.

As terras mais fecundas de Sangradouro são constituídas pelos solos de várzea³⁴ (foto 1), caracterizadas pela umidade - encerram no Rio Araranguá - e regularidade do relevo. Muito produtivas, representaram o atrativo principal para a gênese do território, ao norte da rodovia. Já os terrenos de solo arenoso (foto 2), mais elevados e irregulares, estão situados ao sul da estrada. As “terras de areia”, como são identificadas, produziam pouquíssimo no início da colonização. Foram compradas por valores irrisórios, à época, e melhoradas pelos produtores ao longo do tempo, por meio da prática do plantio.



Foto 1 – Terras de várzea (destinadas à rizicultura).
Autor: ALVES, A. T. (jul. 2015).



Foto 2 – Terras de areia (com plantação de mandioca e eucalipto - ao fundo).
Autor: ALVES, A. T. (jul. 2015).

Os entrevistados mais idosos relataram sobre as dificuldades enfrentadas nos primórdios, com a necessidade do desmatamento. O entrevistado 03³⁵ nos disse: “*Nós desbravamos tudo isso aqui*”, narrando as dificuldades em desmatar o potreiro³⁶ para plantar, e da quantidade de serpentes e bugios. “*Isso era tudo mato. Mas, também depois, dava de tudo. O que prantava, nascia*”.

³⁴ Falamos sobre as várzeas no tópico 1.1.

³⁵ 92 anos, agricultor aposentado, analfabeto, mora sozinho, viúvo. Católico, passa a maior parte do tempo orando, em frente à televisão. Comprou sua propriedade em 1961, porém, passou 19 anos fora e retornou, há cerca de 18 anos. Neto de imigrantes italianos, nasceu em Viamão-RS, e foi criado em Araranguá. Contou-nos que, a partir da terra, junto à esposa, criou 1 filho e 7 filhas, das quais 3 são suas vizinhas – entrevistas 04, 06 e 18. A propriedade (terras de várzea) tem 20 hectares, onde há criação de bovinos de corte (15), em 18 hectares de pastagem, e plantação de eucalipto (1/2 hectare) e mata nativa (1 hectare). O genro mantém a propriedade e trabalha com o gado.

³⁶ Potreiro é o espaço onde ficam os animais. No caso do entrevistado, este é o uso atual de 19 dos seus 20 hectares de terras. Porém, estas eram utilizadas para plantio, no passado relatado.

Embora já na segunda metade do século XX, a fala do entrevistado nos remeteu à Waibel (1949), a respeito do perfil do imigrante trazido ao Brasil meridional para colonizar as terras de matas. O “soldado agricultor”, desbravador disposto ao cultivo. Além disso, o modo de vida relatado descreveu o perfil discutido pela literatura, tanto em relação à exploração primordial da terra, quanto à forma autônoma de reprodução da existência dos camponeses europeus³⁷ (KAUTSKY, 1980). Conforme seu relato: *“Ah, muito pouco a gente ia na praça, né. A mulher costurava, e a gente prantava tudo. Só comprava mesmo era o café e o trigo. O açúcar e o sal também. A atafona também, só na cidade”*.

As palavras “praça” e “cidade” são presentes nas falas dos entrevistados. Assim se referem à sede municipal. No livro História de Araranguá (HOBOLD, 2005), no capítulo “Panorama político após 1930”, há um tópico intitulado “O camponês visita a praça”. Percebemos, a partir de indicativos como este, e também das análises de Rocha (2004) sobre os “Subespaços rurais³⁸ na expansão urbana de Araranguá – SC”, o quanto as tradicionais ruralidades estão presentes nos discursos, além da economia.

A “atafona” também compareceu em mais de uma das entrevistas. Sua função era moer o milho e transformá-lo em farinha, essencial para a polenta, alimento muito consumido, mesmo na atualidade, especialmente pelos descendentes de italianos. Conforme a entrevistada 04³⁹: *“A gente fazia muito bolo, com a farinha de milho. Polenta, angu. Era muita gente. Levava café na roça...”*. Também faziam rosquinha de polvilho, tradicional na comunidade. E ainda pão, cavaquinho, receitas à base de farinha de trigo. As famílias eram numerosas e a alimentação exigia muitos recursos. Assim, conforme os relatos, o trigo plantado não era suficiente, mediante a necessidade de consumo.

A entrevistada 04 complementou muito da fala do pai. Nos disse que além dos produtos indicados por ele, compravam querosene para o lampião, até a chegada da energia elétrica, em 1964. Também relatou que Araranguá tinha muitos engenhos de farinha de milho e de mandioca, e dois engenhos de arroz. *“Os engenhos de farinha de mandioca ficavam no interior, e a atafona e engenho de arroz, na cidade. Quando um ia pro engenho, levava os*

³⁷ No tópico 2.1.

³⁸ Retomamos no próximo tópico.

³⁹ 64 anos, agricultora aposentada, casada, estudou até a 4ª série, e mora com o marido. Moradora há 32 anos em Sangradouro, filha do entrevistado 04 e irmã das entrevistadas 06 e 18, teve um casal de filhos, que emigraram. Conta com plurirrendimentos: aposentadoria do casal e aluguel do terreno para uma antena de celulares. Líder comunitária atuante na Igreja (católica) e Clube de Mães. A propriedade (terras de areia) tem 4 hectares onde há criação de galináceos (40), bovinos de corte e leite (30), e plantação de mandioca (1/2 hectare), batata doce (1/2 hectare), abacaxi (200 pés), além de um pomar (araçá, pitanga, acerola, banana, laranja, limão, abacate, amora) e hortaliças (pimentão, cebola, couve, pimenta, alface), apenas para autoconsumo. O marido, além da agropecuária, trabalha com inseminação de bovinos.

produtos dos vizinhos, e já aproveitava a viagem". O transporte era feito de carroça ou carro de boi, tanto para as mercadorias quanto para as pessoas.

Nesse ponto percebemos a importância da comunidade, enquanto grupo de indivíduos. Conforme Claval (2007) a comunidade reúne características de coesão e relações de confiança mútua entre o grupo de pessoas, algo característico das relações camponesas. Pois, considerando a origem desses agricultores familiares, sabemos de sua proveniência enquanto camponeses europeus, e logo "agricultores de subsistência", no caso dos açorianos, e "colonos" nos casos dos alemães, italianos e poloneses, nucleados nas colônias. Nesse sentido, Tedesco (1999) caracteriza o modo de vida camponês, ressaltando a importância das relações sociais, da família, da vizinhança e do parentesco:

As condições materiais de reprodução desse modo de vida, associadas ao meio e às relações sociais que se constroem a partir dessa, asseguram processos sociais nucleados em torno da família, da organização do trabalho, da comunidade, da vizinhança, do parentesco, do mundo exterior, da sua organização social para a sobrevivência, para o domínio da natureza e da construção da individualidade. (TEDESCO, 1999, p. 49).

Essa convivência, portanto, estava relacionada à própria dependência existente entre o grupo familiar e comunitário. Tratava-se de questão de sobrevivência, em um momento marcado pela integração, onde aparelhos televisivos e automóveis não existiam (naquele território).

A expressão "interior" (entrevistada 04) é utilizada como referência às localidades rurais. Conforme as exposições, havia também em Sangradouro dois ou três engenhos de farinha de mandioca, que não existem mais. Quanto ao engenho de arroz⁴⁰ sua função era descascar os grãos, levados de volta às famílias produtoras. Como vimos, o transporte dos produtos era coletivo. As famílias faziam rodízio nesse sistema.

Perguntamos à entrevistada 04 se havia excedentes na produção. *"Ah, a gente vendia o milho em espiga, o feijão, geralmente, e a lenha... não sei se tu pode colocar isso aí"*. A referência à lenha trata-se da mata nativa. Por isso a preocupação da entrevistada. Na medida em que os agricultores desmatavam o terreno para plantio, as famílias transformavam a mata em madeira. A demanda era elevada, em razão dos fogões a lenha, utilizados para o cozimento e aquecimento das casas, durante o inverno rigoroso do clima subtropical.

Os hábitos alimentares eram bem distintos dos atuais. A partir da matéria prima elaborava-se a culinária, o que demandava empenho e tempo, sem o recurso dos alimentos

⁴⁰ Em pequenas quantidades, o arroz era pilado nas residências.

prontos dos mercados. O entrevistado 18⁴¹ relatou-nos, com saudosismo, sobre essa questão. *“Era tudo muito diferente, né. Era uma fartura que dava gosto. A gente comia pão com banha de porco, já visse isso aí? É... guardava a carne na lata de banha, também, porque não tinha nada disso, não tinha geladeira”*. Ele também nos contou que assar alguns alimentos na fogueira, como batata doce, “era uma festa”, uma diversão. Além disso, a água era retirada manualmente do poço⁴², com balde preso à uma corda.

Ouvir as narrações sobre o passado de Sangradouro, a partir de pessoas extremamente lúcidas, nos fez admirar o quanto todas as transformações proporcionadas pelas modernidades são recentes. Seus relatos de vida da infância e juventude falaram de um tempo que soa distante, mas que remete às décadas de 1960, 1970, até 1980. Mesmo porque o estágio técnico da sociedade, em geral, não atinge todos os lugares, ao mesmo tempo. Por exemplo, a chegada da energia elétrica na década de 1960 representou alterações no modo de vida. Mas, da luz elétrica aos eletrodomésticos há um intervalo relativo ao poder de compra, mas, também às disposições subjetivas, referentes ao convencimento das necessidades de incorporação das inovações.

Em conformidade com a história de Araranguá, predominam em Sangradouro os descendentes de açorianos e italianos, cuja herança é refletida na cultura da população. Entre os aspectos mais evidentes dessa descendência, além da própria agricultura, está a religião, predominantemente católica – 85%. Há mudanças também nesse campo, pois, no passado o catolicismo era unânime. Atualmente, além dos 85% católicos, 8% são espíritas e 7% evangélicos. Ainda assim, as atividades que habitualmente arregimentam a população local acontecem em um centro comunitário – católico -, construído pela população em terreno doado por um dos moradores, pelos idos de 1980.

Observando os hábitos dos sujeitos em Sangradouro percebe-se que a religião se apresenta como fundamento significativo dos vínculos estabelecidos. As missas, velórios, festas e reuniões do “Clube de Mães”⁴³ convergem atuais e ex-moradores para o centro comunitário.

⁴¹ 64 anos, rizicultor e criador (75 hectares), casado, estudou até a 4ª série, e mora com a esposa. Genro do entrevistado 03, cunhado das entrevistadas 04 e 06, e irmão do entrevistado 20, teve três filhos. Dois deles emigraram. Um deles (entrevista 19) constituiu família e construiu residência no mesmo estabelecimento. Membro da terceira geração de descendência italiana, sempre plantou arroz, ofício herdado de seu pai e transmitido ao filho. O entrevistado 18 reclamou do cenário político, dizendo que o “agricultor pequeno” vai desaparecer, por falta de incentivo. Ele também nos contou sobre a plantação de arroz antes da mecanização: “Antigamente um hectare de terra produzia de 25 a 30 sacas de arroz. Hoje, a mesma área produz 200 sacas”.

⁴² Vimos um deles, desativado e coberto por musgos. Atualmente, a captação da água é realizada com auxílio de motor. “Água de ponteira”, conforme os entrevistados.

⁴³ O Clube de Mães reúne as mulheres da comunidade, semanalmente, para execução de atividades artísticas manuais. A prefeitura do município acompanha, promovendo cursos de capacitação, excursões e encontros festivos.

No campo realizado em julho de 2015 tivemos a oportunidade de participar da Festa⁴⁴ (fotos 3 e 4) anual de Sangradouro. Cerca de 250 pessoas estavam presentes, incluindo a família de ex-moradores que emigrou para a Itália. Refletimos, a partir disso, sobre a função da religião na constituição e manutenção daquele território, já que conteúdos vividos, como este, ainda são expressados de forma tradicional.



Foto 3 – Celebração em honra ao Menino Jesus de Praga, realizada no CTG Galpão de Estância, em Sangradouro.
Autor: ALVES, A. T. (jul. 2015).



Foto 4 – Almoço comemorativo, integrante da Festa em honra ao Menino Jesus de Praga – salão de baile do CTG Galpão de Estância, Sangradouro.
Autor: ALVES, A. T. (jul. 2015).

Nesse sentido, a relação que os agricultores familiares mantêm com a religião faz parte da ligação estabelecida com a vizinhança e mesmo com o território, já que a convivência fortalece o vínculo interpessoal e a cultura comum – representações, experiências vividas e processos sociais compartilhados (CLAVAL, 2007). Notamos também que as mesmas lideranças que dirigem o centro comunitário e as atividades que lá são desenvolvidas se envolvem em outras instâncias de participação política, fora de Sangradouro, como sindicatos e eventos religiosos, expandindo o círculo das relações entre outros sujeitos rurais.

Conforme a legenda das fotos 3 e 4, a festa aconteceu no espaço físico de um CTG. Os dois CTGs de Araranguá estão localizados em Sangradouro. As construções são das décadas de 1980 e 1990. Assim, na história mais recente, a identidade gaúcha⁴⁵ comparece, com certa influência. Evidentemente que a própria localização da Microrregião Araranguá em relação ao Rio Grande do Sul, somado à divulgação das chamadas “tradições gaúchas”, são fatores que

⁴⁴ A festa religiosa que acontece em Sangradouro não é, exatamente, para celebrar o padroeiro – Menino Jesus de Praga -, mas trata-se de uma confraternização comunitária, que acontece anualmente, reunindo pessoas dessa e de outras comunidades rurais (relato de lideranças religiosas de Sangradouro).

⁴⁵ A respeito, indicamos a tese de Lazzari (2004): Entre a grande e a pequena pátria: literatos, identidade gaúcha, e nacionalidade (1860-1910).

inspiram certa proximidade. Essa impressão é notada, por exemplo, em determinadas expressões linguísticas e nas escolhas pelos times de futebol.

As primeiras famílias que se estabeleceram em Sangradouro são, praticamente, as mesmas (descendentes) que lá residem, representadas por 70% dos entrevistados. Além disso, 93,5% delas têm, pelo menos, um parente residindo em Sangradouro, o que evidencia as relações de parentesco típicas da agricultura familiar. Esses laços dão segurança às famílias, influenciando no desejo de permanência, especialmente, das pessoas com mais de 40 anos, como obtivemos nas entrevistas. Apesar disso, não se pode dizer que os sujeitos das numerosas famílias da metade do último século foram as responsáveis pela ampliação do povoamento de Sangradouro.

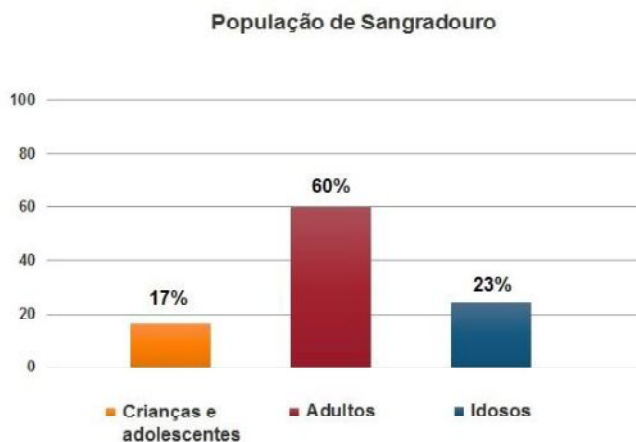
Na realidade, segundo os entrevistados, havia mais gente outrora do que no presente. Com base em nosso censo (2016), atualmente lá residem 87 pessoas, distribuídas em 31 das 43 propriedades. Dentre as unidades habitadas 93% têm, em média, 4 hectares. Estas se configuram como policultoras e policriadoras, basicamente de autoconsumo, cuja mão de obra empregada é essencialmente familiar e composta, fundamentalmente, por duas unidades de trabalho, formadas pelo casal proprietário.

À época da entrevista, dos 87 moradores de Sangradouro, 42 eram mulheres e 45 eram homens, dado que chamou a atenção pelo equilíbrio entre os sexos. Desse universo, basicamente 60% se encontrava composto por adultos (18-59 anos), 23% por idosos, e apenas 17% por crianças e adolescentes, como demonstrado no gráfico 7. Considerando as diferentes faixas etárias (e para nossa surpresa), nenhuma pessoa com idade inferior a 30 anos foi apresentada como agricultor, maior evidência das transformações em curso naquele território.

Há poucas crianças e adolescentes em Sangradouro. Considerando que este grupo seja formado pelos que têm entre 0-17 anos, são 15 pessoas, dos quais 7 garotas e 8 garotos. Levando-se em consideração a População em Idade Ativa⁴⁶ (PIA), 2 adolescentes se enquadram na referida classificação, enquanto os demais têm menos de 15 anos. Em razão do reduzido universo, todas as crianças em idade estudantil frequentam as escolas da cidade, já que não há oferta em Sangradouro e que o transporte público não se desloca para o Balneário (que, no caso, seria mais próximo) em horário escolar.

⁴⁶ A classificação etária de População em Idade Ativa compreende o conjunto de pessoas que, teoricamente, estão aptas a exercer uma atividade remunerada. Seguindo os critérios do IBGE para o PNADC – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua- consideramos PIA a população com 15 anos ou mais.

Gráfico 7 – População de Sangradouro, por grupos etários (em %).



Fonte: pesquisa de campo (jan. 2016).
Organização: ALVES, A. T., 2016.

Esse dado é relevante para a interpretação das territorialidades⁴⁷. O contato frequente com a cidade, que está relativamente próxima à Sangradouro (8 km), passa a fazer parte do imaginário dos jovens. É importante ressaltar aqui que Araranguá não apresenta, do ponto de vista econômico, grandes atrativos para a imigração. Há poucas indústrias, e o comércio é o setor que mais emprega. Mas a questão cultural não depende apenas disso, quando estamos inseridos na sociedade de consumo e numa civilização tecnológica, por excelência.

Nos encontramos diante de uma geração (estudantes) que tende a não se ocupar da agricultura, como vimos. Assim, o contato frequente com o urbano, ainda que este seja restrito em termos de opções de emprego, contribui para a familiarização com o contexto do cotidiano da cidade e seu conteúdo espacial. Dessa forma, os “arquétipos⁴⁸ do moderno” estimulam os jovens à migração.

A questão do lazer se apresentou como outra temática cara em nossa pesquisa, para o entendimento das territorialidades. Esses temas-chave, capazes de realizar paralelos entre o passado e o presente, carregam em si a visibilidade do envolvimento dos agricultores tradicionais e dos novos agentes com as antigas e as novas dinâmicas territoriais. Convivem na cultura elementos responsáveis por certa manutenção dos hábitos, enquanto há releituras em alguns aspectos e abandono de outros. Assim, quando perguntamos às pessoas sobre a ocupação

⁴⁷ Tópico 1.2.

⁴⁸ O conceito de arquétipo remete à construção teórica de Carl Gustav Jung sobre inconsciente coletivo. Segundo Jung os arquétipos são formas sem conteúdo para onde são canalizados o conjunto de conceitos psicológicos, baseados em “ideias primordiais”. São elementos estruturais, inconscientes, compartilhados pelo conjunto social. (JUNG, 2000).

das horas de descanso, obtivemos como resposta que seu lazer é visitar parentes, frequentar festas religiosas, ou pescar.

Aqui temos duas questões importantes, que merecem uma pausa para aprofundamento da reflexão: o lazer e a pesca. Encontramos uma análise muito interessante, nesse sentido, na dissertação de Ferreira (1994), sobre “O banho de mar na Ilha de Santa Catarina”. Segundo o autor, o banho de mar é uma invenção social, que passou a vigorar na Ilha na segunda metade do último século, com muitas ressalvas de cunho moral. Segundo ele, por muito tempo o mar foi visto como local da pesca, da locomoção e do despejo (de resíduos). Já a noção de lazer está associada com a oposição ao ócio, ideia surgida nos países industrializados, à medida que a jornada de trabalho foi diminuindo. Ou seja, um processo que está intimamente relacionado à industrialização e à urbanização, portanto, algo que ocorreu apenas após 1930, no Brasil.

Ademais, o desinteresse pelo turismo de veraneio ainda é característica marcante nos moradores de Sangradouro. Disse-nos a entrevistada 19⁴⁹ que a filha de quatro anos se espantou ao ver a imensidão do mar na televisão. Então, ela levou a criança à praia. Observamos que essas pessoas moram há cerca de 4 Km da costa. A rodovia é asfaltada, há Unidade Básica de Saúde (UBS) no Balneário e algum comércio também. Porém, o hábito de ir à praia não faz parte de seu simbolismo. Ao questionarmos sobre o lazer, o mar foi apontado como opção para apenas 10% da população.

Nas falas dos entrevistados percebemos uma avaliação um pouco negativa em relação ao lazer, algo justificado pelo fato de que há um agricultor, pelo menos, na família – 90% dos estabelecimentos – e que a rotina é extenuante. Obtivemos que os agricultores se ocupam, em média, 10 horas por dia no trabalho. Como compreender, entretanto, que há 40 anos houvesse mais integração nesse sentido? Percebemos que o tempo tem sido empregado em outras questões, por exemplo, em frente à televisão, algo em concomitância com a cultura de massa.

A questão do lazer de outrora – na realidade, “dias de folga”-, ao lado da produção e da alimentação, foi dos elementos mais relatados pelos entrevistados mais idosos. Nesse sentido as carreiras (corridas) de cavalos, eram grande atrativo dos domingos e levavam longe as famílias, para assistir à cancha reta⁵⁰ (fotos 5 e 6) e participar dos bailes de domingueira. Ainda hoje há uma cancha na localidade vizinha, e as corridas acontecem, embora já não sejam tão

⁴⁹ 41 anos, casada, do lar, formada em direito, mora com o marido e um casal de filhos. Nora do entrevistado 18, mudou-se da cidade para Sangradouro, há 7 anos. O marido, 30 anos, concluiu o ensino médio, e nunca morou fora. A propriedade (terra de várzea) de 75 hectares é do pai, com quem trabalha em conjunto, e contam com dois empregados e muito maquinário.

⁵⁰ As carreiras de cancha reta fazem parte da identidade gaúcha, sendo mais tradicional nos pampas. Se caracterizam pela disputa entre cavalos que correm em sentido reto, em canchas separadas. As pessoas que frequentam fazem apostas nos animais, e o ambiente costuma ser bastante festivo.

populares.



Foto 5 – Entradas da cancha de corrida de cavalos.
Autor: ALVES, A. T. (jul. 2015).



Foto 6 – Pistas da cancha reta.
Autor: ALVES, A. T. (jul. 2015).

O mar chegou a ser citado como local de lazer, ainda que o principal objetivo fosse a pesca. Nesse quesito, o entrevistado 18 nos relatou que não vai à praia há mais de 40 anos. O que pode parecer espantoso não o é, retomando que a associação do mar ao lazer se apresenta como construção elaborada com a urbanização, e que este processo é relativo aos contextos microrregionais, apesar da sociedade globalizada.

Em nossa leitura acerca do lazer observamos que a massificação atinge o grupo social, no sentido da convivência familiar e comunitária. Assim, ainda que haja elementos de continuidade das heranças culturais, a contemporaneidade apresenta certo enfraquecimento das relações de vizinhança, em comparação à vida de 40, 50 anos atrás, que se avolumam com a popularização dos bens de consumo e a independência das famílias. A interdependência do passado era presente nos mais diversos aspectos da vida cotidiana. O nascimento e a morte, o plantio e a colheita, as trocas e o transporte, as missas e as festas, entre outros, se apresentavam como vivências coletivas de auxílio mútuo.

Aqui voltamos à questão da globalização da economia, e das consequências quanto aos incrementos nas comunicações e nos transportes, somados ao incentivo do individualismo capitalista pós-Guerra Fria. À medida que às rotinas foram sendo incorporados novos instrumentos para facilitação do trabalho, paulatinamente foi ocorrendo certo afrouxamento nas relações. Conforme as máquinas se avolumaram aos cotidianos da roça e da casa, os vínculos com o trabalho e a convivência foram relativizados. Além disso, houve a redução do tamanho das famílias – a partir da década de 1970 -, em consonância com o contexto dos processos de individuação e independência.

O tamanho das propriedades, a diminuição no número de membros nas famílias, o

envelhecimento populacional, e o abandono da atividade agrícola pelos mais jovens, resultaram em redução no trabalho produtivo agropecuário. Apesar disso, a produção para autoconsumo é presente e bastante variada. Há criação e cultivo em 90% dos estabelecimentos rurais entrevistados. Em termos de área predomina a rizicultura e a pecuária bovina. No mais, referente ao uso e ocupação do solo, obtivemos: pasto, reserva nativa, eucalipto, pomar, aipim, mandioca, milho, batata, moranga, abóbora, feijão, melão, melancia, hortaliças e temperos.

Na criação, os galináceos – corte e postura - são encontrados em 75% dos estabelecimentos; equinos e ovinos foram registrados em apenas 3% deles, e suínos em 10%. Percebemos que há uma tendência em Sangradouro à criação, bem como à seleção e melhoramento genético, independentemente da quantidade de cabeças. Obtivemos a informação de que a prefeitura de Araranguá presta serviços de inseminação artificial no gado bovino, e também há uma pessoa na comunidade que presta esse tipo de serviço de forma particular.

Como vimos, a produção no território sempre esteve vinculada ao tipo da terra de cultivo. Porém, com a passagem dos anos e as modificações nos níveis técnico e cultural, essa marca acentuou as diferenciações entre produtores. Como os proprietários das terras de várzeas ampliaram suas áreas de cultivo/criação, houve um distanciamento produtivo e econômico, tão visível na paisagem quanto a diferença na qualidade dos solos de várzea e de areia. O nível de capitalização dos agricultores mais e menos inseridos no mercado está diretamente associado às questões de solo e produção, como se pode verificar no quadro 1.

Quadro 1 – Expressões do rural clássico de Sangradouro – Araranguá/SC.

Características	Tipos de terrenos	
	Terras de areia	Terras de várzea
Paisagem/relevo/solo	Solo arenoso, relevo irregular, presença de dunas	Solos higromórficos (turfa) – necessidade de drenagem-, relevo plano
Cultivos/agricultura	Mandioca, aipim, frutas - melão, melancia, laranja, tangerina-, milho (qualidade inferior ao plantado no úmido), hortaliças	Mandioca, aipim, milho, batata doce, feijão, abóbora, moranga, cana-de-açúcar, hortaliças, arroz e pastagem
Tipo social	Menos capitalizados	Mais capitalizados
Relação com o mercado	Menos inseridos	Mais inseridos
Tamanho dos estabelecimentos	De 1 a 5 hectares	De 20 a 75 hectares
Número de estabelecimentos	35 estabelecimentos rurais	8 estabelecimentos rurais

Fonte: Pesquisa de campo (jan. 2016).

Organização: ALVES, A. T., 2016.

Portanto, percebe-se que as alterações em curso já modificaram muito do modo de vida da comunidade “original” de Sangradouro. A inserção das tecnologias, não apenas nas residências e na lavoura, mas na vida como um todo, resultou em alteração dos hábitos, remodelando as territorialidades e o território. As metamorfoses na comunidade, em específico, foram responsáveis pela gestação de uma crise na sucessão da família agrícola, frente aos projetos de vida modernos.

3.2 – Projetos de vida “modernos” e a crise na sucessão da família agrícola

No contexto da modernização agrícola⁵¹, a lógica do êxodo destinou muitos agricultores à novas alternativas de trabalho e vida. Esta dita atingiu a primeira descendência dos pioneiros – os nascidos no Pós-Guerra -, mas, especialmente, a segunda geração de sucessores. Dentre os destinos buscaram a própria cidade, a Microrregião, as capitais mais próximas e também outros países - Itália e Estados Unidos -, como vimos no tópico sobre Araranguá. Portanto, ao mesmo tempo em que os herdeiros dos colonizadores garantiram certa manutenção da comunidade, outros deles foram “liberados” para outras atividades e vivências.

Nesse sentido, a década de 1990 foi marcante para Sangradouro. As projeções técnicas da modernização atingiram o espaço agrário naquele momento, principalmente para o caso da rizicultura. Por outro lado, o conteúdo ideológico desse modelo, representante de incentivo ao abandono do campo, ganhou expressão naquela década, independente da expulsão pelo emprego das tecnologias.

A modernização do território por meio da difusão do meio técnico-científico-informacional, ao atingir as relações de produção, afeta não somente as relações econômicas, como também as relações sociais, políticas e culturais do território, e conseqüentemente, uma nova dinâmica da relação capital x trabalho. Essa dinâmica é relacionada à modernização capitalista industrial e financeira, descortinada nos anos de 1990 [...]. (MATOS; PESSÔA, 2011, p. 4).

Assim, ao impactar todos os tipos de relações no território, a modernização foi responsável por nova dinâmica entre capital e trabalho. Nessa acepção, um dos desdobramentos da ideologia do “desenvolvimento” foi o incentivo das famílias à educação formal da prole. Os novos tempos respiravam competitividade, era necessário não se “atrasar” para a conquista da eficiência.

A reestruturação produtiva brasileira dos anos 1990, lastreada nas políticas

⁵¹ Ver tópico 1.1.

neoliberais⁵², resultaram em reformas na educação⁵³, indispensáveis à conjunção dos novos interesses econômicos. Portanto, o Estado, por meio de políticas públicas em acordo com a política econômica, exerceu papel fundamental na construção da conjuntura de desenvolvimento das forças produtivas.

Nesse contexto, parte dos nascidos entre 1975 e 1985 buscaram novas possibilidades de vida. Essa tendência ao abandono ocorreu de forma distinta entre os núcleos familiares. Em Sangradouro predominaram os casos em que todos os filhos emigraram, permanecendo o casal; em outros episódios, o filho ou filha mais jovem formaram família e permaneceram na comunidade, dando sequência ao ofício herdado dos pais ou empregados fora da agricultura, e trabalhando apenas na manutenção da propriedade e do consumo; e vimos ainda situações em que houve abandono da propriedade – disponibilizada para aluguel ou venda.

Separando os 31 estabelecimentos com moradores por número de habitantes, obtivemos que 32,25% das famílias é composta pelo casal proprietário. Em seguida estão os núcleos com 4 pessoas, representados por 25,8% das unidades. As maiores famílias apresentam 5 membros, estando apenas 6,45% delas nesse modelo. Em 5 dos estabelecimentos há pessoas morando sozinhas, sendo 4 deles aposentados. Enfim, somadas as casas com 1 e 2 moradores, temos 48,38% dos estabelecimentos nessas condições. Esses dados nos fazem refletir sobre a sucessão geracional.

Considerando a PEA de até 29 anos, encontramos estudantes, desempregados e trabalhadores empregados em atividades características do meio urbano, o que configura, no contexto familiar, a presença da pluriatividade. Notamos, a partir disso, a construção de novas ruralidades, por meio de uma aproximação com as lógicas do urbano.

Por outro lado, os agricultores tradicionais mantêm-se em suas poucas atividades agrícolas e criatórias, contando, em muitos casos, com suas aposentadorias. Isso não os isenta, entretanto, da construção de novas territorialidades, que os incluem num processo mais amplo do exercício socioeconômico. Diante disso, surge o questionamento sobre quem assumirá a agricultura, à medida que as pessoas de mais idade sucumbirem.

Observando, assim, os velhos e os jovens, as histórias e as atualidades, as mutabilidades e as manutenções, elaboramos um quadro com as velhas e as novas formas no território de Sangradouro (quadro 2).

Quadro 2 – Transformações e permanências no território de Sangradouro – Araranguá/SC.

⁵² Ver tópico 1.1.

⁵³ Sobre o assunto é recomendada a obra de Gentili (1995): “Pedagogia da exclusão: crítica ao liberalismo em educação”.

Velhas formas – “tradicionais”	Novas formas – “modernas”
Estabelecimentos com famílias numerosas – casal com até dez filhos	Estabelecimentos com famílias pequenas – casal com, no máximo, três filhos
Vínculo patrimonial com a terra	Manutenção das propriedades, apesar da diminuição da capacidade de sustento
Convivência de variadas gerações	Envelhecimento populacional
O sustento se dava pela atividade econômica, estritamente agropecuária, e fabricações caseiras de utensílios e vestimenta	O sustento se dá por rendimentos que conjugam a atividade agropecuária com outros tipos de renda
Produção agrícola com pouca tecnologia e emprego de muita mão de obra	Produção e criação tecnificadas, com reduzida utilização de mão de obra
Grande autonomia em relação ao consumo	Dependência de mercadorias urbanas
A família estava envolvida em uma única atividade econômica	Diversificação das atividades econômicas no território e nas ocupações dos membros da família
Local de residência coincidente com o <i>locus</i> produtivo	Surgimento de sítios destinados à moradia
Dificuldades relacionadas à comunicação e transportes	Rodovia asfaltada, linha de telefonia e internet
Como atividades de lazer eram comuns as corrida de cavalos, jogo de bocha, domingueiras e missas	Pouco lazer, ligado à religião e visitas familiares

Fonte: pesquisa de campo (jan. 2016).

Organização: ALVES, A. T., 2016.

Ao se analisar a síntese do território de Sangradouro, no quadro 2, percebemos a introdução de urbanidades naquele rural. Não compreendemos que a comunidade esteja caminhando para um processo de urbanização em que, além dos caracteres do urbano na cultura e no território, estejam presentes os elementos da cidade. Por outro lado, percebemos que há uma inserção de componentes na cultura e no espaço, que pareceriam desconectados do contexto, em tempos pretéritos.

Portanto, não podemos ignorar as formas de apropriação da estrutura tida como urbana. Os significados são distintos entre o rural e o urbano de Araranguá, como o são entre o urbano de uma cidade como esta, em comparação com a cidade de São Paulo. Há uma questão de escala e de significação que não podem ser relegadas, e que lançam por terra o imaginário de uniformidade, apesar da representatividade dos elementos urbanos na sociedade “global”.

Refletindo sobre a questão da “urbanização” do rural considera-se que as próprias características do urbano em Araranguá apresentam entraves à essa suposta tendência, graças

às ruralidades comuns aos pequenos municípios, o que Rocha (2004) denomina de subespaços rurais. “Em Araranguá, não é difícil notar a presença dos subespaços, que proporcionam uma paisagem diferenciada ao longo da cidade, pelas suas formas de trabalho e pela constituição de territorialidades, contribuindo ao repensar da própria essência do município”. (ROCHA, 2004, p. 13).

Conforme Rocha (2004), a paisagem daquele município revela um *continuum* rural-urbano que não permite a identificação do limite rígido do mapa oficial. Os muitos resquícios rurais no espaço urbano, caracterizados pelo transporte animal, a manutenção da horta, o hábito de obter alimentos da roça de parentes, entre outros, destaca a heterogeneidade do processo de urbanização. Além disso, revela um modo de vida descontínuo, que se apresenta contraditório em relação às suposições das práticas urbanas.

Nesse mesmo sentido, Marafon (2014) desenvolve uma reflexão a respeito das relações campo-cidade na contemporaneidade, e considera que a visão dicotômica sobre esses espaços foi superada. Para o autor, as fronteiras entre campo e cidade se tornaram difusas, muito mais complementares e interdependentes do que contraditórias, o que se reflete, naturalmente, nas questões imateriais, simbólicas, ou seja, nas ruralidades e nas urbanidades.

Esse híbrido, como é o caso do par campo-cidade, ilustra as relações sociais contemporâneas, imbuídas de trocas e fluxos materiais, imateriais e culturais. Desse modo, as ruralidades se desenvolvem, também, nos espaços urbanos e as urbanidades podem se desenvolver nos espaços rurais. (MARAFON, 2014, p. 6).

No caso de Sangradouro percebemos que há uma ameaça à continuidade da agricultura familiar. Diante dos projetos de vida dos mais jovens e da limitação, especialmente, das terras de areia, frente aos desafios comuns à própria agricultura, a sucessão geracional das práticas agrícolas se apresenta fragilizada. Por isso constatamos a inauguração de um processo de construção de multiterritórios, que conjugam o tradicional e o moderno, em seus aspectos simbólico-cultural, econômico e territorial.

No âmbito econômico encontramos duas novas realidades. Uma delas, gestada por agentes externos, e outra delas pela migração de agricultores para atividades não agrícolas, em Sangradouro. Neste caso, verificamos atividade industrial e comercial. Naquele, atividade turística. Ou seja, são novas perspectivas, que se baseiam na diferenciação socioeconômica dos agricultores (rizicultores x demais agricultores), no processo de reprodução dos estabelecimentos rurais, onde as possibilidades de continuidade da atividade agrícola são restringidas.

A entrevistada 10⁵⁴ nos contou como seu primogênito voltou à comunidade, através de nova atividade econômica. *“A marcenaria vem da família do pai dele, né. Então, toda vida foi empregado nisso aí. Foi, foi, até que conseguiu montar o negocinho dele. E nós cedemo aqui o terreno pra ele”*. A produção agropecuária acontece nos fundos dos terrenos. A área cedida ao filho fica próxima ao asfalto, à casa, e ao curral, como podemos ver nas fotos 7 e 8.



Foto 7 – Madeireira ao lado do curral.
Autor: ALVES, A. T. (jul. 2015).



Foto 8 – Madeireira ao lado da casa.
Autor: ALVES, A. T. (jul. 2015).

Tivemos neste um dos casos em que o casal se mantém na atividade agropecuária, porém, não há sucessores. Mais uma história na qual os pais não vislumbraram a possibilidade de os filhos se manterem na agricultura, por não acreditarem na viabilidade econômica da atividade. Nos discursos dos agricultores foi recorrente a análise de que esse recurso de vida era “sofrido” e de que não o desejaram para os filhos. Assim nos disse a entrevistada 01⁵⁵: *“Ah, a cidade tá batendo na porta, né? Ninguém que mais passá trabalho, guria. Nem pircisa, né, pra falá a verdade (rs)”*. Ou seja, a entrevistada 01 vê com otimismo o fato dos mais jovens “não dependerem” mais da vida no campo. Esse relato é elucidativo de muito do que ouvimos em nossas entrevistas.

Por outro lado, quanto à instalação da madeireira, percebe-se a importância das vias de comunicação nessa inserção das atividades não agrícolas. O filho da entrevistada 22 reside na

⁵⁴ 60 anos, agricultora aposentada, casada, estudou até a 3ª série, e mora com o marido nas terras que foram do sogro (falecido), próxima às residências de dois cunhados. Moradora há 38 anos em Sangradouro, teve um casal de filhos, que emigraram. A propriedade tem 20 hectares (várzea) onde, junto ao companheiro, cria gado de corte e leite (50 cabeças). Ela também produz queijos, que são vendidos na cidade. Na plantação, milho e mandioca para o gado, e algumas frutas (melancia, melão, limão, goiaba, bergamota, laranja) e hortaliças de folha para autoconsumo.

⁵⁵ 70 anos, agricultora aposentada, viúva, estudou até a 4ª série, e mora sozinha. Moradora há 50 anos em Sangradouro, teve 4 filhos, dos quais 3 emigraram. A filha mais nova (28 anos), entrevistada 02, mora na residência ao lado, com o marido e a filha. A manutenção da propriedade é feita pela filha, nas horas de “folga”, pois, costureira, trabalha na cidade, enquanto o marido é frentista em um posto de gasolina. A propriedade tem 2 hectares onde há criação de galinhas (10), bovinos (2), e plantação de aipim (50 pés) e hortaliças, para autoconsumo.

cidade e se desloca, diariamente, para o trabalho na zona rural. Ou seja, ele encontra naquele espaço todas as necessidades de que necessita sua pequena indústria: energia, água, asfalto, telefonia, internet – ainda que haja limitações quanto à qualidade destes últimos⁵⁶. Então, as novas infraestruturas, especialmente as vias de comunicações, estimulam os empreendimentos.

Como dissemos no tópico anterior, não há nenhum agricultor com idade inferior a 30 anos em Sangradouro. Distintos fatores colaboraram para essa realidade, primordialmente: modernização da agricultura, situação interna familiar, “aproximação” ao meio urbano - tanto pela melhoria na infraestrutura, quanto pelo acesso aos bens de consumo - e, por fim, estímulo neoliberal para a educação formal e inserção no mercado de trabalho. Como resultado, o que se verifica naquele território é uma conjuntura que ameaça a sobrevivência da agricultura familiar na comunidade.

3.3 – Turismo e novos atores sociais

Nos últimos 25 anos, Sangradouro passou a ser englobada numa dinâmica global de valorização turística. Os motivos que levaram à essa realidade estão relacionados, especialmente, a fatores espaciais e políticos. Espaciais em função da própria localização, no acesso à praia. E políticos, pois, Araranguá passou a ter apenas um Balneário⁵⁷, o Morro dos Conventos. Em seguida, a administração municipal cunha a denominação “Rota Caminho dos Conventos” para o trajeto de 8 quilômetros da rodovia que leva à praia. O título é uma analogia ao antigo caminho litorâneo dos tropeiros⁵⁸. A partir de então, placas de sinalização (fotos 9 e 10), foram organizadas ao longo da estrada, com notável conotação turística.

⁵⁶ Há telefonia fixa em Sangradouro desde meados da década de 1990. A telefonia sem fio e internet foram estendidas à comunidade nos anos 2000, ainda muito precárias em seu funcionamento, no entanto, até os dias atuais.

⁵⁷ Até 1995 Araranguá mantinha dois balneários: Arroio do Silva e Morro dos Conventos. Porém, em dezembro daquele ano, Arroio do Silva é emancipado e Morro dos Conventos torna-se o único balneário municipal.

⁵⁸ Tópico 2.4.



Foto 9 – Sinalização da Rota Caminho dos Conventos.
Autor: ALVES, A. T. (jul. 2015).



Foto 10 – Sinalização turística na Estrada Geral Morro dos Conventos.
Autor: ALVES, A. T. (jul. 2015).

Considerando-se a localização de Sangradouro e o contexto socioeconômico e político, sua inserção no processo de significação turística tornou-se inevitável. Além da ocorrência quanto à emancipação de Arroio do Silva (1995), em 1999 foi instalado um complexo turístico na comunidade. Consideramos que este tenha sido o marco do processo de introdução das territorialidades relacionadas ao turismo. O Caverá Country Park (fotos 11 e 12) explora características do rural por meio de um parque aquático temático, além de um CTG, hotel fazenda, arena de shows, cabanha⁵⁹ de cavalos crioulos, cinema para leilões, salão de festas, pizzeria e restaurante.



Foto 11 – Parque aquático do Caverá Country Park.
Autor: ALVES, A. T. (jul. 2015).



Foto 12 – Anúncio de evento a acontecer no Parque.
Autor: ALVES, A. T. (jul. 2015).

⁵⁹ Estabelecimento rural que se especializa na criação e reprodução de animais com genética selecionada.

O parque é gerenciado por uma família oriunda do Rio Grande do Sul, que reside na comunidade desde as primeiras instalações do complexo. O negócio prosperou, ao longo dos anos, de forma que os shows nacionais que acontecem na Região costumam suceder na arena de eventos do parque, devido à estrutura construída. Durante esses shows, as propriedades vizinhas, habitualmente, abrem as porteiças para estacionamento, terceirizando a função, ou assumindo pessoalmente a oportunidade de geração de renda. Observamos cinco propriedades transformadas em estacionamento durante shows no decurso de nosso campo, no verão de 2016.

A mão de obra empregada no parque, segundo o entrevistado 16⁶⁰ (proprietário), é de 70 empregos temporários (verão) e 10 permanentes. Ele nos disse que os funcionários responsáveis pelos animais são trazidos do Rio Grande do Sul, e que os demais são do município. Porém, apenas 1 trabalhador, à época da entrevista, era de Sangradouro. Notamos que na comunidade, além daquelas unidades envolvidas com os estacionamentos, os sujeitos não se relacionam com o empreendimento, nem como trabalhadores, nem como visitantes.

Assim, não seria correto afirmarmos que o Caverá Country Park foi responsável por significativa reconfiguração territorial em Sangradouro. Mesmo porque as propriedades se encontram sequenciadas ao longo da rodovia e, portanto, se distanciam da localidade onde está instalado o Parque. Porém, é necessário reconhecer que a inserção do turismo promovida pelo empreendimento, mas seguida, posteriormente, por novas iniciativas - instalação de um quiosque de sucos, um pub, um bar e uma casa para shows-, promoveu nova dinâmica, inclusive atraindo o olhar do município para um lugar ignorado, um território de passagem para a praia.

Esclarecemos que, por mais que o empreendimento funcione o ano inteiro, a atração principal se refere, de fato, ao parque aquático e, portanto, está muito mais associado ao veraneio, quando recebe muitas excursões. Estamos, portanto, nos referindo ao turismo em espaço rural, onde a exploração dos qualificativos do campo é questão secundária. Neste sentido observamos que, até o momento, o fator climático se apresenta como limitante ao turismo em Araranguá e Sangradouro. Conforme o entrevistado 16, o turismo de inverno arregimenta os turistas para a direção da Serra.

Entretanto, percebemos que se trata de uma questão de planejamento, estruturação e

⁶⁰ 60 anos, empresário aposentado, tem o EF incompleto, e mora com a esposa, 54 anos, EF incompleto, responsável pelo hotel, e o filho mais novo, 33 anos, EM completo, responsável pela administração do Parque Aquático. Morador há 20 anos em Sangradouro, teve 3 filhos. A filha mais velha, 39 anos, entrevistada 15, veterinária, mora na mesma propriedade, em outra residência, com o marido, 39 anos, contador, e o filho de 1 ano. No estabelecimento de 5 hectares ainda reside a entrevistada 17, irmã do proprietário, 62 anos, EM completo, que mora sozinha e é encarregada pelo restaurante. O filho do meio, 35 anos, entrevistado 13, agricultor, cursou a 6ª série do EF, e mora com a esposa (veio de uma comunidade rural próxima, há dez anos), que tem o EM completo e é secretária em uma faculdade da cidade, e com o filho, de 9 anos, estudante. O entrevistado 13 é rizicultor e criador (20 cabeças) em 20 hectares de terras de várzea, onde também planta milho para o gado (4 ha).

desenvolvimento de estratégias que modifiquem essa lógica. Pois, até o momento, o próprio município não despertou para a possibilidade de ampliação da temporada de investimento turístico. Há muitas outras atividades ligadas ao turismo em espaço rural que poderiam ser exploradas ao longo do ano. O próprio cicloturismo, que tem movimentado a Estrada Geral Morro dos Conventos no verão, poderia contar com equipamentos que atendessem as demandas do esporte, inclusive no aspecto alimentar.

Estamos dizendo que, diante da realidade contemporânea de Sangradouro, com suas dificuldades quanto à sucessão das atividades agrícolas, e com a realidade dos investimentos públicos e privados no turismo ligados às águas, outras modalidades podem ser avaliadas. Não fazemos apologia à turistificação como um projeto redentor, mas, pensamos que sem um planejamento inclusivo, mais uma vez as propriedades menores podem ficar relegadas à própria sorte, econômica, social, cultural e até ambientalmente falando. Para Froehlich, esse tipo de investimento tem revalorizado os territórios e os grupos sociais rurais:

Parece mesmo indubitável que a temática dos serviços e, dentre eles, a do turismo, está em voga e marca fortemente as práticas sociais no âmbito das sociedades contemporâneas. Assim, para o que é considerado turismo em espaço rural, proliferam modalidades diversas (agroturismo, ecoturismo, turismo esportivo, turismo cultural, etc.) que têm revalorizado o território e grupos sociais rurais e carreado um crescente fluxo de urbanitas. (FROELICH, 2000, p. 1).

É importante salientar que o autor supracitado elabora uma crítica fundamental à questão do turismo rural. Para ele, este não deve ser apresentado como um receituário de salvamento a ser imposto. Além disso, alerta para o perigo de acreditar que essa seja uma saída aplicável à toda realidade familiar de agricultura ameaçada. São muitas as questões envolvidas e que devem ser observadas, com respeito aos menos favorecidos na relação de poder econômico.

Porém, quanto à Sangradouro, considerando a dificuldade econômica da agricultura frente às novas estruturas produtivas, em face da limitação de área dos estabelecimentos, e com a mudança do perfil demográfico, acreditamos que algo mais possa ser feito. A tendência de que as propriedades sejam transformadas em moradia ou segundas residências é eminente, inclusive levando-se em conta a sua localização.

Então, por que não estimular aquelas famílias pluriativas, cujos filhos estão inseridos no mercado de trabalho urbano, às ações empreendedoras, conciliadas com a atividade agrícola? Em nossa compreensão esse deve ser um projeto de sociedade e não de campo ou de cidade. Preocupar-se com a valorização do trabalho no campo em seus novos desafios é uma estratégia,

que se apresenta como benefício à sociedade, especialmente se considerarmos as opções relacionadas à saúde, como a produção agroecológica e caseira, a conservação/reflorestamento, e também ligadas à educação, como a preservação da cultura.

É evidente que um projeto de desenvolvimento exige a participação ativa do grupo social envolvido. Desta forma, considerando a importância do centro comunitário e das ações que são desenvolvidas naquele espaço, pensamos que a comunhão que ainda existe em Sangradouro se apresenta como um fator de convergência, que pode ser traduzido como “capital social”.

Para Putnam (2006) essa característica está, via de regra, presente em grupos em que há intensas relações sociais, historicamente construídas, onde a reciprocidade, a confiança e a cooperação lhes soa algo comum. Ou seja, relações enraizadas na tradicionalidade e, portanto, de territorialidades compartilhadas. Para o autor, o capital social tem relação com o tipo e o alcance do envolvimento do sujeito com redes formais e informais da sociedade.

Então, a relação de amizade entre vizinhos e as atividades comunitárias que juntos desenvolvem, são potenciais criadoras de capital social. A organização em associações de bairros, igreja, política, onde o grupo compartilha os problemas cotidianos, inclusive, aqueles que dependem das ações das políticas públicas, são representantes dessas ações de interação. Nesse sentido avaliamos que existe, em Sangradouro, um relativo capital social (ALVES; CHELOTTI, 2016).

A esse respeito entendemos que o Departamento de Turismo⁶¹ não deva ser encarregado por tais ações, mas a Secretaria do Interior⁶², por meio do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR), responsável por gerir o Pronaf ⁶³Infraestrutura e Serviços. Mesmo porque a criação do Programa e do Conselho estão associados à mudança do modelo de gestão dos territórios (descentralização político-administrativa da década de 1990). O CMDR tem a função de operacionalizar a gestão do desenvolvimento, contando com a participação social, e supervisionar os recursos públicos investidos.

A ideia é atender ao anseio das reivindicações sociais no sentido de planejar um desenvolvimento que conjugue os interesses “de baixo para cima” com os “de cima para baixo”,

⁶¹ Por meio de sua Subsecretaria.

⁶² Ou Secretaria de Agricultura e Abastecimento.

⁶³ Quando perguntamos aos produtores sobre acesso à financiamentos, apenas 9,5% afirmaram já terem acessado o PRONAF. Quanto às razões apontadas, 75% nos disseram não terem procurado, por falta de interesse. 15,5% apontaram impedimentos no que se refere ao enquadramento, em razão do documento da terra – há estabelecimentos não inventariados. Assim, entendemos que a questão do financiamento não é central para as transformações quanto à agricultura.

no que tange os poderes políticos institucionalizados e sociedade. E é nesse ponto que o “capital social” vai apresentar relevância, ao ser capaz, ou não, de elevar as condições de desenvolvimento, com auxílio de políticas públicas específicas que contemplem comunidades como Sangradouro.

Como vimos, o espaço rural outrora tradicional foi incorporado à uma lógica, muito mais ampla, da economia global, contexto que incluiu a massificação da cultura, a valorização do lazer ligado ao turismo e as facilitações das vias de comunicação. Assim, verificamos, no território atual, a diversificação das atividades econômicas, que convivem com as práticas agrícolas, gestando um território híbrido.

A partir dessas inserções, inicialmente externas, a tradicionalidade da comunidade passou a conviver com novos elementos, constituindo territorialidades híbridas, que Rua (2006, p. 86) denomina “urbanidades no rural”. No território híbrido o tradicional e o moderno se apresentam em seus aspectos simbólico-cultural, econômico e territorial. Assim, múltiplas territorialidades têm sido gestadas, inclusive, se considerarmos as relações em rede estabelecidas pelo negócio do turismo. Para Marafon (2014, p. 4):

Rompe-se deliberadamente e explicitamente com dois elementos secularmente associados ao rural: sua função principal não é mais, necessariamente, a produção de alimentos e nem a atividade predominante é a agrícola, reforçando assim a noção de hibridez do espaço rural [...]. Dessa forma, há a mercantilização das paisagens, com a consequente expansão das atividades de turismo e de lazer. E esse rural, é uma das dimensões do espaço geográfico, que pode ser apreendido nas suas relações com o urbano através das ruralidades, urbanidades e das múltiplas territorialidades.

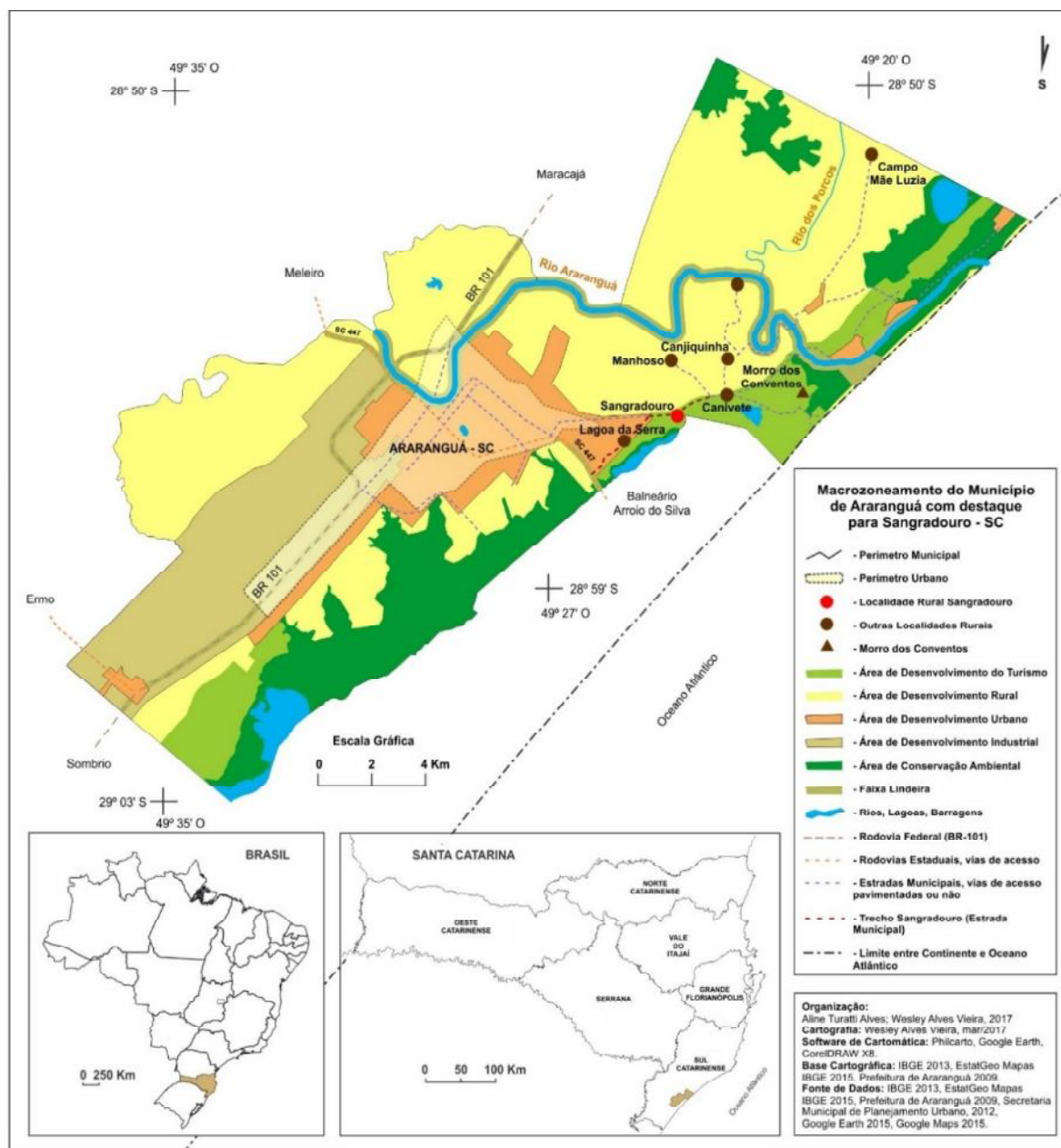
Salienta-se que, ao afirmar que existem territórios híbridos em construção em Sangradouro, em verdade, não se ignora que esse território sempre tenha sido um híbrido. Porém, aqui estamos tratando da construção de multiterritórios, que conjugam lógicas locais e globais. Nesse ponto retomamos a questão de a municipalidade assumir o projeto de desenvolvimento do turismo na “Rota Caminho dos Conventos”⁶⁴, algo em consonância com os caminhos da modernização e da globalização. Trata-se de uma ação vetor de aceleração e diversificação de territórios e precipitação das transformações materiais e imateriais de Sangradouro.

Como resultado, ao atualizar o Plano Diretor, o Município incorporou as mudanças

⁶⁴ A Microrregião Araranguá coincide com a região turística “Caminho dos Cânions”. Esta é uma divisão realizada pela Secretaria de Turismo, Cultura e Esporte de Santa Catarina, aprovada em 2003 pelo Ministério do Turismo. São 15 municípios integrando esta Região, que é a 9ª entre as 10 regiões turísticas do estado. (Santa Catarina, 2012). Foi a partir dessa organização que a Rota Caminho dos Conventos foi criada.

territoriais, expandindo a área de desenvolvimento urbano e de desenvolvimento do turismo, como podemos ver no mapa 2. A discussão do novo Plano Diretor esteve em trâmite ao longo de nossa pesquisa, sendo oficialmente divulgada no início de 2017 pela prefeitura municipal.

Mapa 2 – Novo macrozoneamento do município de Araranguá (SC), com destaque para Sangradouro.



Fonte: IBGE (2013; 2015); PREFEITURA (2009); SECRETARIA (2012).
Organização: ALVES, A. T.; VIEIRA, W. A., 2017.

A partir desse novo plano, a Estrada Geral Morro dos Conventos, exatamente a partir de Sangradouro, está incorporada à Área de Desenvolvimento do Turismo, juntamente às terras ao sul da rodovia (terras de areia). As terras de várzea permanecem como Área de

Desenvolvimento Rural, definindo, mais uma vez, a diferenciação entre as duas partes do território. Assim, aquele rural passa a ser responsabilidade da Subsecretaria de Turismo, algo desfavorável para o contexto dos agricultores menos capitalizados, e que inviabiliza a ideia de desenvolvimento com foco nos trabalhadores rurais.

Entendemos que essa readequação do planejamento municipal irá interferir ainda mais na realidade objetiva da população, já que a função do território vai se alterando e influenciando as territorialidades. Assim, ainda que os limites rígidos e artificiais da administração pública não sejam, por si só, capazes de transformar áreas rurais em urbanas, as responsabilidades de gestão das secretarias de governo estão diretamente associadas às atividades desenvolvidas nos territórios. Além disso, a proximidade com a praia, a presença do complexo, a inserção da comunidade na “Rota Caminho dos Conventos”, combinadas com o envelhecimento populacional, e o emprego da mão de obra jovem fora da propriedade, são questões que, somadas, indicam a ameaça à agricultura familiar, e a construção das novas territorialidades em Sangradouro.

3.4 – Da pluriatividade agrícola à multifuncionalidade do território

Inserido na dinâmica das atividades não agrícolas no meio rural catarinense, o turismo se apresenta como principal negócio. Apesar disso, não desconsideramos outros empreendimentos em Sangradouro, ligados aos demais setores da economia, inseridos naquela realidade – indústria e comércio. Da mesma forma, não podemos ignorar a importância da ação dos trabalhadores residentes na comunidade, que se deslocam para o trabalho na cidade. Nos referimos às transformações territoriais, associadas à pluriatividade das unidades produtivas e à importância da multifuncionalidade no território investigado.

Vimos nas discussões dos capítulos 1 e 2 que a pluriatividade é um recurso que vem sendo adotado por vários países do mundo, incluindo o Brasil, especialmente, a Região Sul, mas também a Região Sudeste, em especial, o estado de São Paulo. Segundo Graziano da Silva (1999) essa tendência ganhou volume em nosso país a partir de meados dos anos 80. Analisando a tabela 3, presente no capítulo 2, tópico 2.3, chegamos à conclusão que, em 2000, 34,5% da PEA rural catarinense não era agrícola, o que representa mais de um terço do total.

Em Sangradouro, considerando as 31 famílias entrevistadas, nossa análise da pluriatividade se baseou nos seguintes critérios:

- a) Nenhum membro da PEA está empregado na agricultura;
- b) Todos os membros da PEA estão empregados na agricultura;

c) Há membros da PEA empregados na agricultura e outros empregados em atividades não-agrícolas; há indivíduos empregados na agricultura e em atividade não agrícola.

Quanto à idade, consideramos 15 anos como mínimo, pois, não havia no universo investigado, trabalhadores ou pessoas procurando emprego com menos do que essa idade. Já sobre o limite máximo, o ignoramos, e mantivemos os aposentados, pois, no caso dos agricultores, todos ainda se envolvem em atividades agrícolas ou criatórias. Mesmo as pessoas com mais de 70 anos estão inclusas, pois exercem essas atividades, com auxílio de parentes. No caso dos não agricultores, também se tratavam de trabalhadores, com idade de até 65 anos.

O grupo menor foi o enquadrado em nosso primeiro critério. Apenas 16,12% da PEA dessas famílias é composta por membros que não se ocupam, de forma alguma, na agricultura. Esse conjunto é conciliado por pessoas que imigraram para Sangradouro nos últimos 25 anos, e que passaram a fazer parte das novas dinâmicas territoriais. Entre eles havia os que apenas residiam em Sangradouro, e também os que obtinham sua renda no território, em atividades ligadas ao turismo e ao comércio.

Conforme o segundo critério, obtivemos que 32,25% das famílias eram compostas apenas por agricultores. Destas, apenas 20% eram formadas pelo casal com filho (s). Os demais 80% estavam representados pelo casal ou por um indivíduo, sendo todos eles aposentados da agricultura, que mantinham a agropecuária, porém, contavam com plurirrendimentos. Esses foram os casos mais evidentes da crise na sucessão da atividade.

Baseados no último preceito, chegamos à conclusão que as famílias pluriativas predominam em Sangradouro, atingindo 51,61% dos casos. Desse total, 62,5% são famílias em que o marido é agricultor e a esposa está empregada em outra atividade. No caso de 18,75% das situações, marido e esposa trabalham na agricultura e fora dela. Em 12,5% dos casos, os pais são agricultores e os filhos estão em outras ocupações. Em 6,25%, uma pessoa estava envolvida nos dois ramos.

Os trabalhadores de Sangradouro estão ocupados em diversas profissões - contabilizamos 13 -, além do trabalho na agropecuária. Eram elas: marceneiro, comerciante, costureira, motorista, operário (fábrica de fraldas⁶⁵), gestor, frentista, manicure, enfermeira, faxineira/empregada doméstica, professora, contabilista e veterinária. Conforme Schneider,

A combinação permanente de atividades agrícolas e não-agrícolas, em uma mesma família, caracteriza e define a pluriatividade, que tanto pode ser um recurso ao qual a família faz uso, como representar uma estratégia individual

⁶⁵ Há uma fábrica de fraldas na comunidade rural vizinha, na mesma rodovia que cruza Sangradouro.

dos membros que constituem a unidade doméstica. (SCHNEIDER, 2001, p. 1).

No caso em questão, os membros empregados em atividades extra agrícolas não contribuem, diretamente, para a renda familiar. Assim, por mais que a pluriatividade se apresente como um projeto de incorporação de gerações, trata-se de uma estratégia individual, apoiada pelos membros mais experientes do grupo.

Nesse ponto percebemos que existe uma diferenciação entre as famílias pluriativas, em geral, pois o tipo de envolvimento com essa dinâmica pode indicar uma maior ou menor possibilidade de viabilização da continuidade produtiva. Esse elemento pode resultar, em última instância, na continuidade ou não da vida da família no campo. É nesse ponto que acreditamos na importância da multifuncionalidade, já que essa temática permite a expansão do foco quanto à visão de rural, inserindo a esfera pública, quanto às funções do espaço e quanto ao papel intervencionista da política.

O tema da multifuncionalidade nos trouxe um alerta quanto ao “novo rural”, que deixa de ser exclusivamente agrícola, como vimos no capítulo 1, porque aborda uma reflexão acerca da importância social e ambiental do campo, em territórios da agricultura familiar. Porém, é inegável que a reprodução social desse segmento está vinculada à terra, e como tal, se baseia na importância da continuidade da exploração agrícola enquanto patrimônio.

Nesse aspecto retomamos a questão da revalorização do rural, na contemporaneidade, enquanto espaço privilegiado da natureza, pois há uma demanda crescente nesse sentido. Uma necessidade que tem foco no aspecto do ambiente e da paisagem, sobretudo, mas também, na cultura de um tecido social específico, na qualidade de produtos e até, enquanto nação, na segurança alimentar.

A dimensão não-agrícola vem aumentando, muitas vezes, associada à noção de patrimônio, com a renaturalização da paisagem. Enfatiza-se a preservação e a proteção da natureza, valoriza-se a busca da autenticidade dos elementos paisagísticos locais, a conservação e a proteção dos patrimônios históricos e culturais, o resgate da memória e da identidade. (MARAFON, 2014, p. 4).

Marafon ainda chama a atenção para o aspecto da delimitação entre o rural e o urbano a partir dessas novas funções.

Aponta-se para a necessidade de ir além do corte pelos dados censitários e atrelar as funções que o território rural cumpre nos diferentes âmbitos – econômico, ecológico, social, institucional, cultural, etc. – assim essa definição deve dar conta da existência das várias ruralidades. (MARAFON, 2014, p. 6).

Assim acreditamos que a multifuncionalidade do território de Sangradouro, em seu hibridismo peculiar, deva ser considerada, com enfoque na ressignificação do rural. Pois, é necessário que nos apropriemos, criticamente, de um contexto favorável que existe, a nível mundial, enquanto crise do projeto modernizador, e a nível territorial, com relação às práticas que se relacionam ao lazer. Desta forma, entendemos que essa situação pode ser reverberada em resgate de comunidades rurais, como Sangradouro. Para Froelich:

A revalorização do rural contida nas práticas de excursões ao campo, os veraneios e as atividades de lazer nele, bem como outras diversas formas de sua utilização e consumo, tem se fundado na grande expressão planetária que tomou o ambientalismo nas últimas décadas. As apelações de reencontro com a natureza, a harmonia, a qualidade de vida e o respeito com o meio-ambiente, que se apresentam nos discursos ressignificadores do rural, têm evidenciado a crise da ideia de progresso contínuo e sem limites que acalentou o projeto modernizador via industrialismo e urbanização dos últimos duzentos anos. (FROELICH, 2000, p. 3).

Portanto, percebemos que existe uma conjuntura local/global favorável à revalorização de Sangradouro. Em nossa investigação de campo concluímos que, enquanto aqueles que foram jovens e crianças na década de 1990 receberam incentivo à emigração, como resultado de toda a pressão modernizante, e a apologia às questões do “mercado de trabalho”, a situação atual se apresenta muito distinta. A necessidade de emigrar ao encontro de um destino distinto daquele herdado pelos pais já não é essencial.

Isso acontece, primeiramente, pelo arrefecimento da ideologia de exclusão do “homem do campo”. Em segundo lugar, pela ampliação das possibilidades de acesso à cultura e ao consumo gerais, especialmente proporcionadas pelos meios individuais de transporte. Por exemplo, identificamos que apenas idosos que moram sozinhos, não tem veículo – carro ou moto – próprio. Todos os demais contam, pelo menos, com um recurso de locomoção.

Acreditamos que essa seja uma das razões da presença, nas falas dos entrevistados, da “aproximação urbana”. A fala da entrevistada 07⁶⁶ nos foi representativa dessa conclusão. Para ela “*a comunidade vai se acabá... a Igreja, no caso. Mas o pessoal vai crescê, tê mais moradô*”. Nesse exemplo observamos a referência à uma das identidades mais tradicionais daquele território, ligada à religiosidade, embora seja clara a desesperança na continuidade da tradição religiosa (católica). Além disso, a compreensão de que as propriedades devam passar por

⁶⁶ 69 anos, agricultora aposentada, estudou até a 3ª série, mora com o marido (acamado). Moradora há 47 anos em Sangradouro (veio de Laguna ainda criança), teve 3 filhos, todos emigrantes. A manutenção da propriedade é feita por ela, que cuida de algumas galinhas para consumo, e por um sobrinho, que planta 1 hectare de mandioca para si. A entrevistada 07 nos contou como sustentou a família, ao lado do marido, morando em 4 ha de terras de areia. O engenho de farinha os manteve por mais de 30 anos.

parcelamento, e aumento da população total. Sua explicação se baseou na presença de dois loteamentos⁶⁷, em Sangradouro (fotos 13 e 14).



Foto 13 – Abertura de estrada no loteamento em Sangradouro.
Autor: ALVES, A. T. (jul. 2015).



Foto 14 – Marcação de um dos lotes.
Autor: ALVES, A. T. (jul. 2015).

O parcelamento de imóveis rurais apresenta um indicativo da transformação dos estabelecimentos em locais de moradia. A venda externa de terrenos reduzidos à metragem urbana deverá atrair um público cujos interesses se relacionam mais às ditas “qualidades do rural” do que às questões produtivas.

Nesse aspecto, a resignação dos menos capitalizados quanto às mudanças nos soou interessante. Outro fato foi a referência à comunidade de Sangradouro em dois sentidos: a Igreja e o território. Nos disse a entrevistada 01: *“Não sei se a comunidade da Igreja continua, mas a comunidade continua”*. Como mãe de 3 emigrantes, sua fala tem muito sentido. Para ela a estrutura social, configurada pela tradição, deve enfraquecer, com a dificuldade de continuação do modo de vida. Porém, pela própria localização, o território não deve ser abandonado, como se verifica em certas regiões rurais.

É interessante que os próprios habitantes enalteceram Sangradouro quando perguntamos sobre a qualidade de vida. O sossego aliado à boa infraestrutura, que facilita o trânsito até a cidade, foram pontos destacados. A entrevistada 04 nos disse: *“Quando eu voltei pra cá, em 1983, eu detestava isso aqui. Era um fim de mundo. Hoje eu não só gosto, como gosto muito”*. Em sua fala estão presentes as dificuldades do tempo lembrado, mas também, as mudanças de

⁶⁷ Quando a filha mais velha da entrevistada 07 foi para os Estados Unidos, na década de 1990, ela abriu caminho para a emigração de outra família, inteira. Primeiramente três filhos, e então, também os pais. Por isso, encontramos o sítio das fotos 13 e 14, de 5 ha, em processo de loteamento. Embora a prefeitura não nos tenha confirmado o processo, verificamos a partilha dos terrenos.

pensamento quanto ao mundo rural, idealizado, naquela época, como “atrasado e superável”.

Ou seja, a ruptura entre as vivências de antes e depois da modernização foi tão abrupta, que apenas os mais capitalizados (rizicultura e pecuária) se mantem, satisfatoriamente, nas atividades tradicionais. E nesse cenário emergiu a pluriatividade, como no encerramento de um ciclo em que as terras de plantação tendem a se transformar em terras de habitação e de lazer.

Porém, as externalidades positivas da agricultura familiar, como vimos, devem ser resgatadas, com enfoque na multifuncionalidade. As políticas públicas podem fomentar a organização social dos produtores, com objetivo de viabilizar atividades conciliadoras no novo meio rural. Assim como tem feito com o turismo de veraneio, estimular demandas, criar mercados, envolvendo a comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo resultou da análise do rural de Sangradouro, Araranguá/SC, a partir das metamorfoses no território e nas territorialidades. Nosso recorte privilegiou as transformações ocorridas a partir da década de 1990, quando as implicações da modernização do campo brasileiro e do neoliberalismo econômico contribuíram para o êxodo dos jovens. Nos referimos às pressões externas, marcadas pelo trabalho desenvolvido pelas agências de modernização no sentido de convencer a sociedade a respeito de qual campo deveríamos ter, e qual rural deveríamos ser. No caso de Santa Catarina o papel da ACARESC foi essencial, privilegiando determinados tipos de cultivos, como o arroz, em detrimento de outros menos requisitados por um mercado cada vez mais globalizado.

A rizicultura representa o cultivo mais importante, do ponto de vista econômico, em Sangradouro. Além disso, seu significado está intimamente relacionado à estrutura fundiária do território. A qualidade dos solos se tornou fundamental para o distanciamento entre os agricultores familiares, ao longo do tempo. Os proprietários das terras de várzea receberam incentivos das políticas públicas, desde o PROVÁRZEAS NACIONAL (1982), que os levaram à mecanização do cultivo e à ampliação da área produtiva. Atualmente, essas terras, que são as mais férteis da comunidade, estão parceladas em unidades que variam entre 20 e 75 hectares. Porém, são apenas 8 nessa condição, de um total absoluto de 43 estabelecimentos, sendo propriedades bem maiores que as constituídas pelos solos ou terras de areia de, em média, 4 hectares. A rizicultura transformou a microrregião Araranguá, composta por 15 municípios do Sul Catarinense, em território do arroz, responsável por 34,2% da produção estadual (EPAGRI, 2014, p. 33). Nesse mesmo contexto o PRONAF (1996) atende, basicamente, esses proprietários mais capitalizados, não apresentando importância para a continuidade reprodutiva agrícola das propriedades menores.

Historicamente muito pequenas (minifúndios) e de solos frágeis as propriedades de terras de areia perderam a capacidade de absorver a mão de obra da progenitura, diante do modelo de modernização imposto. Apresentam-se agora como unidades em que a mão de obra não depende, exclusivamente, da agricultura, e que a produção desses gêneros se limita, basicamente, ao autoconsumo. Por não haver escala produtiva e nenhum incentivo no que se refere à atividade tradicional, os jovens desta realidade não apresentam possibilidades de sucessão da ocupação dos pais, e se ligam, cada vez mais, às urbanidades, no que tange à identidade e também à ocupação econômica.

A década de 1990 representou o marco da introdução de atividades não agrícolas em

Sangradouro, estimuladas pela emancipação de Balneário Arroio do Silva/SC e seu desmembramento de Araranguá. Com a identificação de um único balneário municipal, a comunidade foi inserida no projeto de desenvolvimento turístico do município, em consonância com o planejamento do estado. Resgatando a história, a Estrada Geral Morro dos Conventos ou Rodovia Estadual Valmiro Manoel Gonçalves, passou a ser a “Rota Caminho dos Conventos”, em alusão ao caminho litorâneo dos tropeiros, aberto em 1727. A ação ícone dessa mudança de eixo nos investimentos turísticos - já que Arroio do Silva centralizava essa questão - foi a instalação de um empreendimento turístico, o Caverá Country Park (1999), o que também contribuiu para as mudanças de comportamento das últimas décadas. A concretização mais recente da idealização territorial turística foi identificada neste ano de 2017, com a aprovação do novo Plano Diretor do município. Conforme o documento, por meio do mapa de Macrozoneamento, toda a estrada e as propriedades ao sul da mesma passaram a fazer parte da Área de Desenvolvimento Turístico.

Assim, tais especificidades, somadas ao cenário de precarização da agricultura familiar, passaram a ameaçar as condições reprodutivas socioeconômicas no território. Nos anos que se seguiram à década de 1990 a população sofreu um processo de envelhecimento, e a produção agrícola foi reduzida. Por outro lado, os estabelecimentos não foram abandonados, já que os agricultores são proprietários, o que estimula a permanência. Além disso, há a questão simbólica, que compõe a singularidade dos agricultores familiares, com seus vínculos territoriais envolvidos no cotidiano com a família, o trabalho e a religião. Soma-se ainda a própria infraestrutura encontrada na comunidade (água, energia, telefonia), e a proximidade (10 km) do centro da cidade. Além disso, a população se apoia em plurirrendimentos, contando com a política pública previdenciária, principalmente.

Nesse quesito também identificamos que a pluriatividade, ou seja, o emprego de membros da família na agricultura e fora dela, se apresenta como estratégia importante de manutenção dos grupos familiares, onde os jovens tendem a se ocupar fora do campo. Esses sujeitos se deslocam de Sangradouro para a cidade ou para comunidades vizinhas, onde exercem funções variadas, como marceneiro, comerciante, costureira, motorista, operário, gestor, frentista, manicure, faxineira/empregada doméstica, professora, enfermeira, contabilista e veterinária. Assim, enquanto 32,25% das famílias são exclusivamente agricultores, as famílias pluriativas representam 51,61% da população da comunidade. Com a inserção das rendas não agrícolas e a perspectiva de estreitamento dos laços com a cidade, os jovens deixaram de emigrar na proporção de outrora, porém, tem na propriedade sua residência e não, necessariamente, uma fonte de renda.

Assim, identificamos em Sangradouro a expressão das chamadas novas ruralidades, transmutadas em territorialidades híbridas, onde se verifica uma nova paisagem física e social, em associação com o rural agrário. A heterogeneidade passou a ser a marca de um território onde são identificadas questões culturais tradicionais, como a festa religiosa anual, em contraste com a atração das águas e dos shows nacionais que ocorrem na arena de eventos do Caverá Park. O convívio, cada vez mais frequente, com os turistas da estação de veraneio torna as questões relacionadas ao lazer, especialmente dos urbanitas, uma situação comum. Assim, notamos uma mudança no modo de os próprios agricultores avaliarem Sangradouro. Para eles, aquele lugar que fora um “fim de mundo”, com nos disse uma entrevistada, hoje é avaliado como “um paraíso”, pois, há facilidade no acesso, é tranquilo, e “é mais fresquinho”, portanto, é onde pretendem terminar a vida. Por outro lado, o projeto de futuro não passa pela atividade agrícola, já que não há trabalhadores desse segmento com menos de 30 anos.

Há, na conjuntura atual, uma clara tendência de que os estabelecimentos sejam transformados em sítios de finais de semana, chácaras de lazer, ou permaneçam como moradia, por intermédio da herança e/ou do parcelamento das unidades e sua venda, conforme caso identificado. Assim, o uso não agrícola da terra passa a representar uma advertência de que a agricultura familiar possa não ser reproduzida. Por isso entendemos que territórios como Sangradouro devam ser considerados a partir da perspectiva da multifuncionalidade, por seu patrimônio social, cultural e ambiental, incluindo a produção de alimentos. Ou seja, um projeto de responsabilidade social, que envolve a incorporação das gerações. Porém, se trata de uma ação urgente, enquanto continuidades ainda são verificadas no território, apesar, evidentemente, das rupturas.

Pensando nas múltiplas funções exercidas pela agricultura familiar, compreendemos que o turismo se apresenta como estratégia de resgate das características tradicionais de Sangradouro. Essa atividade econômica não deve ser vista como tábua de salvação generalizada para os problemas de renda desse segmento. Entretanto, para a realidade analisada, onde a sucessão se tornou um problema, e o poder público investe num turismo restrito a uma estação do ano, o resgate cultural se torna uma possibilidade de manutenção de um tecido social muito importante, incluindo a população mais tradicional. Portanto, há necessidade da atuação política institucional, como do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, por meio da valorização do capital social dos tradicionais e artifícios que conjuguem os interesses “de baixo para cima” com os “de cima para baixo”.

REFERÊNCIAS

- ALENTEJANO, Paulo Roberto R. O Lugar da Agricultura Familiar no Cenário Agrícola Brasileiro dos Anos 90. **Caderno do CEAS**, nº 167, jan./fev., 1997.
- ALVES, Aline Turatti; CHELOTTI, Marcelo Cervo. O capital social dos rurais de Sangradouro (Araranguá/SC) e a construção de novas territorialidades. **Encontro Nacional de Geografia Agrária – ENGA**, 2016, Aracaju. XXIII ENGA, 2016.
- ANJOS, Flávio Sacco. **A agricultura familiar em transformação: o caso dos colonos-operários de Massaranduba (SC)**. Ed. UFPEL: Pelotas, 1996.
- _____. Pluriatividade e desenvolvimento rural no Sul do Brasil. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 20, n. 1, p. 11-44, jan./abr. 2003.
- ASSIS, Gláucia de Oliveira. **De Criciúma para o mundo: rearranjos familiares e de gênero nas vivências dos novos migrantes brasileiros**. 2004. 340 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.
- BAUMEL, Adriana; BASSO, Luiz Carlos. Agricultura familiar e a sustentabilidade da pequena propriedade rural. In: CAMARGO, Gisele; CAMARGO FILHO, Maurício; FÁVARO, Jorge Luiz (Org.) **Experiências em desenvolvimento sustentável e agricultura familiar**. Guarapuava – Paraná: Unicentro, 2004.
- BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, 25 jul. 2006. Art. 3º, p. 1.
- BRASIL. Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra e dá outras providências. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, 30 nov. 1964. Art. 4º, p. 1.
- BRASIL. Ministério da agricultura. Secretaria Nacional de Produção Agropecuária. **PROVÁRZES Nacional: informação técnica n.1**. Brasília, março/1983.
- BOURDIEU, Pierre. O capital social – notas provisórias. In: M. A. Nogueira & A. Catani (Orgs.). **Escritos de Educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1989.
- CARNEIRO, Maria José. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 11, outubro 1998: 53-75. Disponível em: <<http://r1.ufrjr.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/viewFile/135/131>>. Acesso em jan. 2017.
- CARNEIRO, Maria José. Multifuncionalidade da agricultura e ruralidade: uma abordagem comparativa. In: MOREIRA, Roberto José; COSTA, Luiz F. de Carvalho (orgs.). **Mundo Rural e cultura**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2002. p. 65-102.
- _____. (Coord.). **Ruralidades contemporâneas: modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Mauad X, FAPERJ, 2012.
- CARNEIRO, Maria José.; MALUF, Renato S. (Orgs.) **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.
- CARVALHO, Cleonice de [et al.]. **Anuário brasileiro do tabaco 2014**. Santa Cruz do Sul: Editora

Gazeta Santa Cruz, 2014.

CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CHELOTTI, Marcelo Cervo. Reterritorialização e identidade territorial. **Revista Território & Natureza**. V. 22. Abril, 2010.

CLAVAL, Paul. **Geografia cultural**. Tradução de Luiz Fugazzola Pimenta e Margareth de Castro Afeche Pimenta. Florianópolis: Editora da UFSC, 3ª Edição, 2007.

CLICRBS. **Novo polo de beneficiamento de fumo começa consolidação no Sul de Santa Catarina**. Disponível em: <<http://dc.clicrbs.com.br/sc/noticias/noticia/2011/03/novo-polo-de-beneficiamento-de-fumo-comeca-consolidacao-no-sul-de-santa-catarina-3258402.html>>. Acesso em: mar. 2017.

DALL'ALBA, João Leonir. **Imigração italiana em Santa Catarina**. Florianópolis, Ed. Lunardelli, 1983.

EMBRAPA. **A evolução da produção agrícola na região dos Cerrados: alguns índices**. Planaltina: EMBRAPA-CPAC, 1986. Disponível em: <<http://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/547619/1/doc23.pdf>>. Acesso em: out. 2016.

_____. **O Novo Rural Brasileiro: Uma Análise Estadual – Sul, Sudeste e Centro-Oeste**. Volume 3/ Editores: Clayton Campanhola e José Graziano da Silva. Jaguariúna, SP: EMBRAPA Meio Ambiente, 2000.

_____. **Produção de sementes sadias de feijão comum em várzeas tropicais**. Sistemas de Produção, No.4 ISSN 1679-8869. Versão eletrônica Dez/2004. Disponível em: <<http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Feijao/FeijaoVarzeaTropical/solos.htm>>. Acesso em jun. 2015.

_____. **Produção de sementes sadias de feijão comum em várzeas tropicais**. Sistemas de Produção, No. 4 ISSN 1679-8869. Versão eletrônica Dez/2004. Disponível em: <<http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Feijao/FeijaoVarzeaTropical/solos.htm>>. Acesso em: jun. 2015.

EPAGRI. **Síntese anual da agricultura de Santa Catarina 2013-2014**. 2014 – Ano Internacional da Agricultura Familiar. Governo do Estado de Santa Catarina: Secretaria do Estado da Agricultura e da Pesca. Florianópolis: EPAGRI/ CEPA, 2014.

_____. **Boletim agropecuário 29**. Governo do Estado de Santa Catarina: Secretaria do Estado da Agricultura e da Pesca. Florianópolis: EPAGRI/ CEPA, out., 2015a.

_____. **Números da agropecuária catarinense 2014**. Governo do Estado de Santa Catarina: Secretaria do Estado da Agricultura e da Pesca. Florianópolis: EPAGRI/ CEPA, 2015b.

_____. **Boletim agropecuário 45**. Governo do Estado de Santa Catarina: Secretaria do Estado da Agricultura e da Pesca. Florianópolis: EPAGRI/ CEPA, fev., 2017. Disponível em: <http://docweb.epagri.sc.gov.br/website_cep/Boletim_agropecuário/boletim_agropecuário_n45.pdf>. Acesso em: mar. 2017.

_____. Notícia: **Epagri desenvolve o melhor maracujá do Brasil**. Disponível em: <<http://www.epagri.sc.gov.br/?p=14607>>. Acesso em: mar. 2017.

FAPESP. **O Brasil rural não é só agrícola.** Disponível em: <<http://revistapesquisa.fapesp.br/2012/08/22/o-brasil-rural-n%C3%A3o-%C3%A9-s%C3%B3-agr%C3%ADcola/>>. Acesso em: fev. 2017.

FÁVARO, Jorge Luiz (Org.) **Experiências em desenvolvimento sustentável e agricultura familiar.** Guarapuava – Paraná: Ed. Unicentro, 2004.

FERRARI, Dilvan Luiz. O novo rural catarinense: a heterogeneidade espacial das ocupações rurais na década de 90. **XL Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural.** Passo Fundo, 2002.

FERREIRA, Sérgio Luiz. **O banho de mar na Ilha de Santa Catarina (1900-1970).** 140 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1994.

FROEHLICH, José Marcos. **Turismo Rural e Agricultura Familiar: explorando (criticamente) o cruzamento de abordagens e estratégias para o desenvolvimento local.** Santa Maria: UFSM, 2000.

GENTILI, Pablo. **Pedagogia da exclusão: crítica ao liberalismo em educação.** Petrópolis: Vozes, 1995.

GIDDENS, Anthony. **Consequências da Modernidade.** São Paulo: Unesp, 1991.

GRAZIANO DA SILVA, José (Coord.). **Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira.** São Paulo: Hucitec, 1978.

_____. **A industrialização e a Urbanização da Agricultura Brasileira.** São Paulo em Perspectiva 7(3):2-10, julho/setembro, 1993.

_____. **O novo rural brasileiro.** Campinas: UNICAMP; Instituto de Economia, 1999.

HAESBAERT, Rogério. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade.** Porto Alegre, setembro de 2004. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>. Acesso em Jul. 2016.

_____. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade.** 2a. ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

HILSINGER, Roni. **O território do tabaco no sul do Rio Grande do Sul diante da Convenção Quadro para o controle do tabaco.** 2016. 223 p. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

HOBOLD, Paulo. **A História de Araranguá.** Ed. Complementada e atualizada por Alexandre Rocha. Araranguá: [s.n.], 2005.

IBGE. **Censo agropecuário 2006.** Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

_____. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios: síntese de indicadores 2013.** Coordenação de Trabalho e Rendimento. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

_____. **Cidades.** PIB dos municípios, 2012. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=420140&idtema=134&search=santa-catarina%7Cararangua%7Cproduto-interno-bruto-dos-municipios-2012>>. Acesso em: jul. 2016.

_____. **Cidades.** Araranguá/SC. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=420140&search=santa-catarina|ararangua|infograficos:-informacoes-completas>>. Acesso em: fev. 2017.

_____. **Cidades.** Turvo/SC. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=421880&search=santa-catarina|turvo|infograficos:-historico>>. Acesso em: mar. 2017.

_____. **Censo Agropecuário 1920/2006.** Disponível em: <<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=AGRO10>>. Acesso em: jul. 2016.

_____. **Censo Agropecuário 2006.** Disponível em: <www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas>. Acesso em: jul. 2016.

_____. **Estados.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php>>. Acesso em: jul. 2016.

_____. **Sinopse do Censo Demográfico 2010.** Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=8>>. Acesso em jul. 2016.

_____. **Séries históricas e estatísticas.** Disponível em: <<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=AGRO10>>. Acesso em jul. 2016.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio Contínua:** Notas Metodológicas. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Notas_metodologicas/notas_metodologicas.pdf>. Acesso em maio. 2016.

JUNG, Carl Gustav. **Arquétipos e o inconsciente coletivo.** 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

KAGEYAMA, Angela A. **Desenvolvimento rural: conceitos e aplicação ao caso brasileiro.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária.** 3. ed. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

LAZZARI, Alexandre. **Entre a grande e a pequena pátria:** literatos, identidade gaúcha, e nacionalidade (1860-1910). 384 f. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

LOHN, Reinoldo L. **Campos do atraso, campos modernos:** discursos da extensão rural em Santa Catarina (1956-1975). 228 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1997.

_____. **A Cidade contra o Campo. História de Santa Catarina – Estudos Contemporâneos.** Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999.

LEFEBVRE, Henri. **De lo rural a lo urbano.** 3. ed. Barcelona: Península, 1976. [1972].

MARAFON, Gláucio José. Territorialidades, ruralidades e as relações campo-cidade. **CAMPO-TERRITÓRIO:** revista de geografia agrária. Edição especial do XXI ENGA-2012, p. 1-13, jun., 2014.

MAZZALI, L. **O processo recente de reorganização agroindustrial.** São Paulo: UNESP, 2000.

MATOS, Patrícia Francisca; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. A modernização da agricultura no Brasil e os novos usos do território. **Revista Geo UERJ** - Ano 13, nº. 22, v. 2, 2º semestre de 2011, p. 290-322.

MATTEI, Lauro. **Pluriatividade e Desenvolvimento Rural no Estado de Santa Catarina.** 2016. 223 p. Tese (Doutorado em Economia) - Unicamp, Campinas, 1999. Disponível em: <<http://necat.ufsc.br/files/2011/10/Lauro-Francisco-Mattei1.pdf>>. Acesso em Dez. 2016.

_____. Novo Retrato da Agricultura Familiar em Santa Catarina. **Encontro de Economia Catarinense**, 4, 2010. Anais. Criciúma, SC: APEC, 2010.

MINATTO, João Marcos. **As transformações no espaço agrário e a lógica de reprodução na agricultura familiar**: o exemplo do município de Turvo/SC. 2001. 143 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

MIOR, Luiz Carlos. **Agricultores familiares, agroindústrias e território**: a dinâmica das redes de desenvolvimento rural no Oeste Catarinense. 2003. 316 p. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas- Sociedade e Meio Ambiente) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

MOREIRA, Roberto José. Ruralidades e globalizações: ensaiando uma interpretação. *In: Identidades sociais: ruralidades no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005, p. 15-40.

NAVES, Laila; MENDES, Estevane de Paula Pontes. Agricultura familiar e identidade territorial: a comunidade rural Olhos D'água no município de Catalão (GO). **Seminário de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação da Regional Catalão**. Coletânea Interdisciplinar em Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação - Volume 1: Estudos Ambientais, Território e Movimentos Sociais. Anais [livro eletrônico]. São Paulo: Blucher, 2015, p. 256-274.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos avançados**, vol.15, nº 43, São Paulo: set./dez. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300015>. Acesso em: out. 2016.

ORTEGA, Antônio César. **Territórios Deprimidos - desafios para as políticas de desenvolvimento rural**. Uberlândia-MG: Edufu, 2008.

POCHMANN, Márcio. **Tendências nacionais recentes do emprego no Brasil**. Campinas: Instituto de Economia da Unicamp, 1997.

PREFEITURA. **Araranguá/SC**. Disponível em: <<http://www.ararangua.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/42294>>. Acesso em: mar. 2017.

PREFEITURA. **Turvo/SC**. Disponível em: <<http://www.turvo.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/22089#.WNltqzvyvIU>>. Acesso em: mar. 2017.

PRESA, Juliana Brocca. **“O arroz no espigão e o milho no banhado”: Programa PROVÁRZEAS – o desenvolvimento de uma política pública e o cultivo de arroz em municípios da Bacia do Rio Araranguá**. 2011. 195 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2011.

PUTNAM, Robert. **Comunidade e Democracia: a experiência da Itália Moderna**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

REIS, José. A globalização como metáfora da perplexidade? Os processos geoeconômicos e o <<simples>> funcionamento dos sistemas complexos. *In: Santos, B.S (org.) A globalização e as Ciências Sociais*. São Paulo, Editora Cortez, 2002, p. 105-132.

RIQUINHO, Deise Lisboa; HENNINGTON, Élida Azevedo. Cultivo do tabaco no sul do Brasil: doença da folha verde e outros agravos à saúde. **Ciênc. saúde coletiva**, vol.19, no.12. Rio de Janeiro, dez. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232014001204797>. Acesso em: mar. 2017.

ROCHA, Fernando Goulart. **Os subespaços Rurais na Expansão Urbana de Araranguá-SC**. Dissertação (mestrado) em Geografia: Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

RUA, João. A resignificação do rural e as relações cidade-campo: uma contribuição geográfica. **Revista da ANPEGE**, ano 2, n. 2, p. 45-66. Fortaleza-CE, 2005.

_____. Urbanidades no rural: o devir de novas territorialidades. **CAMPO-TERRITÓRIO: Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 82-106, fev. 2006. Disponível em: <<file:///C:/Users/Aline/Downloads/caminho%20dos%20cnions.pdf>>. Acesso em: jun. 2015.

SAVIAN, Moisés. **A sucessão geracional na agricultura familiar de Ponte Alta – SC**. Dissertação (mestrado) em Geografia: Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

SANTA CATARINA. **Caminho dos Cânions**: Guia Turístico/ Editora Letras Brasileiras. – 2. ed. Florianópolis: Letras Brasileiras, 2012. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/viewFile/11781/6895>>. Acesso em: abr. 2017.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Ed. Hucitec, 1996.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Os tempos e os territórios da colonização Italiana**. Porto Alegre: EST Edições, 2003.

SAQUET, Marcos Aurélio; CICHOSKI, Pâmela. Concepções de Geografia, Espaço e Território nos ANAIS do IV Seminário Estadual de Estudos Territoriais e II Seminário Nacional sobre Múltiplas Territorialidades. **Revista Geográfica de América Central**. Número especial EGAL 2011. Costa Rica, 2011, p. 1-15. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/4517/451744820001/>>. Acesso em jul. 2016.

SCHNEIDER, Sérgio. A pluriatividade como estratégia de reprodução social da agricultura familiar no Sul do Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 16, abril 2001, p. 164-184.

_____. **A pluriatividade na Agricultura familiar**. Porto Alegre. Editora da UFRGS, 2003.

_____. Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Endógeno: Elementos Teóricos e um Estudo de Caso. In: FROELICH, José Marcos; VIVIEN, Diesel (orgs). **Desenvolvimento Rural – Tendências e Debates Contemporâneos**. Ijuí: Unijuí, 2006.

SECRETARIA de Estado de Desenvolvimento Regional - SDR. **Araranguá**: Caracterização Regional. Santa Catarina: Instituto Cepa/SC, 2003. Disponível em: <http://docweb.epagri.sc.gov.br/website_cepa/publicacoes/diagnostico/ARARANGUA.pdf>. Acesso em: mar. 2017.

SISTEMA Nacional de Cadastro Rural – SNCR. **Índices básicos de 2013 por município**. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/estrutura-fundiaria/regularizacao-fundiaria/indices-cadastrais/indices_basicos_2013_por_municipio.pdf>. Acesso em: jul. 2016.

SELLTIZ, Claire. [et al.] **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. Tradução de Maria Martha Hubner de Oliveira. 2. ed. São Paulo: EPU, 1987.

SINDITABACO. **Sindicato Interestadual da Indústria do Tabaco**. Disponível em: <<http://sinditabaco.com.br/>>. Acesso em: mar. 2017.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Eстера Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2005.

SILVA, Adriana Fraga da. **“Meu avô era tropeiro!”**: identidade, patrimônio e materialidades na construção da Terra do Tropeirismo – Bom Jesus (RS). 2009. 264 p. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, 2009.

SPRÍCIGO, Antônio César. **Sujeitos esquecidos, sujeitos lembrados**: entre fatos e números, a escravidão registrada na Freguesia do Araranguá no século XIX. Caxias do Sul: Murialdo, 2007.

TEDESCO, João Carlos. **Terra, trabalho e família**: racionalidade produtiva e ethos camponês. 1998. 398 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

WAIBEL, Leo. Princípios da Colonização Europeia no Sul do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia (online)**. Sumário do número de abril-junho. Ano XI. Nº 2. Rio de Janeiro, p. 159-222, 1949. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/RBG/RBG%201949%20v11_n2.pdf>. Acesso em: jul. 2016.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Um saber necessário**: os estudos rurais no Brasil. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

APÊNDICE

Roteiro de Entrevistas Semiestruturadas – realizadas em janeiro de 2016

1. Quantas pessoas residem no estabelecimento rural?
2. Quais são os sexos?
3. Quais as idades?
4. Qual (is) a (s) religião (ões)?
5. Frequentam o centro comunitário? Com que frequência?
6. Onde estudam as crianças?
7. Qual a ocupação profissional de cada membro da família?
8. Qual (is) a (s) fonte (s) de renda (s)?
9. Qual o tamanho da propriedade?
10. Qual (is) uso (s) é (são) feito (s) da terra?
11. Qual (is) membro (s) se ocupa (m) de atividade (s) no estabelecimento e quantas horas por semana, em média?
12. Já foram/são beneficiados por algum programa governamental de assistência e financiamento? Qual (is)?
13. Qual a trajetória (história) da família em Sangradouro?
14. Tem parentes em Sangradouro? Ocupam quantos estabelecimentos?
15. Quais razões levaram à emigração (se houve) de alguns, e o que motiva os que permanecem?
16. Como avaliam a qualidade de vida em Sangradouro?
17. Como desfrutam do lazer; o que costumam fazer nas horas livres?
18. Alguém na família manifesta anseio por migrar?
19. O (s) filho (s) adulto (s) residente (s) contribui (em) com a manutenção da propriedade? De que forma?
20. Como visualizam o futuro de Sangradouro?